

DIAS

13 E 14

ABRIL / 2023

CONGRESSO

PEDAGOGIA

LOCAL

UFSCAR

SÃO CARLOS / SP

HISTÓRICO-CRÍTICA E EDUCAÇÃO ESCOLAR:

Primavera nos Dentes

ISBN:

978-65-00-76589-2



Índice

Numeração	Área	Título	Autores
1	11) Trabalho docente e política educacional	A categoria liberdade como recurso tático-ideológico no contexto da reestruturação produtiva: uma análise histórico-crítica das reformas na educação brasileira	Robson Machado e Régis Henrique dos Reis Silva
2	05) Educação Infantil	A CENTRALIDADE DA PERCEPÇÃO NA PRIMEIRA INFÂNCIA E SEU DESENVOLVIMENTO POR MEIO DO ENSINO: CONTRIBUIÇÕES DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA E DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL	LORRANA MORELLI SOARES e Eliza Maria Barbosa
3	05) Educação Infantil	A compreensão dos professores de educação infantil sobre desenvolvimento: uma análise da queixa escolar	Débora Nogueira Tomás
4	07) Ensino de Ciências, matemática e educação ambiental	A concepção de ser humano no Ensino de Biologia	Daiany Pressato, Thalita Quatrocchio Liporini e Leandro Jorge Coelho
5	05) Educação Infantil	A COVID-19 E A EDUCAÇÃO INFANTIL: IMPACTOS NAS PRÁTICAS DOCENTES	Beatriz Silva Lima, Priscilla de Andrade Silva Ximenes, Janaína Cassiano Silva, Altina Abadia da Silva, Mariana Vilar e Felipe Kenned de Oliveira Martins
6	11) Trabalho docente e política educacional	A Educação Integral na Base Nacional Comum Curricular: um olhar a partir da Pedagogia Histórico-Crítica	LUCAS LIMA MALTEZ e DARIANNY ARAÚJO DOS REIS
7	06) Educação no Campo	A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CAMPO E A PEDAGOGIA HISTÓRICO CRÍTICA: UM GUIA PRÁTICO SOBRE O CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA RELACIONANDO TRABALHO E IDENTIDADE	Vivianne Costa Sousa e Elen de Fátima Lago Barros Costa
8	09) Fundamentos Históricos, Filosóficos e Metodológicos	A escola e a formação da Individualidade Para Si na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica	Camila Gaido Grizzo
9	02) Artes (música, teatro, cinema, literatura)	A formação de um leitor crítico no ensino de Arte	Juliana da Silva Moreira
10	05) Educação Infantil	A formação docente para a Educação Infantil pela pesquisa-ação crítico-colaborativa	Felipe Kenned de Oliveira Martins, Priscilla de Andrade Silva Ximenes, Ricardo Eleutério dos Anjos e Maria Eduarda Leite Rabelo
11	05) Educação Infantil	A função da educação infantil, seus objetivos e conteúdos: o que pensam os licenciandos de Pedagogia?	Luísa Bócoli Carnevalli e Eliza Maria Barbosa
12	11) Trabalho docente e política educacional	A garantia do direito à educação e sua negação no ensino remoto emergencial: (re)produção do Capitalismo ou condição para o Socialismo? Reflexões a partir da Pedagogia Histórico-Crítica	CAIO MARCO ESPIMPOLO e Elaine Sampaio Araújo

13	11) Trabalho docente e política educacional	A implementação da BNCC na Educação Básica: uma análise sobre as competências a partir da Pedagogia Histórico-Crítica	Fernanda Welter Adams, Rafael Moreira Siqueira e Edilson Fortuna de Moradillo
14	05) Educação Infantil	A IMPORTÂNCIA DA ESTRUTURA CURRICULAR NO TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL	Michelle Abraão do Carmo
15	08) Ensino de História, Geografia, Filosofia e Sociologia	A importância do ensino de História nos Anos Iniciais da Educação Básica: uma articulação entre ensino de História, Alfabetização e Pedagogia Histórico-Crítica	Ligia Aparecida Ramos e Dra. Vanessa Campos Mariano Ruckstadter.
16	04) Educação Física	A incorporação da cultura corporal popular à produção do saber escolar na luta contra o capitalismo	Pepita Saloti Polido e Lucas André Teixeira
17	05) Educação Infantil	A LITERATURA INFANTIL E OS PROCESSOS DE ENSINO, APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS DE 0 A 5 ANOS	Lussuede Luciana de Sousa Ferro e Lussuede Luciana de Sousa Ferro
18	01) Alfabetização e ensino de língua portuguesa	A mediação no processo de desenvolvimento do humano	MARTA BAGGIO BIPPUS, Carita Pelição, Ielson José dos Santos, Fernanda Jardim Maia e Afonso Antonio Machado
19	11) Trabalho docente e política educacional	A mudança curricular do IFPR Campus Jacarezinho na perspectiva da Pedagogia Histórico-crítica	Flavia Torres Presti e Jorge Sobral da Silva Maia
20	12) Questões étnico-raciais, de gênero e sexualidade na educação escolar	Antiespecismo e pedagogia histórico-crítica: possibilidades emancipatórias	Guilherme Torres Correa e Camila Itikawa Gimenes
21	05) Educação Infantil	A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: IMPLICAÇÕES TEÓRICO-PRÁTICAS A PARTIR DA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL	Gabriela Santinone dos Santos e LUCINÉIA MARIA LAZARETTI
22	02) Artes (música, teatro, cinema, literatura)	A PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA COMO EIXO DO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA - SUBPROJETO ARTES-UDESC	Maria Cristina da Rosa Fonseca da Silva, ISADORA GONÇALVES DE AZEVEDO e JANAINA ENCK
23	09) Fundamentos Históricos, Filosóficos e Metodológicos	A Pedagogia Histórico-Crítica e a formação social brasileira: contribuições da Teoria Marxista da Dependência	Leonardo Kaplan
24	09) Fundamentos Históricos, Filosóficos e Metodológicos	A Pedagogia histórico crítica como concepção para o Ensino Médio Integrado: reflexões pertinentes	Lícia Cristina Araujo da Hora e Elen de Fátima Lago Barros Costa
25	05) Educação Infantil	Apontamentos sobre a avaliação da aprendizagem na educação infantil a partir da Teoria Histórico-Cultural	Eliane Olivetti Pereira e Lucinéia Maria Lazaretti
26	02) Artes (música, teatro, cinema, literatura)	Aportes da psicologia histórico-cultural na compreensão do desenvolvimento técnico ao violino	Brigitta Calloni
27	11) Trabalho docente e política educacional	A precarização do trabalho docente no contexto da pandemia de Covid-19	MIGUEL VINICIUS TEIXEIRA DA SILVA e Ana Carolina Galvão Marsiglia

28	11) Trabalho docente e política educacional	A profissionalização do gestor escolar: impactos para a Educação Pública no Brasil	Samanta Cristina de Aguiar Pereira
29	06) Educação no Campo	A PROPAGAÇÃO DO IDEÁRIO PEDAGÓGICO CAPITALISTA NA EDUCAÇÃO NO CAMPO POR MEIO DE PROGRAMAS EDUCACIONAIS ALINHADOS AOS INTERESSES DO AGRONEGÓCIO	Jackeline Silva Alves
30	11) Trabalho docente e política educacional	A reforma curricular dos cursos de licenciatura: retrocessos e resistências	KÁTIA MARIA SILVA DE MELO
31	11) Trabalho docente e política educacional	A Reforma do Novo Ensino Médio para além da Teoria da Curvatura da Vara: eis o ponto de partida	Rosane de Brito Rocha, Rosimeri da Silva Pereira, Dalton José Alves e Rosane de Brito Rocha
32	05) Educação Infantil	ARTES VISUAIS A MATERIALIDADE PROMOTORA DO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA	Cristiane da Silva Marques Fernandes e Patricia Aparecida Teles Soares do Prado
33	02) Artes (música, teatro, cinema, literatura)	Artes visuais e educação infantil: reflexões sobre a importância da pintura na formação das crianças pequenas	Érica Zavanella Navarro e Lucas André Teixeira
34	09) Fundamentos Históricos, Filosóficos e Metodológicos	Articulações entre a Pedagogia Histórico-Crítica e a Atividade Orientadora de Ensino em estudos na Formação de Professores	João Paulo Stadler, Calos Alberto Maques e Marcelo Lambach
35	05) Educação Infantil	As Bases Metodológicas da Relação entre Criança e Natureza na Creche e na Pré-Escola	Thaís Neiverth e Carolina Shimomura Spinelli e Jucilaine Zucco
36	05) Educação Infantil	As datas comemorativas nas rotinas das primeiras creches públicas municipais em Nova Iguaçu	Marcela Aurea Rodrigues Gomes Amaral
37	05) Educação Infantil	As necessidades e motivos desencadeadores de formação e desenvolvimento profissional docente da Educação Infantil	Mariana Vilar, Priscilla de Andrade Silva Ximenes, Altina Abadia da Silva, Beatriz Silva Lima e Felipe Kenned de Oliveira Martins
38	05) Educação Infantil	As relações entre a brincadeira, o desenho e a escrita: pensando a alfabetização na Educação Infantil a partir da Psicologia histórico-cultural e da Pedagogia histórico-crítica	Cristiane Moraes Escudeiro e Eliza Maria Barbosa
39	09) Fundamentos Históricos, Filosóficos e Metodológicos	As tradições populares brasileiras mediadas pela Pedagogia Histórico - Crítica	Larissa da Silva Morales dos Santos, Laís Cavalcanti dos Santos e Sara Mandolini
40	05) Educação Infantil	Atividade ludo-pedagógica: uma atividade de ensino histórico-crítica	Lucas Rinaldini, Irineu A. Tuim Viotto Filho, Rodrigo Lima Nunes, Fabiane Rizo Salomão e Cíntia Regina de Fátima
41	11) Trabalho docente e política educacional	BNC-Formação de Professores: A contraposição da Pedagogia Histórico-Crítica acerca da Pedagogia das Competências	Jennifer Rafaela Serafim Ferezin
42	05) Educação Infantil	BRINCADEIRA DE PAPEIS SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO INFANTIL: SUBSÍDIOS PARA A ATUAÇÃO DOCENTE	Júlia Silvério Beckauser e Lucinéia Maria Lazaretti
43	05) Educação Infantil	BRINCADEIRAS MUSICAIS: UM OLHAR PARA ALÉM DO ENTRETENIMENTO	Simone de Fátima Moreira e Fabiana Bonaci Bernardo Feitoza

44	07) Ensino de Ciências, matemática e educação ambiental	Ciências da Natureza e BNCC: um levantamento dos artigos no Portal de periódicos da Capes	Carolina Nozella Gama e Suzana Santana de Albuquerque
45	11) Trabalho docente e política educacional	COMO SOCIALIZAR O SABER SISTEMATIZADO EM TEMPOS DE BNCC E OBSCURANTISMO POLÍTICO? REFLEXÕES E RESISTÊNCIAS.	Swelen Freitas Gabarron Peralta
46	05) Educação Infantil	Constituição histórica da educação infantil: o que ainda precisamos reivindicar para a educação escolar das crianças pequenas?	Luciana Pimentel Rhodes Gonçalves Soares e Ana Carolina Galvão
47	02) Artes (música, teatro, cinema, literatura)	Contar histórias para não apagar a história: o papel da da literatura no contexto migratório infantil	Giovana Silvestrin e Graziela Lucchesi Rosa da Silva
48	07) Ensino de Ciências, matemática e educação ambiental	Conteúdos de ensino de ciências nos Parâmetros Curriculares Nacionais e na Base Nacional Comum Curricular: uma análise à luz da pedagogia histórico-crítica	Lucas Nain Oliveira de Almeida e Luciana Maria Lunardi Campos
49	09) Fundamentos Históricos, Filosóficos e Metodológicos	CONTRIBUIÇÃO DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA NA CONSTITUIÇÃO DE GRUPOS COLABORATIVOS DE ESTUDOS PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES	Janice Zilio Martins Pedroso e Vanessa Campos Mariano Ruckstadter
50	07) Ensino de Ciências, matemática e educação ambiental	Contribuições e perspectivas para o desenvolvimento de uma Educação Química histórico-crítica	Luciana Massi, Andriel Rodrigo Colturato, Carlos Sérgio Leonardo Junior, Fernanda Aparecida Bernardo, Larissa Cabral Lima, Lucas Bombarda Marques Gomes, Lucas Nakamura Stachowski, Rafaela Valero e Thiago Lima Ferreira
51	04) Educação Física	Corpo e motricidade na Educação Física: contribuições da Psicologia Histórico-Cultural	Cintia Regina de Fatima, Rodrigo Lima Nunes e Irineu Aliprando Tuim Viotto Filho
52	09) Fundamentos Históricos, Filosóficos e Metodológicos	Currículo e alienação: contribuições teóricos-metodológicas para pensar o Novo Currículo do Ensino Médio paulista	Eduarda Maria de Souza Fernandes
53	07) Ensino de Ciências, matemática e educação ambiental	Educação ambiental histórico-crítica: a unidade conteúdo e forma	Marcela Agudo
54	03) Educação Especial	EDUCAÇÃO ESPECIAL À LUZ DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA: o que nos revela o currículo de Cascavel/PR	Leonete Dalla Vecchia Mazaro
55	03) Educação Especial	Educação Especial e a medicalização da educação: onde está o professor?	Juliana Carlos Guimarães e Maria da Apresentação Barreto
56	04) Educação Física	Educação Física no Ensino Remoto: Impactos para crianças do Ensino Fundamental	Carine Ferreira Costa Peplinski e Carine Ferreira Costa
57	11) Trabalho docente e política educacional	Educação patrimonial e Pedagogia-Histórico Crítica: algumas possibilidades	Dalânea Cristina Flôr e Fernando Cesar Sossai

58	06) Educação no Campo	ENCAMINHAMENTOS DIDÁTICOS DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA PARA A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES/AS DO CONTEXTO AMAZÔNICO	Adketlen Queiroz Pinto, Heloisa da Silva Borges, Priscila Soares Lima e Érica de Souza e Souza
59	11) Trabalho docente e política educacional	ENCONTROS FORMATIVOS NAS ATPCs: POSSIBILIDADES DE OBJETIVAÇÃO NA FORMAÇÃO DOCENTE EM SERVIÇO	Gislaine Rossler Rodrigues Gobbo, Ana Claudia da Silva Pereira e Deborah Alvares Miranda
60	08) Ensino de História, Geografia, Filosofia e Sociologia	Ensino de História e Pedagogia Histórico-Crítica (PHC)	Rodrigo Sarruge Molina
61	05) Educação Infantil	ENSINO E DESENVOLVIMENTO NO PRIMEIRO ANO DE VIDA: IMPLICAÇÕES DA TEORIA HISTÓRICO CULTURAL	Natália Trazpadini Dos Santos, Isabeli Silva Passos e Lucinéia Maria Lazaretti
62	07) Ensino de Ciências, matemática e educação ambiental	ENSINO REMOTO NUMA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE: apontamentos a partir do Estágio Supervisionado em Ensino de Biologia fundamentado na Pedagogia Histórico-Crítica	Izabela Lourenço Silva, Ana Paula Biondo Lhamas, Carolina Borghi Mendes e Jorge Sobral da Silva Maia
63	02) Artes (música, teatro, cinema, literatura)	ENTOANDO OS SONS DA FLORESTA: A MÚSICA INDÍGENA COMO RECURSO PEDAGÓGICO CONTRA-COLONIAL	Leandro Teixeira da Silva, Leandro Teixeira Da Silva e Vitória Sousa
64	11) Trabalho docente e política educacional	ESCOLAS CIVICO-MILITARES: Contestações a partir da PHC	CELI NELZA ZULKE TAFFAREL, GABRIELA DO ESPIRITO SANTO, LUCIANO SOARES DA SILVA e IRINALDO DEODATO SILVA
65	08) Ensino de História, Geografia, Filosofia e Sociologia	Esquecimento e negacionismo: reflexões para o Ensino de História	Wellington Durães Dias
66	01) Alfabetização e ensino de língua portuguesa	Estágio com pesquisa: reflexões acerca do ensino de língua portuguesa no oitavo ano do ensino fundamental à luz da pedagogia histórico-crítica	Juliane Gomes de Souza Carvalho, Luana Carolina Marques Xkelow e Luzia Aparecida da Silva Eskongisk
67	02) Artes (música, teatro, cinema, literatura)	Formação continuada de professores de arte: por uma formação omnilateral	Gabriel Souza Coelho
68	06) Educação no Campo	FORMAÇÃO DE PROFESSORES DAS ESCOLAS DO CAMPO NA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CRÍTICA	Rosana da Silva
69	03) Educação Especial	Formação de professores para a educação especial/inclusiva e a expropriação do saber docente	Ivone Rodrigues dos Santos e Régis Henrique dos Reis Silva
70	09) Fundamentos Históricos, Filosóficos e Metodológicos	Fundamentos da Didática Histórico-Crítica: uma leitura crítica sob o enfoque do referencial teórico internacional	Gracieda dos Santos Araújo e Juan Carlos Rodrigues Cruz
71	06) Educação no Campo	Governo do Bolsonaro e a Educação do Campo: mapeamento das produções entre os anos de 2019 e 2022	João Vitor Santos Silva, Gilmara Soares de Miranda e Klívia de Cássia Silva Nunes
72	05) Educação Infantil	GRANDEZAS E MEDIDAS: POSSIBILIDADES DO ENSINO DA MATEMÁTICA NA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL	KELLY CRISTINA RODRIGUES DE MOURA, DEBORAH MIRANDA ALVARES e ALEXANDRA DIONÍSIO DOS SANTOS

73	11) Trabalho docente e política educacional	Homeschooling: da atrofia do espaço público à asfixia da escola pública	Celestino Gabriel de Liz e Celestino Gabriel de Liz
74	11) Trabalho docente e política educacional	Implantação do Instituto Federal de São Paulo – Câmpus Barretos: uma breve análise histórico-crítica	Ivan Pollarini Marques de Souza e Maria Cristina dos Santos
75	11) Trabalho docente e política educacional	Implicações da plataformização da educação na formação docente	Milene Silva de Castro e Marileia Maria da Silva
76	05) Educação Infantil	Inconsistência teórica e fragilidade prática na formação inicial de pedagogos nas Universidades Públicas do Paraná para a atuação na educação infantil: análise a partir da Pedagogia Histórico-Crítica e da Psicologia Histórico-Cultural	JULIE AKEMI TOBIAS TSUKUDA e Eliza Maria Barbosa
77	05) Educação Infantil	Infância, categoria de atividade e a brincadeira pré-escolar	Karla Aparecida de Ataíde Raveli e Aline Pereira Bessi
78	02) Artes (música, teatro, cinema, literatura)	Jogos Teatrais na escola : espaço para acolhimento e transformação	JORDANN ANTUNES BARBOSA e Eder Sumariva Rodrigues
79	09) Fundamentos Históricos, Filosóficos e Metodológicos	Laicidade e Pedagogia Histórico-Crítica	José Luis Derisso
80	01) Alfabetização e ensino de língua portuguesa	Leitura literária e pedagogia histórico-crítica: contradições em debate	Sâmella Priscila Ferreira Almeida e Maria Amélia Dalvi
81	06) Educação no Campo	Mães estudantes da Licenciatura em Educação do Campo - Ciências da Natureza da Universidade Federal de Viçosa: aproximações com a Pedagogia Histórico - Crítica	Lucinéia Araújo Gomes e Wânia Maria Guimarães Lacerda
82	07) Ensino de Ciências, matemática e educação ambiental	Metodologias ativas e formação de professores: investigando significações.	Mariana Aparecida de Santi e Luciana Maria Lunardi Campos
83	05) Educação Infantil	MÚSICA COMO LINGUAGEM: POSSIBILIDADE DE ENSINO DESENVOLVENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL	Lilian Aparecida Domingos da Silva
84	05) Educação Infantil	NECESSIDADES FORMATIVAS E A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL: em busca do processo catártico e transformação na práxis pedagógica	Priscilla de Andrade Silva Ximenes e Maria Eduarda Leite Rabelo
85	11) Trabalho docente e política educacional	NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO: OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO CONTEXTO DAS CONTRARREFORMAS EDUCACIONAIS	Ellen Maria Santos portela, ANA CAROLINA SABINO DOS SANTOS, MARCOS ROBERTO DE FARIAS e HELENA MARIA DOS SANTOS FELÍCIO
86	11) Trabalho docente e política educacional	Normativas da Universidade Federal do Espírito Santo sobre o “ensino” remoto	Esther de Moura Dias e Ana Carolina Galvão Marsiglia
87	05) Educação Infantil	Obras literárias como instrumento mediador do ensino e seus impactos na formação da concepção de mundo dos estudantes: um olhar não cotidiano para uma prática cotidiana.	Maeve Pereira Rêgo e Angelina Pandita Pereira

88	09) Fundamentos Históricos, Filosóficos e Metodológicos	O CONTEXTO DO PROGRAMA DE ENSINO INTEGRAL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO	Matheus Stangherlin
89	07) Ensino de Ciências, matemática e educação ambiental	O currículo de ciências de Minas Gerais e a Base Nacional Comum Curricular: uma análise a partir da pedagogia histórico-crítica	Sofia Domingues Carvalhoes e Luciana Maria Lunardi Campos
90	05) Educação Infantil	O DESENHO COMO PRECURSOR DA ESCRITA PRÉ- ESCOLAR: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL	Simone Cristiane Bocchi
91	10) Fundamentos Psicológicos	O desenvolvimento do jovem da classe trabalhadora: reflexões autobiográficas mediadas pela Psicologia Histórico-Cultural	Angelina Pandita Pereira
92	10) Fundamentos Psicológicos	O DESENVOLVIMENTO DOS CONCEITOS CIENTÍFICOS NO CONTEXTO ESCOLAR	JOÃO JUNIOR BONFIM JOIA PEREIRA e Fátima Aparecida de Souza Francioli
93	04) Educação Física	O ensino da história da ginástica sob a ótica da abordagem Crítico-superadora, Teoria Histórico- cultural e Pedagogia Histórico-crítica	RODRIGO LIMA NUNES, Cíntia Regina de Fátima, Irineu Aliprando Tuim Viotto Filho, Lucas Rinaldini e Fabiane Rizo Salomão
94	02) Artes (música, teatro, cinema, literatura)	O Ensino de Artes no IFSC: histórico, realidades e perspectivas	Micheline Raquel de Barros
95	04) Educação Física	O ensino de conceitos nas aulas de educação física escolar à luz da pedagogia histórico-crítica	Caio Henrique Caldato Ferreira e Lucas André Teixeira
96	08) Ensino de História, Geografia, Filosofia e Sociologia	O ENSINO DE GEOGRAFIA A PARTIR DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA	Pauliane Pimentel Rhodes Gonçalves e Ana Carolina Galvão Marsiglia
97	11) Trabalho docente e política educacional	O Ensino de Sociologia e o início da docência: caracterização e análise das condições de trabalho no estado de São Paulo.	Fernanda Milan de Carvalho e Lucas André Teixeira
98	01) Alfabetização e ensino de língua portuguesa	O ensino inicial da escrita pensado pela Pedagogia Histórico-Crítica	FRANCIELE MEDEIROS GONÇALVES e Fabíola Mônica da Silva Gonçalves
99	10) Fundamentos Psicológicos	O estudo na idade escolar: contribuições da psicologia histórico-cultural à prática pedagógica histórico-crítica	Raquel Elisabete de Oliveira
100	01) Alfabetização e ensino de língua portuguesa	O MOVIMENTO DE TRANSIÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: A LINGUAGEM ESCRITA NA VISÃO DAS PROFESSORAS ALFABETIZADORAS	Keila Cristina Armando de Moraes e Cleonice Maria Tomazzetti
101	11) Trabalho docente e política educacional	O PIBID À LUZ DA PEDAGOGIA HISTÓRICO- CRÍTICA: A MATERIALIDADE EDUCATIVA NO TRABALHO DOCENTE	ANDRE HENRIQUE BOAZEJEWSKI PEREIRA e Desiré Luciane Dominschek
102	11) Trabalho docente e política educacional	O produtivismo como mediação fundamental da análise da Base Nacional Comum Curricular	Michelle Pinto Paranhos

103	06) Educação no Campo	O Projeto de Estudo Temático na Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza da UFV e os cinco passos da PHC: aproximações possíveis	Daiane Cenachi Barcelos e Sara Ferreira de Almeida
104	08) Ensino de História, Geografia, Filosofia e Sociologia	O proletariado nos escritos da juventude de Marx e Engels: uma revisão teórico-categorial para a análise das condições do trabalho docente	Arthur Guilherme Monzelli e Lucas André Teixeira
105	07) Ensino de Ciências, matemática e educação ambiental	O salto ontológico do ser humano como elemento central da concepção de mundo materialista histórico-dialética no ensino evolutivo	Guilherme Augusto Fernandes
106	05) Educação Infantil	OS BEBÊS E OS LIVROS: REFLEXÕES TEÓRICO-PRÁTICAS SOBRE A LITERATURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	Eleni Ferreira Cruz e Lucinéia Maria Lazaretti
107	01) Alfabetização e ensino de língua portuguesa	O SIMBOLISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: POSSIBILIDADES DIDÁTICAS A PARTIR DA BNCC	Roberta da Costa Cardoso
108	11) Trabalho docente e política educacional	Os impactos da mercantilização na educação pública: análise das formações continuadas ofertadas ao colegiado da Rede Municipal de Educação de Guapirama (2012-2020)	Marcela Cristina Gonçalves de Oliveira e Vanessa Campos Mariano Ruckstadter
109	09) Fundamentos Históricos, Filosóficos e Metodológicos	O uso de técnicas e tecnologias no trabalho educativo à luz da Pedagogia Histórico-Crítica	Jeferson Anibal Gonzalez
110	11) Trabalho docente e política educacional	Pedagogia histórico-crítica: o fracasso escolar e a importância da formação continuada de professores	Maria da Apresentação Barreto, Adriane Cenci, Juliana Carlos Guimarães de Araújo e Valéria Carla Vieira Gomes
111	05) Educação Infantil	Pedagogia Histórico-Crítica e Educação Infantil: Fundamentos Teórico-Metodológicos	SIMAO FRANCISCO DE MIRANDA
112	02) Artes (música, teatro, cinema, literatura)	Pedagogia Histórico-Crítica e o ensino de Artes Visuais: estudos preliminares	Janedalva Pontes Gondim
113	03) Educação Especial	PEDAGOGIA HISTÓRICO - CRÍTICA E EDUCAÇÃO ANTICAPACITISTA: ALGUNS PRESSUPOSTOS	Michele de a Mendonca Leite e RÉGIS HENRIQUE DOS REIS SILVA
114	06) Educação no Campo	Pesquisa intervenção-formativa na escola pública do campo: a práxis científica-educativa em movimento	Fabiane Rizo Salomão, Rodrigo Lima Nunes e Lucas Rinaldini
115	06) Educação no Campo	PLANEJAMENTO DAS AULAS NAS CLASSES MULTISSERIADAS NAS ESCOLAS DO CAMPO: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA	Raul Lomanto Neto, Celi Nelza Zulke Taffarel, Fábio Santos Silva e Raul Lomanto Neto
116	11) Trabalho docente e política educacional	POLÍTICAS DIRECIONADAS AO ENSINO DE ARTES E O ESVAZIAMENTO DOS CONTEÚDOS ESCOLARES	JANAINA ENCK e Maitê Nolasco Telles Reis
117	05) Educação Infantil	Pré escola e Alfabetização: uma investigação sobre os conteúdos presentes nas atividades de escrita	Camila Macalli de Oliveira e Profª Drª Eliza Maria Barbosa
118	05) Educação Infantil	Primavera nos dentes: a música como recurso metodológico para aprendizagem de crianças pequenas	Elis Karen Rodrigues Onofre Pereira e ANA PAULA ROSSAFA AUGUSTO

119	09) Fundamentos Históricos, Filosóficos e Metodológicos	Procurando Lenin: em busca dos usos e apropriações lenineanas na Pedagogia Histórico- Crítica	Vinícius Azevedo e Lucas André Teixeira
120	10) Fundamentos Psicológicos	PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL E A IMPORTÂNCIA DOS MODELOS COMO APORTE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	MIRIAM DA GAMA HENRIQUE e ANA CAROLINA GALVÃO
121	10) Fundamentos Psicológicos	Psicologia histórico-cultural em grupos de pesquisa no Brasil	Jessica Clemente e Sonia Mari Shima Barroco
122	10) Fundamentos Psicológicos	Queixas escolares pós-pandemia de Covid-19: contribuições teórico-práticas da Psicologia histórico-cultural	Fabiane Rizo Salomão, Irineu Aliprando Tuim Viotto Filho e Lucas Rinaldini
123	12) Questões étnico-raciais, de gênero e sexualidade na educação escolar	Quem tem medo de pesquisar raça e racismo na pedagogia histórico-crítica?	Pedro Vinícius Castro Magalhães do Amparo e Hélio da Silva Messeder Neto
124	09) Fundamentos Históricos, Filosóficos e Metodológicos	Questões sobre o planejamento didático a partir da pedagogia histórico-crítica	Adalgiza Gonçalves Gobbi e Ana Carolina Galvão
125	05) Educação Infantil	Reflexões sobre a importância da escola para o desenvolvimento da linguagem na Educação Infantil	Marisa De Souza Cunha Moreira e Elisângela Aparecida Francischetti
126	12) Questões étnico-raciais, de gênero e sexualidade na educação escolar	Reflexões sobre educação sexual emancipatória em Vigotski: análise das colocações do autor sobre afetividade e sexualidade a partir dos seis tomos das Obras Escogidas	Patrícia de Oliveira e Silva Pereira Mendes, Mariana Romão Galdino e Letícia Bernardes Ignácio
127	12) Questões étnico-raciais, de gênero e sexualidade na educação escolar	Relações Ético-Raciais em perspectiva marxista: pistas a partir do pensamento de José Carlos Mariátegui.	Tanise Baptista de Medeiros
128	05) Educação Infantil	Repensando o “Horário do banho”: práxis enquanto princípio para o desenvolvimento da linguagem oral da criança pequena	Luara Alexandre dos Santos
129	11) Trabalho docente e política educacional	Resistência Ativa na Defesa da Escola Pública	Pedro Henrique Ferreira de Melo, Joelma de Oliveira Albuquerque e Celi Nelza Zülke Taffarel
130	06) Educação no Campo	SANEAMENTO NA ESCOLA DO CAMPO: implantação da fossa como diálogo curricular entre docentes, estudantes e comunidade.	Fernanda Oliveira Brigatto Silvano
131	07) Ensino de Ciências, matemática e educação ambiental	Talento Rosa – Educação em Saúde a serviço da Vida	Gerson Lucio Vieira, Rosa Aparecida da Cunha Ferreira e Raquel Descie Veraldi Leite
132	04) Educação Física	Trato com o conhecimento, participação e aprendizagem nas aulas de educação física em uma escola de João Pessoa-PB durante o Ensino Remoto	Nathália Carolina da Silva e Melina Silva Alves

133	03) Educação Especial	Uma breve caracterização da produção científica brasileira sobre Educação Especial na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica e/ou Psicologia Histórico-Cultural	Régis Henrique dos Reis Silva, Larissa Oliveira Rocha e Stefany Pires Teixeira
134	11) Trabalho docente e política educacional	“Ensino” remoto na Universidade Federal do Espírito Santo.	Wendel de Alvarenga Silva Conceição e Ana Carolina Galvão Marsiglia



A categoria liberdade como recurso tático-ideológico no contexto da reestruturação produtiva: uma análise histórico-crítica das reformas na educação brasileira

Robson Machado¹ e Régis Henrique dos Reis Silva¹

¹Unicamp

Consubstanciada na Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), a pesquisa analisa a categoria liberdade e suas diferentes acepções. Para tanto, considera a contrariedade entre o ideário (neo) liberal e o materialismo histórico-dialético. Toma como referência a liberdade materialista para desvelar o caráter ideológico da liberdade abstrata (idealista), própria da sociabilidade burguesa. Defende que, diante do aprofundamento da crise do modo de produção capitalista, os representantes da ordem vigente reativam a ideologia da liberdade como dispositivo discursivo de convencimento da classe trabalhadora a fim de intensificar as privações a que ela está submetida. À vista disso, a liberdade aparece associada à defesa de reformas tidas como indispensáveis à recomposição da hegemonia burguesa.

A pesquisa observa, ainda, o caráter estrutural da atual crise do capital e sua relação com a crise brasileira e, ao fazê-lo, evidencia as implicações da liberdade como ideologia nas reformas educacionais colocadas em curso após o golpe de 2016. Em suma, argumenta que a liberdade proclamada nas atuais políticas educacionais tem como objetivo produzir liberdade para o capital e privações para o trabalhador. Nesse sentido, o Novo Ensino Médio, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Projeto Escola Sem Partido são partes importantes das reformas do Estado que tencionam a conformação social e a reprodução do mais-valor.



A CENTRALIDADE DA PERCEPÇÃO NA PRIMEIRA INFÂNCIA E SEU DESENVOLVIMENTO POR MEIO DO ENSINO: CONTRIBUIÇÕES DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA E DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

LORRANA MORELLI SOARES¹ e Eliza Maria Barbosa²

¹*Prefeitura Municipal de Araraquara*

²*Unesp - Universidade Estadual Paulista*

Este resumo apresenta uma dissertação de mestrado que, adotando como método o materialismo histórico-dialético, realizou uma pesquisa teórico conceitual na qual tivemos por objeto as contribuições teóricas da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica sobre a percepção e as possibilidades de seu desenvolvimento por meio do ensino escolar, objetivando extrair daqueles pressupostos diretrizes teórico-práticas para o planejamento e a organização de ensino, particularmente os que podem contribuir para o aperfeiçoamento da acuidade perceptiva em crianças de 1 a 3 anos.



A compreensão dos professores de educação infantil sobre desenvolvimento: uma análise da queixa escolar

Débora Nogueira Tomás¹

¹UNESP

Este estudo se debruça sobre a temática da queixa escolar na educação infantil, com o objetivo de investigar sua construção. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com professoras de crianças de 4 e 5 anos de idade, com questões acerca das concepções sobre o desenvolvimento e do processo de escolarização. Evidenciamos que os encaminhamentos de queixa escolar envolvem principalmente crianças entre três e quatro anos, e expressam condutas infantis idealizadas pelos adultos, mas que não são coerentes com o desenvolvimento real da criança nesta faixa etária, aparece como queixa escolar: desinteresse em realizar as atividades/ não fazer as atividades com capricho, dificuldade para escrever e pintar, comportamento desafiador; teimosia; comportamentos inadequados; desatenção; agitação, sendo tais comportamentos justificados ora pelo contexto familiar ora por problemas individuais e inatos da criança, o que pressupõe a incompreensão do próprio desenvolvimento infantil e a atividade dominante da criança no período pré-escolar. Na experiência concreta da educação infantil, coexiste o discurso espontaneísta sobre o desenvolvimento e a prática neo-tecnicista, uma vez que, o planejamento pedagógico, enfatiza atividades que visam a alfabetização por meio de escrita de letras e números, seja no sistema apostilado seja nas folhas de atividades complementares confeccionadas pelas próprias professoras, deste modo, averiguamos que o ambiente escolar e a prática pedagógica pode contribuir para a produção e manutenção da queixa, uma vez que não há a compreensão de que são os processos educativos que fazem a criança avançar no seu desenvolvimento. Concluímos que quanto maior a compreensão os professores, e demais profissionais da educação, tiverem sobre o desenvolvimento humano e utilizar de recursos didáticos pautados em conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos, qualitativamente maior serão as situações de ensino e aprendizagem dos alunos, e não restará espaço para queixas escolares que individualizam a criança ou suas famílias.



A concepção de ser humano no Ensino de Biologia

Daiany Pressato¹, Thalita Quatrocchio Liporini² e Leandro Jorge Coelho³

¹Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência, Faculdade de Ciências - Unesp, campus Bauru

²Universidade Federal do Tocantins, Campus Porto Nacional.

³Departamento de Educação em Ciências, Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Goiás

Este trabalho objetivou problematizar a concepção de ser humano presente na produção científica da área de Ensino de Biologia, a fim de refletir sobre as contribuições da compreensão do ser social, a partir dos fundamentos da Pedagogia Histórico-Crítica para a referida área. Para tanto, foram analisados artigos publicados em dossiês temáticos da Revista de Ensino de Biologia (REnBio), tendo em vista a análise da concepção de ser humano das pesquisas. A revista foi escolhida pela sua importância para a área de Ensino de Biologia a nível nacional. A concepção de ser humano veiculada pelas Ciências Biológicas pautava-se por uma perspectiva biologicista, sob o viés positivista. Os artigos das revistas analisadas contribuem para problematizar essa concepção mas não abordam o ser humano - enquanto ser social - pautado pelas relações de classe. Defende-se que o Ensino de Biologia, a partir das contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica, se aproprie da reflexão dialética sobre o ser social, respeitando sua especificidade e sua possibilidade de transformação da realidade.



A COVID-19 E A EDUCAÇÃO INFANTIL: IMPACTOS NAS PRÁTICAS DOCENTES

Beatriz Silva Lima¹, Priscilla de Andrade Silva Ximenes¹, Janaína Cassiano Silva¹, Altina Abadia da Silva¹, Mariana Vilar¹ e Felipe Kenned de Oliveira Martins¹

¹Universidade Federal de Catalão

O presente trabalho, realizado no âmbito do PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica), no período de agosto de 2021 a julho de 2022, vincula-se ao projeto de pesquisa intitulado “O desenvolvimento profissional de professores(as) da educação infantil a partir de uma experiência colaborativa”, que teve por objetivo principal identificar e analisar as necessidades formativas de professores(as) da Educação Infantil durante o período da pandemia COVID-19. À luz dos pressupostos do materialismo histórico-dialético e da Teoria Histórico-Cultural buscamos formas de pensar novos rumos para a formação de professores(as) da Educação Infantil pela pesquisa-formação, a partir da metodologia a pesquisa-ação crítico-colaborativa. Esta consiste em uma reconfiguração da pesquisa-ação e da pesquisa-colaborativa, com vistas a emancipação dos sujeitos e da práxis pedagógica, pautadas nos fundamentos marxistas e nos aspectos metodológicos propostos por Pimenta (2005), Franco (2005) e Ibiapina (2008).

A pesquisa-ação crítico-colaborativa insere-se na tendência de investigação que valoriza a formação contínua como desenvolvimento profissional e institucional. Esse referencial teórico-metodológico crítico-dialético possibilitou a construção desse trabalho e permitiu ainda o aprofundamento teórico/metodológico que orientou toda a investigação realizada.

A pesquisa foi realizada com os(as) professores(as) que atuam na Educação Infantil de um município do sudeste goiano. A equipe executora foi composta por quatro discentes da graduação em Pedagogia e Psicologia, três da pós-graduação em Educação e quatro docentes dos cursos já citados. O primeiro passo foi a realização de reuniões do grupo de estudos composto pela equipe executora para aprofundamento nas leituras e autores relacionados ao referencial teórico-metodológico dessa pesquisa, bem como nas temáticas relacionadas à formação de professores(as), educação infantil e necessidades formativas, trazendo, também para o contexto pandêmico.

Posteriormente, entramos em contato com a Secretaria Municipal da Educação (SME) de um município do sudeste goiano para apresentação do projeto e a partir das devidas autorizações éticas, solicitamos o quantitativo de instituições e professores(as) que atuam na de educação infantil, bem como os seus e-mails e acesso aos documentos com a proposta de ações e políticas de formação do município. Ao final desta etapa, encaminhamos via e-mail aos professores(as) da Educação Infantil do município um convite para participar da pesquisa, bem como a apresentação do projeto e dos objetivos da pesquisa.

A partir da solicitação das supervisoras de ensino da Educação Infantil da SME iniciamos a pesquisa numa instituição de Educação Infantil da Rede Municipal, utilizando o período de hora atividade, destinado para planejamento e estudo coletivo. A partir do critério de inclusão e exclusão dos participantes da pesquisa (consentimento de participação da pesquisa e ser professor da Educação Infantil efetivo da RME), construímos um grupo de Whatsapp com os(as) professores(as) participantes para agendamento dos encontros do grupo focal e enviamos um questionário pelo Google Forms via e-mail para melhor caracterização dos participantes.

Os encontros foram presenciais, ocorreram às terças-feiras, das 19h às 21h, no prédio da universidade. Cada grupo focal teve um tema gerador e contou com a mediação da equipe executora da pesquisa, a saber: I) “formação de professores”, II) “identidade docente”, III) “necessidades formativas”, IV) “Ser professor de Educação Infantil.” Com isso, pretendemos compreender os principais impactos da pandemia no trabalho docente e na organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil. Os encontros foram registrados em diário de bordo, gravados por áudio e vídeo e transcritos.

O exercício da docência acompanha as configurações e organizações sociais. No contexto pandêmico, espera-se que em sala de aula, as crianças sejam ensinadas, haja vista que esse é um direito constitucional inalienável. Sob as perspectivas da sociedade vigente, essas construções vão sendo produzidas ao longo do tempo, do contexto em que se engendram, produzindo assim mudanças significativas na prática docente. Sendo assim, para realização desta pesquisa, nos debruçamos em Saviani e Vygotsky. Sabe-se que a Pedagogia Histórico-Crítica tem como base os pressupostos de Marx vinculados à ideia do modo de produção, entendendo que da forma como os homens constroem sua existência é que são construídos também os processos educacionais. Sendo assim, em uma sociedade capitalista, a construção da existência do homem sob esses moldes também produzirá, por efeito, uma educação com bases capitalistas. É necessário, portanto, identificar os problemas advindos desse fato e implantar uma prática educativa sobre tal modelo (SAVIANI, 2014).

Ademais, de acordo com a perspectiva de Marx, o trabalho vem para suprir as necessidades do homem, de tal forma que a natureza é transformada em prol de tais necessidades; assim, bens materiais e imateriais são produzidos, em prol da satisfação humana. Nesse contexto, o trabalho educativo se configura como um trabalho não material, pois está ligado à produção do saber. Entretanto, dentro de um contexto capitalista neoliberal, o aspecto humanizador da educação se torna desumanizador, fato que foi evidenciado e piorado ainda mais dentro do contexto pandêmico (XIMENES, ANDRADE, SILVA, 2021).

Da mesma forma que no trabalho, na ação sobre o mundo o homem utiliza de instrumentos e toda ação do homem supõe uma mediação, não escapando desse fato a aprendizagem, a qual se dá em interação com o outro, na comunicação (MARTINS, MOSER, 2012). A mediação “é interposição que provoca transformações, encerra intencionalidade socialmente construída e promove desenvolvimento, enfim, uma condição externa que, internalizada, potencializa o ato de trabalho, seja ele prático ou teórico” (MARTINS, 2011, p.42).

Os resultados apontam para a compreensão de limites e possibilidades da relação entre educação infantil, mídias e tecnologias, a partir da compreensão de que a utilização de recursos de mídia e tecnologia, ao mesmo tempo em que tem se tornado uma ferramenta útil para viabilizar a prática docente durante o ensino remoto, também tem diminuído a fronteira entre o trabalho e a vida privada do professor. Além disso, os (as) professores(as) apontam que na Educação Infantil o ensino remoto impossibilitou a realização de mediações necessárias para o desenvolvimento das crianças.

Além disso, a desvalorização profissional foi uma questão muito pertinente no ensino remoto, haja vista os moldes neoliberais que estão intrínsecos à prática educativa, uma vez que estamos inseridos em uma sociedade capitalista. Professoras(es) durante a pandemia, foram obrigadas(os) a se adaptarem dentro da lógica do ensino remoto, mediante a urgência de não só dar continuidade à aprendizagem, mas uma continuidade sem referências e sem apoio na manipulação dos dispositivos tecnológicos.

Ademais, novas necessidades formativas consequentemente surgiram, como a manipulação desses dispositivos em sala de aula no ensino presencial para fins pedagógicos. Outra necessidade que surgiu apontada pelos resultados foi direcionada para a questão da relação entre família e escola. A maior parte das(os) professoras(es) relataram, através de uma nuvem de palavras em que foi questionado a respeito dessas necessidades, a preocupação em relação ao compromisso; especialmente o compromisso da família com o processo educativo das crianças. Alegaram que os responsáveis nem sempre se empenham em participar desse processo e não se interessam pelo que é feito pelas crianças na escola.

Diante do exposto, concluímos que a atividade docente está intensamente relacionada com os ideais e as perspectivas da sociedade, de tal forma que novas configurações sociais implicam em novas formas de se fazer docência. Assim, a pandemia impôs uma nova configuração nesse sentido, impactando, consequentemente, na prática docente. Portanto, o ensino remoto causou e tem causado uma série de mudanças no que tange a esse exercício. Os(as) professores(as) tiveram que lidar com esse novo cenário sem amparo e orientação. O resultado disso tem se mostrado nas novas necessidades formativas e novas identidades profissionais, que são atravessadas também

pelo sistema neoliberal.

Por fim, o impacto na prática docente e as novas necessidades profissionais advindas do ensino remoto, do retorno ao ensino presencial e do contexto pandêmico, sob a perspectiva proposta da pesquisa colaborativa, prevê uma forma de enfrentamento a tais questões. O prosseguimento da pesquisa abordará as possíveis formas, realizando-a de forma horizontal, colaborando poderes e propondo, dentro do possível, formas de amenizar os desafios. Esperamos que os dados e resultados construídos ao longo da pesquisa possam oportunizar novas tessituras na formação continuada com conteúdos que partam das concretas necessidades formativas dos(as) professores(as), oriundas tanto do período de isolamento, quanto do retorno ao ensino presencial na Educação Infantil.



A Educação Integral na Base Nacional Comum Curricular: um olhar a partir da Pedagogia Histórico-Crítica

LUCAS LIMA MALTEZ¹ e DARIANNY ARAÚJO DOS REIS¹

¹UFAM - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

A pesquisa tem por objetivo analisar a proposição conceitual de educação integral enquadrada na BNCC, articulando-a aos pressupostos filosóficos, pedagógicos e formativos da Pedagogia Histórico-Crítica. Consiste numa pesquisa de natureza qualitativa, de cunho bibliográfico e documental, na qual se buscou a análise do objeto a partir do método histórico e dialético. Na pesquisa, são descritos e problematizados os aspectos contraditórios da concepção de educação integral, que se prendem ao desenvolvimento de competências (pedagogia das competências), observando as limitações deste documento curricular oficial, no tocante à esta concepção. Para tanto, impõe-se também a reflexão sobre o currículo escolar, uma vez que a proposição da formação integral deve, substancialmente se justificar pelo acesso aos conhecimentos históricos e humanos (científicos, artísticos, filosóficos e tecnológicos), compreendidos como necessários à integralidade da formação conferida à educação escolar. O estudo revelou que a concepção de educação integral na BNCC se coaduna a uma lógica pragmática, instrumental e mercadológica de educação, orientada para uma formação redutora e centrada no saber-fazer, contrária ao caráter emancipador e crítico dos conhecimentos escolares e que se faz intrínseco à Pedagogia Histórico-Crítica.



A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CAMPO E A PEDAGOGIA HISTÓRICO CRÍTICA: UM GUIA PRÁTICO SOBRE O CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA RELACIONANDO TRABALHO E IDENTIDADE

Vivianne Costa Sousa¹ e Elen de Fátima Lago Barros Costa²

¹SEMED/MA

²IFMA

O objeto de estudo da pesquisa é a formação profissional no campo e teve como objetivo analisar a formação profissional no curso Técnico em Agropecuária/PROEJA no IFMA/campus Maracanã, tendo em vista a relação entre trabalho e identidade na perspectiva da classe trabalhadora no campo. Partiu-se da problemática: a formação profissional no curso Técnico em Agropecuária no IFMA/campus Maracanã relaciona trabalho e identidade na perspectiva da classe trabalhadora no campo? Trata-se de uma pesquisa de Mestrado Profissional que teve como método de abordagem o materialismo histórico dialético. Em relação aos procedimentos metodológicos trata-se de estudo de caso que compreende pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Como resultado da pesquisa de campo, elaborou-se um produto educacional apresentado em forma de Guia, intitulado “Um guia prático sobre o curso técnico em agropecuária: relacionando trabalho e identidade no Instituto Federal do Maranhão”. O Guia tem como suporte teórico-metodológico a Pedagogia Histórico Crítica, uma teoria pedagógica de base marxista, que compreende a educação no seu desenvolvimento histórico-objetivo e se compromete com a transformação da sociedade (SAVIANI, 2011). A construção do produto educacional considerou as etapas propostas pela pedagogia histórico-crítica e respeitou a prática social dos sujeitos, percorrendo todas as etapas da pesquisa. O Guia contribuiu para intervir nas lacunas encontradas na perspectiva formativa da classe trabalhadora. Este produto educacional, estruturado e fundamentado na Pedagogia Histórico Crítica, contribui com a formação na perspectiva de classe trabalhadora e atende às necessidades imediatas de estudantes.



A escola e a formação da Individualidade Para Si na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica

Camila Gaido Grizzo¹

¹Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Este resumo apresenta o trabalho desenvolvido como monografia no curso de Ciências Sociais que teve como objeto de reflexão o ensino médio da escola pública brasileira no seio da sociedade capitalista. A partir da perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica e seus pressupostos filosóficos e metodológicos, buscou-se evidenciar como a atual configuração escolar apresenta um acirramento do caráter contraditório entre humanização e alienação, impondo obstáculos para o desenvolvimento livre dos seres humanos em suas máximas possibilidades, isto é, o seu vir a ser enquanto individualidade para si (DUARTE, 2013). O objetivo foi o de destacar os eventos políticos recentes que impactaram a etapa do ensino médio e analisá-los a partir das categorias da Pedagogia Histórico-Crítica, a fim de que fosse apropriado seu referencial teórico.



A formação de um leitor crítico no ensino de Arte

Juliana da Silva Moreira¹

¹UNESP/SP

Este texto é um recorte do projeto de investigação sob o título, Leitura de Imagens na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica, apresentado à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, na linha de pesquisa: Processos artísticos, experiências educacionais e mediação cultural, dentro do programa de Mestrado Profissional (PROF-ARTES).

O projeto consiste em uma pesquisa-ação, buscando a promoção do ensino-aprendizagem, na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), por meio de leitura de imagens, com o intuito de buscar desenvolver nos alunos uma postura crítica e questionadora.

A pesquisa teórica será baseada nas contribuições de autores da Pedagogia Histórico-Crítica e especialistas do campo de leitura de imagens.



A formação docente para a Educação Infantil pela pesquisa-ação crítico-colaborativa

Felipe Kenned de Oliveira Martins¹, Priscilla de Andrade Silva Ximenes¹, Ricardo Eleutério dos Anjos¹ e Maria Eduarda Leite Rabelo¹

¹Universidade Federal de Catalão (UFCAT)

O presente texto é oriundo de um plano de trabalho em desenvolvimento no âmbito do Programa de Iniciação à Pesquisa (PROCELICEN), vinculado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Catalão (UFCAT). A pesquisa teve como objetivo principal apreender e analisar o processo de formação docente para a Educação Infantil a partir do processo de uma pesquisa-ação crítico-colaborativa.

Historicamente, a docência para a infância é marcada por uma perspectiva assistencialista, higienista e voluntarista, o que impacta negativamente na valorização desse profissional. Assim, à luz da teoria histórico-cultural, apresentamos os conceitos basilares dessa pesquisa – a de que a educação medeia o processo de desenvolvimento de professores e alunos. Desse modo, a formação de professores se constitui como um elemento possibilitador de desenvolvimento profissional e humano de docentes.

O arcabouço teórico-metodológico da pesquisa possibilitou a identificação da seguinte problemática: quais as relações existentes entre a política/ações de formação continuada de professores, proposta no município de Catalão, e as concretas necessidades formativas de docentes que atuam na Educação Infantil? Dessa forma, houve a tentativa de superar a aparência imediata da compreensão de necessidades para interpretar o fenômeno a partir de suas múltiplas determinações.

A partir da teoria histórico-cultural, utilizou-se como instrumento de intervenção formativa e de coleta de dados a pesquisa-ação crítico-colaborativa, que consiste em uma reconfiguração da pesquisa-ação e da pesquisa-colaborativa. A pesquisa também articulou os pressupostos da teoria da Atividade de Leontiev com a pedagogia histórico-crítica.

A pesquisa-ação crítica parte das condições concretas das pessoas e das instituições e elabora planos de intervenção formativa. A partir das demandas levantadas pelas participantes da pesquisa, ouvindo suas narrativas, organizamos as tessituras metodológicas de intervenção. Trata-se de um processo dialético, onde pesquisadores(as) e participantes, modificam-se nesse processo reflexivo e crítico.

Segundo Ibiapina, a pesquisa colaborativa é respaldada na relação democrática de participação. Pressupõe que os participantes da pesquisa tenham interesses pessoais e profissionais em comuns, e que estejam dispostos ao diálogo reflexivo de um determinado tema. E, partindo desse pressuposto teórico-metodológico, a pesquisa visa constituir condições concretas que possibilitem a reflexão e a superação de práticas docentes hegemônicas e acríticas. Vale ressaltar que, a partir do método adotado, a ênfase está nas transformações que se operam durante todo o processo, tanto para as participantes da pesquisa, quanto para a formação das(os) pesquisadoras.

O trabalho é realizado junto a professoras que atuam na Educação Infantil no município de Catalão – GO, articulado com um curso de extensão universitária denominado “Formação

continuada de professores da Educação Infantil. Participam do curso vinte e cinco docentes e a equipe de pesquisadoras(es), composta por quatro discentes da graduação em Pedagogia e Psicologia, três da pós-graduação em Educação e quatro docentes dos cursos já citados.

A princípio foram elaborados e aplicados um questionário e uma entrevista semiestruturada, com o objetivo de levantar as necessidades formativas das participantes, bem como os limites e possibilidades da formação continuada. Ao perguntar às professoras sobre a relevância e contribuição das ações de formação continuada nos quais elas participavam na Secretaria Municipal de Educação da cidade, em algum momento, mencionaram que a formação continuada contribui com a formação docente; com a aproximação de novos conhecimentos e metodologias de ensino; com o aperfeiçoamento da relação ensino-aprendizagem, favorecendo uma melhor qualidade de ensino- aprendizagem às crianças.

No entanto, alguns participantes relataram que os cursos, em sua grande maioria, estavam fora de contexto (não faziam sentido para a real necessidade vivenciada), uma vez que o conteúdo dessas formações não partia da sua prática social. Dessa feita, defendemos a necessidade de novas configurações nos processos formativos de professores e professoras, levando em consideração que se trata de uma atividade de trabalho e que, numa perspectiva marxiana, implica intencionalidade. Por se tratar de uma atividade consciente, podemos afirmar, a partir de Leontiev (1978), que o trabalho educativo deve se pautar em motivos eficazes e que as ações e operações sejam repletas de significado e sentido para o docente.

Sobre a especificidade da identidade docente na Educação Infantil, ao responderem o questionário disponibilizado, as professoras delinearam o que é preciso saber para ser professora da educação infantil. Diversas respostas convergiram-se em relação aos aspectos socioemocionais, como é posto por uma das professoras de que: “Em primeiro lugar: é preciso amar. Segundo ter paciência. Depois vêm os conhecimentos em Psicologia, Literatura etc.” Percebe-se um discurso interligado com aspectos relacionados ao amor, dedicação e o gostar de crianças. Ainda que defendamos que esses aspectos sejam importantes para a prática pedagógica na Educação Infantil, eles são insuficientes. Considerando que a escola é lugar de oportunizar a apropriação de conhecimentos científicos, espera-se que o professor da Educação Infantil domine os saberes necessários para mediar o processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento infantil. Ademais, destaca-se que, historicamente, essa concepção reforça o mito da educadora nata, expresso por Arce (2001). A autora, em sua pesquisa com professores, constatou que, na concepção dos participantes, a formação e saberes necessários para atuar na educação infantil reforçam o discurso da mulher enquanto a pessoa ideal, demarcando assim a desigualdade de gênero e o processo de feminização do magistério.

Afirmações como essas foram observadas quando as professoras participantes da pesquisa afirmaram gostar da educação infantil por ser um “dom”. Tais concepções demonstram passividade, amorosidade e ações “guiadas pelo coração”. Ao remeter a educação infantil enquanto campo de atuação, em sua grande maioria, por mulheres e mães, surgem outras facetas problemáticas da educação e a desvalorização docente. E o mito da educadora nata respalda e sustenta uma das maneiras depreciativas da identidade docente, quando as professoras são constantemente chamadas e/ou denominadas de “tia” ou “cuidadoras”. “Termos como professorinha ou tia, que configuram uma caracterização pouco definida da profissional, oscilando entre o papel doméstico de mulher/mãe e o trabalho de educar”, o que ocasiona uma possível associação da professora atrelado aos cuidados maternos. Resultando em uma desvalorização docente por remeter à educação infantil como algo do âmbito do cuidado materno, e não uma profissionalização fundamentada em conhecimentos científicos.

Destarte, podemos inferir que as concepções naturalizantes do trabalho educativo apresentadas pelas participantes da pesquisa refletem concepções largamente difundidas por políticas educacionais e teorias pedagógicas que desvalorizam a atuação docente e que obliteram o desenvolvimento de uma educação emancipadora e crítica.

Outro aspecto que nos possibilitou a obtenção do objetivo dessa pesquisa vincula-se ao impacto da formação oportunizada para a construção da identidade profissional docente. Tal formação é elaborada por intermédio do processo formativo e dos saberes desenvolvidos ao longo da formação inicial e continuada, além das experiências acumuladas pelas professoras ao longo do seu desenvolvimento profissional.

Contemplando os objetivos da pesquisa, apreender e analisar o processo formativo dos docentes da Educação Infantil, até o momento podemos observar que o conteúdo das formações continuadas vivenciadas pelas professoras nem sempre vão ao encontro das suas reais necessidades formativas. A partir da análise, percebemos que as formações continuadas ofertada pela Secretaria Municipal de Educação de Catalão - GO vinculam-se de sobremaneira às

necessidades institucionais, vinculadas às diretrizes nacionais para a padronização da formação e do currículo. A análise das necessidades possibilitou elencar o conteúdo da formação que está em andamento.



A função da educação infantil, seus objetivos e conteúdos: o que pensam os licenciandos de Pedagogia?

Luísa Bócoli Carnevalli¹ e Eliza Maria Barbosa²

¹Unesp - Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara

²Unesp - Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara

Com a clareza de que a manifestação das produções criadas historicamente pelo conjunto dos homens se expressa no currículo escolar e na escolha dos conteúdos a serem ensinados às novas gerações, nos dedicamos a pesquisar as concepções de futuros professores, formandos do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (FCLAr), acerca da relação entre a finalidade da educação, os objetos e meios que a realizam a fim de contribuir com as discussões no campo da formação inicial de professores para a Educação Infantil. Assim, com base nos pressupostos do materialismo histórico-dialético, da Psicologia Histórico-Cultural e da Pedagogia Histórico-Crítica, este estudo reúne as respostas dos participantes a questões que versam sobre seu referencial teórico, a função da Educação Infantil, os critérios de um currículo para a mesma, os conteúdos a serem ensinados nessa etapa e suas fontes. Em vista disso, entendemos que a compreensão do caráter teleológico da Educação Infantil relaciona-se diretamente às concepções de currículo e conteúdo, que, por sua vez, são aspectos norteadores da prática docente. De modo geral, as considerações levantadas neste estudo contribuem com a demarcação de um cenário que indica aspectos relevantes sobre a formação para a docência na Educação Infantil dos alunos de Pedagogia da UNESP - FCLAr.



A garantia do direito à educação e sua negação no ensino remoto emergencial: (re)produção do Capitalismo ou condição para o Socialismo? Reflexões a partir da Pedagogia Histórico-Crítica

CAIO MARCO ESPIMPOLO¹ e Elaine Sampaio Araújo¹

¹FFCLRP - USP

A partir da análise de documentos oficiais da área da educação produzidos durante o período de vigência exclusiva do ensino remoto emergencial devido à pandemia de COVID-19 na cidade de Ribeirão Preto, este trabalho, valendo-se do materialismo histórico-dialético como método, busca os nexos que determinam os sentidos da contradição entre o direito à educação e sua negação como condição de produção e reprodução do capitalismo e, em oposição, o direito a educação como condição para a superação do modo de produção capitalista pela superação do senso comum e da alienação pelo desvelar da realidade concreta.



A implementação da BNCC na Educação Básica: uma análise sobre as competências a partir da Pedagogia Histórico-Crítica

Fernanda Welter Adams¹, Rafael Moreira Siqueira¹ e Edilson Fortuna de Moradillo¹

¹Universidade Federal da Bahia

As competências são alicerce fundamental da organização da BNCC, o que demonstra um currículo voltado para o ideário neoliberal e pós-moderno imposto pelo capital. Desta forma, neste trabalho problematizamos: Quais os limites e contradições que a organização da BNCC em competências pode promover na formação ofertada na Educação Básica? Assim, temos como objetivo, analisar limites e contradições impostos pela organização da BNCC em competências e sua influência na educação básica. A organização proposta pela BNCC se apresenta, assim, como uma contradição frente ao desenvolvimento dos estudantes da educação básica indo na contra mão da proposta da Pedagogia Histórico-Crítica. Sendo então urgente que pais, alunos e professores promovam ações de resistência frente ao que propõem a BNCC, uma formação baseada em competências que vão promover a reprodução do capital e no esvaziamento da formação humana dos sujeitos.



A IMPORTÂNCIA DA ESTRUTURA CURRICULAR NO TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Michelle Abraão do Carmo¹

¹UERJ-FEBF

À luz das contribuições da Pedagogia histórico-crítica (Phc), este trabalho tem como objetivo refletir sobre a importância da estrutura curricular no trabalho docente com crianças pequenas. A partir do seguinte problema: a estrutura curricular impacta o trabalho docente na Educação Infantil? Tem como objeto de investigação as políticas públicas para a Educação Infantil. É fruto de análises em andamento que integram o projeto de pesquisa do mestrado acadêmico.



A importância do ensino de História nos Anos Iniciais da Educação Básica: uma articulação entre ensino de História, Alfabetização e Pedagogia Histórico-Crítica

Ligia Aparecida Ramos¹ e Dra. Vanessa Campos Mariano Ruckstadter.¹

¹Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP)

O presente texto tem como propósito apresentar os resultados da pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação Básica da Universidade Estadual do Norte do Paraná, campus de Jacarezinho. A pesquisa em questão foi realizada entre os anos de 2021 e 2022. Teve como objeto de estudo a possibilidade de articulação entre o ensino de História nos Anos Iniciais da Educação Básica com a Alfabetização. O objetivo principal foi articular o processo de Alfabetização a partir da Pedagogia Histórico-Crítica com o Ensino de História nos Anos Iniciais da Educação Básica a fim de destacar a sua importância para uma formação omnilateral. O problema de pesquisa emergiu da prática docente da pesquisadora a partir das percepções acerca da desvalorização do ensino de História nos Anos Iniciais da Educação Básica, potencializadas em decorrência das avaliações externas, da expropriação da autonomia e do conhecimento do professor nas últimas décadas (FREITAS, 2014).



A incorporação da cultura corporal popular à produção do saber escolar na luta contra o capitalismo

Pepita Saloti Polido¹ e Lucas André Teixeira¹

¹UNESP - FCLAr

O texto apresentado traz proposições que estão sendo aprofundadas no desenvolvimento de uma investigação de doutorado. Temos por tese primária que o processo de socialização da cultura corporal pela escola na periferia da capital não pode perder de vista a prática social como critério, fundamento e finalidade do trabalho pedagógico, não se limitando à transformação das objetivações da cultura corporal mais sistematizadas (elaboradas, eruditas, desenvolvidas etc.) em saber escolar, mas também reivindicando a produção, pelo professor, de um tipo de saber escolar que considere aquelas objetivações da cultura corporal popular sínteses de diferentes atividades humanas de resistência à exploração e opressão infligidas pelo processo denominado por Depeste (1980) de racialização e intensificação da luta de classes. O movimento da pesquisa em curso ocorre no tensionamento entre um ensino de Educação Física - orientado pela Pedagogia Histórico-crítica e pela abordagem crítico-superadora da Educação Física - e própria Pedagogia Histórico-crítica. Nossas análises estão centradas nos questionamentos que a prática coloca à teoria de modo a cotejar, numa perspectiva marxista, a universalidade da teoria com a particularidade do ensino. O objetivo é contribuir com os esforços coletivos que visam socializar a cultura corporal e elaborar permanentemente a Pedagogia Histórico-crítica firmando compromisso com os interesses históricos explorados.



A LITERATURA INFANTIL E OS PROCESSOS DE ENSINO, APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS DE 0 A 5 ANOS

Lussuede Luciana de Sousa Ferro¹ e Lussuede Luciana de Sousa Ferro¹

¹Universidade Estadual do Paraná - Campus de Paranavaí (UNESPAR)

A literatura infantil é um dos recursos didáticos utilizados pelos professores para a organização do ensino escolar, conforme constatamos no decorrer dos estudos acadêmicos no curso de Pedagogia. Observamos que, em muitas práticas com as obras literárias, as histórias serviram como um pretexto para a abordagem de determinados conteúdos escolares. Dessa forma, este estudo tem como objetivo investigar a literatura infantil como uma atividade lúdica que contribui nos processos de ensino, aprendizagem e desenvolvimento da criança. Fundamentadas nos pressupostos da Teoria Histórico-Cultural, realizamos a investigação qualitativa por meio de estudos bibliográficos, os quais foram organizados em três momentos: a) o processo de construção histórica da literatura no Brasil e suas relações com o ensino infantil; b) a literatura como ferramenta de humanização da criança; c) a literatura infantil e a organização de ações de ensino e de aprendizagem lúdicas que desenvolvem. Os resultados revelam que a literatura contribui nos processos de ensino, aprendizagem e desenvolvimento da criança, se o professor sistematizar intencionalmente as suas ações, à luz do desenvolvimento das funções psíquicas das crianças, em suas máximas potencialidades. Esperamos que os estudos realizados contribuam para o debate e aprofundamento dos estudos teóricos e práticos sobre os processos formativos na infância, por meio da literatura como uma ferramenta que ensina, forma e desenvolve e as crianças desde tenra idade.



A mediação no processo de desenvolvimento do humano

MARTA BAGGIO BIPPUS¹, Carita Pelicão¹, Ielson José dos Santos¹, Fernanda Jardim Maia¹ e Afonso Antonio Machado¹

¹*Universidade Estadual Paulista*

O objeto do nosso estudo é a categoria Mediação, tendo por base o método do Materialismo Histórico e Dialético e de acordo com as definições da Psicologia histórico-cultural que tem como base os estudos desenvolvidos pelo teórico Levi S. Vigotski.



A mudança curricular do IFPR Campus Jacarezinho na perspectiva da Pedagogia Histórico-crítica

Flavia Torres Presti¹ e Jorge Sobral da Silva Maia²

¹*Instituto Federal do Paraná; Campus Jacarezinho*

²*Universidade Estadual do Norte do Paraná; Campus Jacarezinho*

O presente artigo surge da necessidade de olhar para a mudança curricular que está em curso no Campus de Jacarezinho/PR do Instituto Federal do Paraná (IFPR), partindo do pressuposto que a observação de uma experiência, mesmo que pontual, servirá para a ampliação das discussões sobre currículo, contribuindo com o repertório teórico nessa área da educação e, ainda com qualificação da prática social discente e docente. O currículo é parte importante da escola, sendo ele o saber objetivo, organizado e sequenciado de maneira a permitir que estudantes se apropriem do conhecimento construído socialmente e acumulado historicamente pela humanidade. Ele não deve ser um agrupamento de conteúdos aleatórios, havendo necessidade de uma sistematização para que seja possível a compreensão. Utilizando como referência a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), o objetivo deste texto é realizar caracterização e análise da proposta de educação integral e a organização curricular que está em curso há 7 anos no IFPR/Jacarezinho.



Antiespecismo e pedagogia histórico-crítica: possibilidades emancipatórias

Guilherme Torres Correa¹ e Camila Itikawa Gimenès¹

¹*Não se aplica*

A luta antiespecista, como uma dimensão da luta contra as opressões, tem seu valor em si, pois o sofrimento de animais não-humanos provocado de maneira sistemática é uma justificativa suficiente para uma profunda reflexão ético-moral sobre a dignidade da vida animal. Entretanto, o especismo, em especial a exploração animal de modo industrial, também tem como consequência direta e indireta tanto a desumanização e alienação dos próprios seres humanos, como a produção da crise ecológica. Destarte, considerando que a pedagogia histórico-crítica (PHC) entende que o trabalho educativo se configura como “o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”, e que também tem como objetivo a “identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos” (SAVIANI), julgamos que por permitir um desenvolvimento superior do gênero humano, defendemos a inserção do antiespecismo como conteúdo curricular, inclusive por ser uma discussão hegemonizada por correntes políticas e pedagógicas que se distanciam das propostas da PHC.



A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: IMPLICAÇÕES TEÓRICO-PRÁTICAS A PARTIR DA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL

Gabriela Santinone dos Santos¹ e LUCINÉIA MARIA LAZARETTI¹

¹UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ

O espaço na educação infantil é um componente da organização do ensino e é fundamental compreendê-lo numa perspectiva crítica de educação, isto porque, o espaço afeta diretamente o desenvolvimento da criança, e a partir dele o professor planeja, propõe e executa suas ações pedagógicas, levando em conta a criança como um sujeito em atividade. Neste sentido, o objetivo geral foi compreender o espaço na educação infantil, a partir dos preceitos da Teoria Histórico-Cultural. Nos aprofundamos nos estudos de Horn (2017), Gamba (2016); Lazaretti (2013) e Lazaretti e Magalhães (2019) e Pasqualini (2013). Para isso, a pesquisa desenvolveu-se por meio de uma metodologia de cunho bibliográfico a partir dos autores citados. De maneira geral, compreendemos o espaço enquanto um componente de ensino que dispõe da cultura humana por meio dos instrumentos e cabe ao professor adjetivar esse mundo e os instrumentos, apresentando-os intencionalmente.



A PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA COMO EIXO DO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA - SUBPROJETO ARTES-UDESC

Maria Cristina da Rosa Fonseca da Silva¹, ISADORA GONÇALVES DE AZEVEDO² e JANAINA ENCK³

¹UDESC

²PPGAV-UDESC

³PROFARTES-UDESC

Pretendemos problematizar como a Pedagogia Histórico-crítica (PHC) a partir de Saviani (1991), contribui na formação de estudantes no Programa Residência Pedagógica (RP) - subprojeto artes, evidenciando contradições no ensino de arte e como a PHC nos fornece elementos conceituais e metodológicos à mediação escolar. Partimos da arte como necessidade na formação humana, na medida em que não é uma produção natural, ela se forja contínua e historicamente, sistematizada na escola.



A Pedagogia Histórico-Crítica e a formação social brasileira: contribuições da Teoria Marxista da Dependência

Leonardo Kaplan¹

¹UERJ

A proposta deste artigo é iniciar um processo de articulação entre as formulações da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) e da Teoria Marxista da Dependência (TMD). Essa tentativa para que estas teorias dialoguem parte do entendimento de que com os aportes da TMD é possível aprofundar questões colocadas pela PHC. Entende-se aqui que a PHC é uma teoria pedagógica marxista, a mais avançada em termos teórico-metodológicos e político-ideológicos em circulação no Brasil, sem, no entanto, ser uma teoria acabada. Considerando que a PHC é uma teoria pedagógica revolucionária pensada no contexto da sociedade brasileira, por que não chegar ao debate sobre a formação social brasileira? Como o Brasil se insere na economia mundial, no sistema capitalista internacional, e quais os rebatimentos disto para a educação, em geral, e para a educação escolar, em particular, na sociedade brasileira? Defendemos aqui o resgate das formulações da TMD, elaborada por pensadores latino-americanos, com protagonismo dos brasileiros Ruy Mauro Marini (2011; 2014), Theotonio dos Santos (2018) e Vânia Bambirra (2015). As categorias e os conceitos da TMD, como Estado dependente, superexplotação da força de trabalho, intercâmbio desigual e dependência são trazidos para adensar as formulações da pedagogia histórico-crítica.



A Pedagogia histórico crítica como concepção para o Ensino Médio Integrado: reflexões pertinentes

Lícia Cristina Araujo da Hora¹ e Elen de Fátima Lago Barros Costa²

¹Universidade Estadual Paulista/ Instituto Federal do Maranhão

²Instituto Federal do Maranhão

Este estudo tem como objetivo analisar a articulação entre os fundamentos da Pedagogia histórico-crítica (PHC) como aporte teórico metodológico para a práxis pedagógica no Ensino Médio Integrado (EMI). Adota como método de abordagem o materialismo histórico dialético e como procedimento metodológico, revisão bibliográfica sistematizada. A PHC como concepção pedagógica tem por princípio a defesa do ensino pautado na formação omnilateral, com vistas a efetivação de um projeto societário emancipatório e anticapitalista que atenda às reais necessidades da classe trabalhadora. Neste sentido, compreende-se que esta concepção se articula com os fundamentos do EMI - a omnilateralidade, a politecnia, o trabalho como princípio educativo e a escola unitária.

Desse modo, compreende-se que ao buscar a PHC para refletir e elaborar os fundamentos teórico metodológicos para o Ensino Médio Integrado, não estamos defendendo a 'profissionalização precoce' (NOSELLA, 2015) nesta etapa formativa para os adolescentes, tampouco defendemos a exclusão do caráter produtivo do trabalho, uma vez que não podemos reduzir a escola às necessidades do mercado de trabalho, isto a pedagogia das competências já realiza, "mas, não se pode ignorar as exigências da produção econômica, como campo de onde os sujeitos sociais retiram os meios de vida" (CIAVATTA, 2011, p. 50). Assim, temos inúmeros desafios para avançar os estudos do ensino médio na PHC, entre estes eles se destaca a superação da ideologia da Pedagogia das competências e a inserção nos debates de estudo da concepção de ciência e trabalho dos conteúdos científicos tecnológicos.



Apontamentos sobre a avaliação da aprendizagem na educação infantil a partir da Teoria Histórico-Cultural

Eliane Olivetti Pereira¹ e Lucinéia Maria Lazaretti²

¹Universidade Estadual do Paraná - Unespar/Paranavaí

²Universidade Estadual do Paraná - Unespar/Paranavaí

Este resumo contempla parte de uma estudo que aborda sobre a avaliação da aprendizagem na educação infantil de acordo com a Teoria Histórico-Cultural. A avaliação é um dos componentes da organização do ensino e a discussão dessa temática no âmbito da educação infantil é complexa devido a prática pedagógica e a especificidade do desenvolvimento da criança. A avaliação da aprendizagem desenvolve o papel de mediar a atividade de ensino e de aprendizagem que são necessários para que ocorra o desenvolvimento da criança. A partir de autores contemporâneos como: : Vigotski (1988), Martins (2011), Libâneo (2012), Lazaretti (2013), e, Castro e Galvão (2021), objetivamos analisar a avaliação da aprendizagem na educação infantil, à luz da Teoria Histórico-Cultural. Com base em pesquisas descobrimos que é possível compreender o papel da avaliação por meio do estudo da perspectiva da Teoria Histórico-Cultural, demonstrando o processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança, e as transformações que ocorrem pelo o ensino. Desta forma, a avaliação é um componente importante para o trabalho do professor, pois permite a clareza dos objetivos a serem traçados em seu planejamento, como intervir, acompanhar o processo de desenvolvimento psíquico da criança. Concluimos, portanto, que existe a complexidade de se discutir o tema avaliação da aprendizagem na educação infantil, e esperamos ter contribuído para o conhecimento da avaliação da aprendizagem facilitando seu entendimento e sua importância no processo de ensino.



Aportes da psicologia histórico-cultural na compreensão do desenvolvimento técnico ao violino

Brigitta Calloni¹

¹Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Este trabalho explora o desenvolvimento técnico ao violino a partir da perspectiva histórico-cultural. Um dos principais problemas na pedagogia da performance musical concerne o aprendizado da técnica instrumental, conjunto de habilidades relacionadas ao aspecto motor e postural do instrumentista, que por sua vez requisita e, ao mesmo tempo, produz certo desenvolvimento nas funções psíquicas superiores. Compreendemos que tanto as habilidades motoras e posturais quanto os processos psíquicos são aquisições culturais de caráter histórico. Analisamos o desenvolvimento do domínio técnico do violinista a partir processos de imitação e diferenciação, como postulados por Vigotski, levando em conta também aportes de Leontiev acerca da estrutura da atividade humana.



A precarização do trabalho docente no contexto da pandemia de Covid-19

MIGUEL VINICIUS TEIXEIRA DA SILVA¹ e Ana Carolina Galvão Marsiglia¹

¹UFES

Em março de 2020, com a proliferação do SARS-COV-2 (Covid-19), a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou situação de pandemia. A partir daí, todas as atividades laborais no mundo passaram a sofrer mudanças, inclusive a educação, que passou a conviver de maneira mais intensamente com o ensino remoto. Nossa proposta é realizar uma discussão acerca do processo de precarização do trabalho docente no contexto da pandemia de Covid-19, tendo como recorte teórico o materialismo histórico-dialético, assim, assumimos o compromisso científico com o pensamento marxiano. Entendemos que propor uma discussão que envolva a classe trabalhadora é discutir o sentido ontológico do trabalho e afirmar uma postura ideológica, que tenha um embasamento teórico que condiz com a problematização das contradições históricas e que também podem surgir nesse percurso. Nesse sentido, buscamos elucidar o conceito e o sentido de “precarização” e “precariado”, no bojo da sociedade capitalista, com base em autores que se dedicaram a temática. Nesta direção, faremos uso da pedagogia histórico-crítica, pois entendemos que à luz deste referencial, poderemos analisar o contexto de crise sanitária e de precarização, tanto do trabalho docente quanto do processo de ensino e aprendizagem, ou seja, uma precarização pedagógica.



A profissionalização do gestor escolar: impactos para a Educação Pública no Brasil

Samanta Cristina de Aguiar Pereira¹

¹PPGECC/ UERJ

Este artigo tem como objetivo refletir sobre as consequências da aplicação do conceito de profissionalização docente sobre a gestão escolar, através da análise do conceito proposto na “Educação Já!”, agenda educacional proposta pelo Todos pela Educação (TPE) para os próximos dez anos e suas concepções político-pedagógicas, com a pretensão de trazer à luz questionamentos sobre os impactos dessa profissionalização para a Educação Pública brasileira



A PROPAGAÇÃO DO IDEÁRIO PEDAGÓGICO CAPITALISTA NA EDUCAÇÃO NO CAMPO POR MEIO DE PROGRAMAS EDUCACIONAIS ALINHADOS AOS INTERESSES DO AGRONEGÓCIO

Jackeline Silva Alves¹

¹*Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Sul, sede Morrinhos*

No Brasil, historicamente, a educação ofertada às populações que vivem e trabalham no campo, tem sido objeto de contradições, sendo possível constatar “hiatos” que se mesclam a tal oferta. Não raro, o processo de escolarização dos filhos da classe trabalhadora no campo e na cidade, estiveram comprometidos com a preparação para a força de trabalho necessária à dinamização dos processos produtivos. A partir da Constituição Federal de 1988, o conjunto de normas brasileiras que disciplinam a Política Educacional no país, abriu possibilidades para as parcerias público-privadas na Educação. Assim, Programas Educacionais gestados por empresas, instituições e fundações se materializam no espaço da escola pública. Nesse sentido, o objetivo principal desta pesquisa foi identificar e compreender as contradições que permeiam o Programa Agrinho, que consiste em um programa de Responsabilidade Social que incide sobre a oferta da educação no campo em Goiás. Visando alcançar tal intento, definimos como objetivos específicos: conhecer e identificar: as concepções pedagógicas e metodológicas que embasam o Programa; verificar as práticas educativas por este orientadas; analisar a relativização do papel do professor na mediação do processo de construção do conhecimento pelo aluno; bem como sobre o papel deste Programa na elaboração dos conhecimentos escolares acessados pelos filhos da classe trabalhadora do campo e da cidade, considerando que os conceitos e estratégias utilizadas para a construção do conhecimento na perspectiva defendida pelo referido Programa se alinham aos interesses de reprodução do capital, ao difundir e reforçar a importância do agronegócio como modelo produtivo e de desenvolvimento viável para a totalidade do campo brasileiro. Para tanto, recorreremos ao seguinte percurso metodológico: levantamento e revisão de fontes teóricas que tratam sobre o tema junto a livros, teses, dissertações e artigos científicos; pesquisa documental junto as Leis, Normas, Decretos e Resoluções que tratam sobre a educação ofertada no campo; sobre as possibilidades de parcerias público-privadas na educação; orientações para a Educação do Campo; realização do Curso de Formação de Agentes Educacionais para o Programa Agrinho em Ambiente Virtual de Aprendizagem; levantamento de dados e informações sobre o Programa junto ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural e Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Goiás. Os resultados alcançados revelam contradições e conflitos de interesse entre o que é proposto pelo Programa e os anseios de um projeto de educação no campo que seja socialmente referenciado e, que, fomente o desenvolvimento de um pensamento crítico que permita a compreensão das múltiplas contradições e das diferentes realidades que integram a totalidade do campo brasileiro. O Agrinho é um Programa que guarda forte relação com os interesses do patronato rural, com empresas vinculadas ao desenvolvimento do agronegócio, e por instituições investidoras. Logo, sendo o agronegócio um modelo produtivo altamente dependente do uso de agrotóxicos e que provoca a degradação do meio ambiente, não verificamos o interesse em lançar luz sobre as contradições que se desdobram da relação produção agrícola/uso de agrotóxicos para a saúde humana e para o meio ambiente.



A reforma curricular dos cursos de licenciatura: retrocessos e resistências

KÁTIA MARIA SILVA DE MELO¹

¹Universidade Federal de Alagoas -UFAL

Neste trabalho objetivamos discutir a política de formação de professores da Educação Básica, analisando o discurso materializado na Resolução CNE/CP nº 2 de 2019, que define Diretrizes Curriculares para a formação de professores e institui a Base Nacional Comum para a formação inicial (BNC-Formação). Esta discussão está situada em nosso percurso de pesquisa sobre as políticas educacionais. Consideramos que a política de formação representa um campo de disputas entre projetos de educação e de sociedade, sendo necessário elucidar alguns de seus pressupostos para resistir aos graves retrocessos estabelecidos e afirmar uma concepção de educação emancipatória. Tal concepção apoia-se na Pedagogia Histórico-Crítica segundo a qual é postulado que “o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 2003, p. 13). No que concerne à escola, cabe socializar as formas mais desenvolvidas de conhecimento e, portanto, a definição do currículo cumpre um papel central no estabelecimento do projeto formativo. Na conjuntura atual, em que foram aprovadas novas diretrizes curriculares para a formação de professores e BNC-Formação, questionamos qual o projeto formativo norteador da reforma curricular em curso e quais os sentidos produzidos pelo discurso materializado na Resolução CNE/CP nº 2 de 2019. Utilizaremos como referencial teórico-metodológico as contribuições da Análise do Discurso de origem francesa (AD) filiada a Pêcheux. Segundo esse referencial o discurso é entendido como prática social, cuja constituição resulta da relação entre língua, história e ideologia. Assim, explicitaremos o funcionamento do discurso oficial sobre a formação docente, para elucidar os fundamentos da atual reforma curricular e apresentar proposições para a constituição de um projeto formativo contra hegemônico, norteador pelas proposições da Pedagogia Histórico-Crítica e da Associação Nacional pela formação dos profissionais da educação (ANFOPE).



A Reforma do Novo Ensino Médio para além da Teoria da Curvatura da Vara: eis o ponto de partida

Rosane de Brito Rocha¹, Rosimeri da Silva Pereira², Dalton José Alves² e Rosane de Brito Rocha²

¹UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

²UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

O presente trabalho contempla estudos que se fundamentam no materialismo histórico-dialético e na Pedagogia Histórico-Crítica para analisar a política educacional e o Novo Ensino Médio no Brasil, tomando como eixo as relações entre: Trabalho e Educação; Estado, sociedade civil e políticas educacionais. Neste sentido contempla a crítica às tendências contemporâneas de esvaziamento da educação básica e principalmente do sentido do trabalho docente no contexto de subordinação às pedagogias e políticas educacionais hegemônicas que retroalimentam o sistema capitalista brasileiro. Considerando a questão - do que neste caso - é possível incorporar/superar como bem nos propõe a metáfora da curvatura da vara - com efeito, o presente artigo, examina a história de Reforma do Novo Ensino Médio (2017) no Brasil, destacando seus objetivos oficiais, frente as disputas ideológicas presentes, suas pedagogias norteadoras com desdobramentos importantes no que tange a nova concepção de currículo escolar e de trabalho docente e discente frente os desafios impostos pela de reestruturação produtiva que marca o mundo do trabalho.



ARTES VISUAIS A MATERIALIDADE PROMOTORA DO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

Cristiane da Silva Marques Fernandes¹ e Patricia Aparecida Teles Soares do Prado²

¹*Prefeitura Municipal de Bauru-SP*

²*Prefeitura Municipal de Bauru*

O trabalho refere-se sobre perspectiva da materialidade para os alunos de duas escolas de educação infantil do Sistema Municipal de Bauru, teve como tema inicial "o sentido, o significado de alguns materiais e suas funções no cotidiano."



Artes visuais e educação infantil: reflexões sobre a importância da pintura na formação das crianças pequenas

Érica Zavanella Navarro¹ e Lucas André Teixeira¹

¹Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Campus de Araraquara

O estudo que aqui se apresenta tem como objeto de pesquisa o ensino das artes visuais na formação dos alunos na primeira etapa da educação básica. Trata-se de uma investigação de natureza teórico-conceitual que resulta do processo de concepção e execução de uma dissertação de mestrado em andamento que busca analisar a relação entre forma e conteúdo das artes visuais, em especial da pintura, no currículo das escolas de educação infantil da rede pública do município de Araraquara (SP). Neste sentido, o problema que orientará o desenvolvimento da pesquisa busca investigar qual a compreensão que se pode ter da função social das artes visuais no desenvolvimento das crianças pequenas, em especial a relação entre forma e conteúdo da pintura no processo de ensino e aprendizagem na educação infantil, à luz do marxismo.



Articulações entre a Pedagogia Histórico-Crítica e a Atividade Orientadora de Ensino em estudos na Formação de Professores

João Paulo Stadler¹, Carlos Alberto Maques² e Marcelo Lambach³

¹*Programa de Pós-graduação em Formação Científica, Educacional e Tecnológica (Universidade Tecnológica Federal do Paraná) / Instituto Federal do Paraná*

²*Universidade Federal de Santa Catarina*

³*Universidade Tecnológica Federal do Paraná*

Visando evidenciar possíveis relações entre a Pedagogia Histórico-Crítica e a Atividade Orientadora de Ensino na formação docente, vou realizada uma Análise de Conteúdo em trabalhos científicos que permitiu perceber que os duas teorias, apesar de não terem sido articuladas nos estudos analisados, apresentam aproximações relacionadas às concepções de trabalho educativo, desenvolvimento humano e atividade pedagógica que podem indicar a possibilidade de sua articulação para a organização do ensino.



As Bases Metodológicas da Relação entre Criança e Natureza na Creche e na Pré-Escola

Thaisa Neiverth¹ e Carolina Shimomura Spinelli e Jucilaine Zucco²

¹Universidade Federal da Santa Catarina

²Universidade Federal de Santa Catarina/ Universidade Federal de Santa Catarina

A pesquisa em andamento fundamenta-se no trabalho pedagógico realizado no Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI), vinculado ao Centro de Ciências da Educação (CED) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). As professoras envolvidas priorizaram a temática em seus projetos pedagógicos, nos Anos de 2018 e 2019, assim como na extensão, pois também estiveram vinculados ao projeto de extensão de Educação Ambiental do NDI, garantindo assim a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

O objetivo da pesquisa é aprofundar a compreensão acerca dos conceitos de trabalho, de criança e de natureza à luz da perspectiva histórico-cultural e seus desdobramentos na atividade pedagógica na educação infantil.

No levantamento inicial da produção pudemos fazer algumas sínteses e chegamos a uma questão: É possível ensinar/aprender ciências na Educação Infantil? Para responder consideramos os seguintes pressupostos: o homem é um ser social; todo ser humano se relaciona com a natureza; à medida que o homem muda sua relação com a natureza ele a transforma e nesse processo transforma a si, por intermédio do trabalho.

A relação do homem com a natureza, no capitalismo, é de exploração da mais-valia para a produção de capital, sendo por si só insustentável. Nesse sentido, cabe à escola trazer elementos de uma educação crítica no sentido de refletir sobre essa relação e os problemas socioambientais gerados.

A criança, por sua vez, é um ser social e seu desenvolvimento depende de sua interação com o meio em que vive e com os outros. Diferente dos animais que já nascem determinados pelo instinto, o homem precisa sobrepujar a existência instintiva e construir, de modo cada vez mais criativo, suas formas de viver socialmente. Isso não significa que o ser humano tenha abandonado sua base orgânica, biológica. Revela, por sua vez, que ao transformar a natureza para atender às suas necessidades – do estômago à fantasia, como afirma Marx – o homem transformou-se a si próprio.

Assim, no que se refere à Educação Infantil, ou seja, às crianças atendidas em creches, ou entidades equivalentes, e pré-escolas, entendemos que a criança está em processo de humanização, a humanidade é fruto da história social e não estritamente biológica, portanto: “Apropriar-se da cultura acumulada pela humanidade é um passo fundamental para a criança tornar-se humana, para seu nascimento como ser social, como ser humano.” (ARCE, 2010. p. 30) Nessa perspectiva temos pistas do papel da Educação Infantil nesse processo, pois entendemos a infância como tempo histórico em que a criança é introduzida na riqueza da cultura humana, apropriando-se dos valores e dos conhecimentos a fim de produzir as qualidades humanas que são externas ao sujeito e precisam ser aprendidas pelas novas gerações.

Compreendemos também a infância como condição social de ser criança, isso traz implicações para a prática pedagógica, pois permite percebê-la como o tempo de existência em

que a criança, necessita desenvolver determinadas capacidades psíquicas que lhe possibilita criar as bases necessárias para as formações psíquicas superiores.

No que diz respeito à concepção de educação infantil, consideramos os seguintes pressupostos: a educação infantil se constitui como educação escolar; toda relação é educativa, porém nem sempre escolarizada; a escola é o locus do saber sistematizado e espaço de partilha de um conhecimento produzido historicamente; o direito à educação é parte do processo de humanização; o professor tem um papel fundamental em desvelar o mundo à criança, criando nela novos interesses e necessidades; defendemos o ensino de ciências da Educação Infantil da creche à pré-escola.

Por tudo isso, é importante considerar as especificidades do aprender na infância e, nesse sentido, pensar a educação infantil como um espaço escolar, como um lugar particularmente específico de transmissão do conhecimento sistematizado. Esse entendimento, de modo algum, deve nos levar ao equívoco e a pretensão de querer antecipar a escolarização e transformar a educação infantil em uma escola “didatizada” e carregada de conteúdos, inibindo experiências tão importantes para essa faixa etária.

Para Arce (2010;) a ciência das crianças pequenas consiste na investigação do mundo que está ao seu redor. Quase todas “fazem ciência”, em diversos ambientes, na maior parte do tempo: experimentam o mundo ao redor e desenvolvem teorias sobre seu mecanismo. Pequenas atividades como fazer flutuar objetos, soprar bolinhas de sabão, trabalhar com luzes e sombras, soltar diferentes objetos de certa altura, usar ímãs, dentre muitas outras, estimulam os pequeninos a aprender como o mundo funciona. Quando estimulados, criam representações mentais do que vivenciaram ao investigar o mundo do dia a dia e prontamente adquirem vocabulário para descrever e compartilhar essas representações mentais e os conceitos subjacentes. Crianças, então, contam com as representações mentais como base para aprendizagem posterior e o desenvolvimento de habilidades intelectuais mais avançadas tais como resolver problemas, testar hipóteses e generalizar situações. O “Currículo” tira partido da curiosidade natural das crianças sobre o mundo que as rodeia e usa a ciência como veículo para desenvolver a linguagem, letramento e habilidades na Educação Infantil.

ARCE, A; SILVA, D. A. S. M; VAROTTO, M. (2011) Nesse sentido defendemos que é possível ensinar ciências da Educação Infantil, desde que se considere as especificidades de cada estágio do desenvolvimento e as singularidades de cada criança.

Concordamos com Cisne (2014) quando ela afirma que Vigotski (2006), apresenta o conceito de Zona de Desenvolvimento Iminente (zona blijaichego razvitia). Para aplicar esse conceito é necessário primeiramente considerar como ponto de partida que existe “uma relação entre determinado nível de desenvolvimento e a capacidade potencial da aprendizagem” (VIGOTSKI, 2006, p. 111), o que implica admitir que para aprender determinados conhecimentos deve-se ter uma coerência entre o nível de desenvolvimento da criança e o conhecimento a ser aprendido. Não poderíamos ensinar aritmética para uma criança pequena (um a dois anos), porque somente em certa idade o aluno é capaz de aprender determinado conteúdo. Esse fato apresenta decorrências importantíssimas para os processos de educação escolar e seus diferentes níveis de ensino. (p.245) Dessa maneira, com base no que já pudemos comprovar empiricamente com as faixas etárias trabalhadas, precisamos levar em conta esses princípios: experimentação; ensinar os conceitos científicos em níveis cada vez mais complexos; registro; o trabalho do professor com ciências precisa ser um trabalho de ensino, que objetiva a construção de uma relação racional com o mundo sensível, que possibilite apreender, compreender o conhecimento acumulado pela humanidade a respeito do mundo que vivemos. (ARCE, 2014 p.84) Essa proposta, para além de pensar esta área de conhecimento e os conteúdos inerentes a ela, sob o viés da Teoria Histórico-Cultural, pode contribuir nas reflexões das práticas educativas e na compreensão da complexidade envolvida na relação entre criança, natureza e sociedade.

Então, a educação ambiental, num sentido mais alargado - que extrapola o viés ecológico e abarca as relações entre criança, natureza e sociedade - se configura como fundamental para pensar questões que indicam a grande responsabilidade, o compromisso ético e político, de apresentar o conhecimento produzido e sistematizado pela humanidade e que revela ainda, como, historicamente, a essência dos problemas socioambientais resultam do modo de produção que promove a exploração da natureza e do ser humano. Nesse sentido, o trabalho pedagógico desenvolvido desde a Educação Infantil deve ter como compromisso, possibilitar a apropriação das objetivações humanas, nas suas formas mais desenvolvidas, representadas pelos conceitos científicos.



As datas comemorativas nas rotinas das primeiras creches públicas municipais em Nova Iguaçu

Marcela Aurea Rodrigues Gomes Amaral¹

¹FEBF-UERJ

A partir de fontes bibliográficas documentais, o trabalho tem como objetivo apresentar reflexões a respeito de aspectos históricos da estruturação da programação pedagógica em instituições públicas no município de Nova Iguaçu. Trata-se de um recorte da pesquisa de mestrado em andamento, intitulada: "As creches como reivindicação e políticas públicas em Nova Iguaçu-RJ (1975-1988): a ação política no governo de Francisco Amaral".



As necessidades e motivos desencadeadores de formação e desenvolvimento profissional docente da Educação Infantil

Mariana Vilar¹, Priscilla de Andrade Silva Ximenes¹, Altina Abadia da Silva¹, Beatriz Silva Lima¹ e Felipe Kenned de Oliveira Martins¹

¹Universidade Federal de Catalão

O presente trabalho apresenta dados da pesquisa ainda em andamento “O desenvolvimento profissional de professores da educação infantil a partir de uma experiência crítico-colaborativa”, desenvolvida com professores de uma universidade pública do Sudeste Goiano e com professores de Educação Infantil do município de Catalão/GO. Tal estudo configurou-se numa pesquisa-ação crítico-colaborativa e teve como objetivo principal desvelar quais as principais necessidades e motivos desencadeadores de formação e Desenvolvimento Profissional de Professores/as da Educação Infantil.

A base epistemológica que sustenta esta pesquisa, são os fundamentos metodológicos e filosóficos do materialismo histórico-dialético, tendo como base os referenciais teóricos da Psicologia Histórico-Cultural, com ênfase na Teoria da Atividade de Vigotski [1896-1934] e Leontiev [1903-1979], e nos elementos fundantes da Pedagogia Histórico-crítica para a problematização das possibilidades e contradições da educação escolar, no interior do modo de produção capitalista, para o desenvolvimento de estudantes e professores.

Para os autores, a existência da vida material determina o indivíduo, que se constitui como humano a partir das relações que estabelece com o outro e o meio, mediado pelos componentes da cultura. Dessa forma, o sujeito é social e se respalda coletivamente na esfera da cultura, num contexto histórico específico. Sua existência se formaliza pela internalização de aspectos sociais que determinam sua subjetividade. Assim, o indivíduo não é efetivo e absoluto, mas dialético ao passo que experimenta contradições e transformações impulsionadas por diversas e complexas forças. O movimento dialético que determina o sujeito e o meio e vice e versa ocorre por meio da mediação do trabalho, compreendido como atividade coletiva comum mediada pelo uso de instrumentos e dos signos linguísticos que propiciam a comunicação entre os homens através da palavra.

Nessa perspectiva, o conceito de atividade na perspectiva leontieviana é o fio condutor para a compreensão do conceito de necessidade, motivos e para as análises dos processos formativos, empreendidos nessa pesquisa. De acordo com Leontiev (1989), atividade não corresponde a qualquer ação, mas somente aquelas ações em que o motivo que as impulsionam coincide com o significado das ações. Isso significa dizer que ao realizar a atividade o sujeito forma a sua consciência a partir do desenvolvimento de novas funções psicológicas.

Pela prática social, os sujeitos foram criando e fixando formas de realizar determinadas atividades, de se comunicar e expressar sentimentos, de agir, de interagir, de pensar. O processo de objetivação, ou seja, as cristalizações da experiência humana objetivada sob a forma de conceitos, de um saber ou mesmo de um saber fazer, Leontiev (1978) chamou de significados sociais. Já a apropriação dessa experiência das gerações precedentes pelos indivíduos sob a forma de aquisições das significações, seria o sentido pessoal. Quando o significado social e sentido

pessoal, atribuído a um conceito, coincidem, gera atividade, ou seja, ele passa a fazer parte de consciência do indivíduo.

Dessa forma, para a identificação e compreensão do sentido pessoal que os professores atribuem aos processos formativos vivenciados, realizamos uma pesquisa-ação crítico-colaborativa com o intuito de compreender a relação ativa deles com o mundo objetivo, com a sua prática social, para assim desvelar o surgimento das necessidades e motivos que lhe impulsionam às ações de formação e se esses correspondem ao objeto da ação.

A pesquisa contou com um grupo de 28 participantes, composto por vinte professores-pesquisadores, quatro pesquisadores-professores e quatro alunos-pesquisadores, que numa perspectiva crítica e colaborativa, participaram de forma direta e ativa no processo de desenvolvimento da pesquisa. O corpus da pesquisa foi constituído pelos documentos oficiais que evidenciavam as políticas e práticas de formação continuada de professores, das respostas dos professores aos questionários, das transcrições dos encontros dos grupos focais realizados, além dos diários de bordo dos pesquisadores com a observação das ações formativas.

Os dados foram organizados e analisados em consonância com o método marxista e os fundamentos da Pedagogia Histórico-Crítica, que deram origem as seguintes categorias de análise: dilemas da docência na educação infantil, (des)valorização da identidade profissional docente, concepções de infância e didática na educação infantil.

Inferre-se a partir dos dados, que dentre as principais necessidades formativas identificadas, encontram-se: a relação conteúdo-forma na prática pedagógica na Educação Infantil; a (des)valorização profissional docente; a perda de autonomia frente à tentativa de padronização da formação e trabalho docente.

Identificou-se um descompasso entre o conteúdo das ações de formação analisadas e as exigências cotidianas do trabalho escolar na Educação Infantil, sobretudo nas condições materiais do trabalho, desvalorização e precarização profissional, feminização do magistério, exigência de implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), dentre outros percalços.

No que tange à relação conteúdo x forma, observa-se que não existe um consenso de “como” e “o que” ensinar na educação infantil, os desafios apresentam-se tanto no plano das políticas públicas quanto no plano pedagógico. Desse modo, a EI é assimilada ao caráter assistencial-custodial (PASQUALINI; MARTINS, 2008), principalmente nos casos das creches, em relação à estratégia de combate à pobreza, prevenção do fracasso escolar e preparação para o Ensino Fundamental ou mesmo sua antecipação. Em consonância, as novas diretrizes curriculares para a formação e trabalho docente na Educação Infantil, fomenta um praticismo, em detrimento a teoria, a consequência de uma “experiência” não fundamentada teoricamente e contextualizada abre precedentes para uma perspectiva anti-escolar, reforçando a dicotomia entre os binômios: creche x pré-escola, cuidar x educar.

Vygotsky (1991), assinala que o aprendizado conduz ao desenvolvimento, ao passo que o comportamento humano trabalha como uma superação, transformação e suscitação contínua de aprendizado e desenvolvimento durante toda sua existência. Dessa forma, pensar a educação das crianças está diretamente relacionado a pensar num contexto de possibilidades de interações sociais intersubjetivas determinadas ou que se estabelecem num processo de trocas mediadas através do conhecimento, da cultura e da história intrínseco a todos os sujeitos. A educação quando fundamentada em bases teóricas sólidas, pode favorecer o contato dos sujeitos com ferramentas sociais que possibilitem seu pleno desenvolvimento. Assim, defende-se a necessidade de pensar na didática da Educação Infantil, visando a garantia da tríade ensino-aprendizagem-desenvolvimento.

A formação continuada, que seria uma forma de suprir a carência de uma base teórica frágil, é salientada pelas professoras como descontextualizada e insuficiente para suprir as necessidades formativas. As professoras, alertam-nos sobre a perspectiva centralizada da formação sob responsabilidade das Secretarias de Educação, que geralmente terceirizam as ações de formação continuada, sob um alto custo de serviços; e da tentativa de padronização do conteúdo da formação e do trabalho docente, com ênfase nos conteúdos/orientações presentes na BNCC, ocasionando distanciamento da sua prática social, perda de autonomia e desvalorização profissional docente.

Outrossim, essa precariedade também se estabelece quanto à administração, organização e metodologia da formação continuada, ao passo que falta articulação entre as diversas instâncias de gestão do sistema, a não continuidade dos projetos e programas nas trocas de governo, a rapidez com que as ações são planejadas e realizadas para contemplar as limitações do tempo político das administrações, ausência de incentivos salariais ou institucionais para que os

professores participem efetivamente de programas de formação e a falta de previsão na jornada de trabalho e calendário escolar para formação em serviço. Destaca-se, ainda, a ausência de concursos públicos para professores da Educação Infantil no referido município.

Apesar de se tratar de uma pesquisa ainda em andamento, os dados e análises construídos até aqui, apontam para uma cisão entre o significado social e o sentido pessoal da formação continuada, uma vez que os professores não encontram nas ações formativas as possibilidades para a satisfação das suas necessidades, que emergem em contextos histórico-sociais concretos, tendo a sua prática social (trabalho docente) como ponto de partida e ponto de chegada da atividade.

Por fim, compreendemos que os motivos que impulsionam os professores para a ação formativa, partem das necessidades individuais e coletivas produzidas no/pelo cotidiano escolar, no contexto real da docência, nas condições para estudo dadas pelo particular, pelo trabalho, pela produção de seus meios de vida e pelas contradições vivenciadas na sociedade capitalista.

Para a etapa subsequente da pesquisa, subsidiados nos fundamentos da Pedagogia Histórico-Crítica, pretende-se a proposição de ações formativas em que o conteúdo da ação de formação estejam em consonância com os motivos e necessidades expressas pelos docentes, propiciando problematizações de questões teórico-práticas próprias da prática social inicial, possibilitando a construção de instrumentalização dos professores, ao confrontarem o conteúdo, objeto sistematizado do conhecimento, a partir de uma relação recíproca e mediadora entre sujeito-conteúdo e sujeito-sujeito, a fim de que se apropriem e internalizem esses novos conteúdos, desencadeando um processo catártico e possibilitando desenvolvimento profissional docente e transformação na práxis pedagógica. (MAZZEU, 1998, SAVIANI, 2005).

Espera-se que os resultados construídos nessa pesquisa apontem para novas tessituras no processo formativo de professores da Educação Infantil e na formulação de conteúdos da formação, que realmente estejam em consonância com as necessidades e motivos formativos de professores, bem como com a criação de novas necessidades que vislumbrem seu desenvolvimento profissional docente.



As relações entre a brincadeira, o desenho e a escrita: pensando a alfabetização na Educação Infantil a partir da Psicologia histórico-cultural e da Pedagogia histórico-crítica

Cristiane Moraes Escudeiro¹ e Eliza Maria Barbosa¹

¹UNESP-Araraquara

O presente trabalho tem por objetivo pensar uma proposta teórico-metodológica de alfabetização para a Educação Infantil que articule os jogos de papéis sociais (como eixo principal) com as atividades de produção (meios acessórios) para apropriação da linguagem escrita. Nesse sentido, pretende-se contribuir para a construção de uma prática escolar que seja específica para a criança pequena, crie algo que seja próprio e indelével à faixa etária e leve em consideração as características de seu desenvolvimento.



As tradições populares brasileiras mediadas pela Pedagogia Histórico - Crítica

Larissa da Silva Morales dos Santos¹, Lais Cavalcanti dos Santos² e Sara Mandolini²

¹Programa de Pós graduação - Faculdade de ciências da Unesp/Bauru

²Programa de Pós graduação - Faculdade de ciências da

O presente trabalho pretende contribuir com ações práticas em forma de sequência didática, para o ensino das tradições populares brasileiras, amparadas pela metodologia apresentada na teoria Histórico-Crítica. Possibilitando a percepção das diversas influências culturais, entre elas, a influência nordestina, indígena e africana, presentes em um das maiores festas populares do Brasil, a Festa Junina..Desvinculando -a exclusivamente da herança europeia e do catolicismo. Contribuindo para que os estudantes reconheçam as culturas indígenas, africanas e nordestinas como integrantes da herança cultural brasileira.



Atividade ludo-pedagógica: uma atividade de ensino histórico-crítica

Lucas Rinaldini¹, Irineu A. Tuim Viotto Filho¹, Rodrigo Lima Nunes², Fabiane Rizo Salomão¹ e Cíntia Regina de Fátima¹

¹Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP-Presidente Prudente/SP

²Universidade Estadual de Maringá (UEM)

O presente texto constitui-se como parte de uma pesquisa de doutorado em andamento, de caráter teórico, e tem como objeto defender a atividade ludo-pedagógica reconhecida como atividade de ensino histórico-crítica para sujeitos pré-escolares e de séries iniciais do ensino fundamental. Ao propormos um modelo diferenciado de atividade de ensino, nos colocamos a serviço de uma prática social educativa que questiona a realidade fetichizada e alienada presente na educação escolar, a qual, respaldada no neoprodutivismo, dispõe-se a formar indivíduos submissos à sociedade capitalista (SAVIANI, 2008).



BNC-Formação de Professores: A contraposição da Pedagogia Histórico-Crítica acerca da Pedagogia das Competências

Jennifer Rafaela Serafim Ferezin¹

¹*Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus Foz do Iguaçu*

Este resumo tem como objetivo, analisar a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) a partir dos fundamentos da Pedagogia Histórico Crítica contrapondo a Pedagogia das Competências, problematizando o formato das diretrizes que regem a educação das novas gerações.



BRINCADEIRA DE PAPÉIS SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO INFANTIL: SUBSÍDIOS PARA A ATUAÇÃO DOCENTE

Júlia Silvério Beckauser¹ e Lucinéia Maria Lazaretti¹

¹Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR - Campus Paranavaí

Este resumo expandido tem como tema principal a brincadeira de papéis sociais e o objetivo foi compreender o papel do professor na intervenção da brincadeira e as implicações dessa atividade no desenvolvimento infantil. Diante disso, a metodologia empregada foi com base em autores da Teoria Histórico-Cultural, tais como Elkonin (2009), Leontiev (1988), Mukhina (1995) e pesquisas que investigaram a brincadeira de papéis sociais no contexto escolar, especialmente as voltadas ao papel do professor, para discutir as interfaces entre brincadeira de papéis e desenvolvimento humano.

De acordo com a perspectiva Histórico-Cultural, a brincadeira de papéis sociais caracteriza-se como atividade-guia na idade pré-escolar, auxiliando o desenvolvimento psíquico infantil (LEONTIEV, 1988). É por meio dela que as crianças reproduzem as ações e atividades dos adultos de forma lúdica, no qual envolve a manipulação e substituição imaginária dos objetos e representação do papel social dos adultos na brincadeira (LAZARETTI, 2016).

A brincadeira de papéis sociais é gestada na primeira infância com a atividade manipulatória objetiva, como resultado das apropriações das funções sociais dos objetos, como por exemplo: aprender a usar uma colher para pegar o alimento, o copo em que se bebe a água, etc.

Algumas conquistas da primeira infância, apresentam indícios de transição da atividade manipulatória objetiva para a origem da brincadeira de papéis sociais no período pré-escolar, dentre elas, estão: a atividade independente, domínio amplo de funções com os objetos e a aquisição da linguagem como meio de relação social. (ELKONIN, 2009).

Entendemos por brincadeira de papéis sociais, a criação de uma situação imaginária, onde a criança utiliza os objetos de uma forma lúdica, criando enredo, assumindo papel e reproduzindo e incorporando gestos e falas da função e ações do adulto, nos modos de ser e agir no mundo. (NASCIMENTO, 2021a).

A substituição dos objetos possibilita o desenvolvimento da situação imaginária para a representação do papel, por exemplo, a criança utiliza um graveto para substituir um giz ao representar uma professora, ou usa um colar para representar o estetoscópio do médico. Em síntese, para a criança “ser professora” é: “usar giz para escrever no quadro”; e “ser médico” é: “utilizar um estetoscópio para ouvir o coração” (NASCIMENTO, 2021b).

Mukhina (1995) diz que a ação lúdica influencia de forma permanente no psiquismo infantil e argumenta várias conquistas no desenvolvimento da criança por meio da brincadeira de papéis sociais, que considera fator principal para inserção das crianças na sociedade. Durante a atividade lúdica, pela necessidade em comunicarem-se umas com as outras, influencia no desenvolvimento de sua linguagem comunicativa; quando a criança aprende a substituir objetos e interpretar vários papéis, é considerado suporte para o desenvolvimento de sua imaginação, e, além disso, a brincadeira auxilia no desenvolvimento da personalidade da criança, pois por meio dela é possível compreender o comportamento e a relações dos adultos à sua volta.

A brincadeira afeta diretamente no desenvolvimento psíquico das crianças, e quando o

professor compreende o processo da atividade e as suas conquistas, favorece a promoção das ações pedagógicas, organizando brincadeiras e enriquecendo seu conteúdo, suas formas, recursos e demais elementos. O desenvolvimento da brincadeira requer ações educativas que almejam seu surgimento e direcionamento, isto significa que a intervenção do professor nas ações da brincadeira é ferramenta fundamental para que haja avanço nos processos de relações da criança, podendo assim, o docente incrementar materiais, argumentos, enredos, etc e também participar com as crianças, direcionando as ações (LAZARETTI, 2016). Assim, a partir da pesquisa de autores que investigaram a ação docente na mediação da brincadeira de papéis, apresentamos as principais sínteses.

Segundo Godoy (2019), no desenvolvimento da atividade manipulatória que ocorre na primeira infância, o professor deve propor brincadeiras temáticas simples e, na sequência, propor brincadeiras que ensinam às crianças diversas ações, informando com clareza o tema proposto representando o papel com dedicação e entusiasmo. Como por exemplo, brincar de cozinha, onde o professor organiza um ambiente que remete a cozinha e permite que as crianças explorem os recursos do espaço e utilizem os objetos. “Nesse período entre três e quatro anos, os brinquedos temáticos sugerem a situação de jogo, direcionando o tema e o papel a ser assumido, portanto nessa fase é importante estimular considerando-se tal premissa.” (GODOY, 2019, p. 62).

Godoy (2019) destaca a importância de práticas intencionais voltadas a ampliar os enredos e os conteúdos das relações humanas às crianças, pois quando elas possuem pouco conhecimento a respeito de algum tema, suas ações ficam empobrecidas e limitadas, causando pouco impacto no desenvolvimento psíquico infantil. Neste sentido, Godoy (2019, p. 63) diz que:

O papel do professor no jogo consiste em propor uma seleção de temas para a brincadeira e distribuir conjuntamente os papéis, discutindo ou apresentando o conteúdo de cada papel antes da brincadeira, isso pode contribuir sobremaneira para o desenvolvimento da autoconsciência e do autodomínio da conduta. (GODOY, 2019, p. 63).

De acordo com Vasconcelos (2019), ao planejar situações de ensino envolvendo a brincadeira, é necessário que os professores se atente ao tipo de proposta e ao modo que será desenvolvida, pois para que ocorra a aprendizagem de forma satisfatória é preciso que a criança se envolva e participe, visto que, a potencialidade da brincadeira expressa-se de forma proveitosa muito mais em um espaço adequado, planejado e organizado do que em espaços que limitem as crianças.

Ao planejarem suas ações de ensino, os professores devem ter a clareza de que brinquedos e brincadeiras são coisas distintas; O brinquedo é um acessório da atividade, suas funções e importância estão relacionados à ampliação da situação imaginária das crianças e no auxílio para desempenhar papéis (MARCOLINO, 2013). As bonecas, carrinhos, etc., por exemplo, são considerados brinquedos estruturados, pois são brinquedos prontos, industrializados, possuem funções definidas e limitam a interação e a criatividade das crianças (LIMA; MARTINS; ABREU, 2021).

Entretanto, os chamados brinquedos não estruturados, por exemplo, caixas de papelão, tecidos, botões, gravetos, etc., não possuem uma função definida. Possibilitam que a criança utilize de sua imaginação para criar a sua brincadeira, atribuindo-lhe funções da maneira que preferir (LIMA; MARTINS; ABREU, 2021).

Quando tratamos da brincadeira de papéis sociais, Marcolino (2013) propõe que precisamos considerar aspectos pedagógicos, tais como: tempo e espaço (onde e quando se brinca), os objetos (com o que se brinca), relacional (com quem se brinca) e temática e conteúdo da brincadeira (de que e como se brinca).. Neste sentido, o docente precisa considerar em seu planejamento ações de ensino que promovam possibilidades de criação de condições para brincar, escolhendo os objetos da brincadeira, organizando o cenário e, principalmente, as intervenções nos conteúdos ou temas da brincadeira.

Disso decorre a necessidade de o professor apresentar a brincadeira de papéis sociais aparece como objeto de planejamento e intencionalidade na prática docente, devendo atender ao seu objetivo, que é enriquecer o repertório dos alunos em conteúdo, e atuar no desenvolvimento. (BRIGATTO, 2018).

Com isso, compreendemos que atuação docente na brincadeira não deve se resumir apenas a observar as situações e intervir em possíveis conflitos. O papel do professor é observar as relações, propor situações pedagógicas em que a brincadeira de papéis sociais possa ser rica e oferecer ampliação dos conceitos aos seus alunos, mediando e intervindo nas ações e também participando juntamente com seus alunos. Esperamos que esse estudo possa contribuir para o aprofundamento da temática e fomentar discussões e pesquisas para a área de formação de

professores.



BRINCADEIRAS MUSICAIS: UM OLHAR PARA ALÉM DO ENTRETENIMENTO

Simone de Fátima Moreira¹ e Fabiana Bonaci Bernardo Feitoza²

¹*Prefeitura Municipal de Bauru - Professora*

²*Luciane Fernanda dos Santos Oscar*

O projeto foi desenvolvido durante o ano letivo de 2022 a partir do eixo Brincadeiras de imitação e criação de formas artísticas, com foco nas brincadeiras musicais e cantadas. A música oferece em diferentes contextos e momentos oportunidades de acolhimento e aprendizagem, ela transforma o ambiente com alegria e potencializa novos aprendizados. Foi uma experiência enriquecedora para as crianças e para os docentes, pois promoveu momentos de troca significativa, de conhecimento e questionamentos que sempre levavam a novas descobertas, ampliando o repertório verbal, musical e o conhecimento de todos os envolvidos.



Ciências da Natureza e BNCC: um levantamento dos artigos no Portal de periódicos da Capes

Carolina Nozella Gama¹ e Suzana Santana de Albuquerque¹

¹*Universidade Federal de Alagoas*

O objetivo deste trabalho é mapear o que tem apontado os estudos acerca do tema Ciências da Natureza (Cnat) e Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Integrando um trabalho de iniciação científica, concentramos a busca nos artigos disponíveis no Portal de periódicos da Capes.



COMO SOCIALIZAR O SABER SISTEMATIZADO EM TEMPOS DE BNCC E OBSCURANTISMO POLÍTICO? REFLEXÕES E RESISTÊNCIAS.

Swelen Freitas Gabarron Peralta¹

¹Mestranda Universidade Tuiuti do Paraná - Bolsista Prosup Capes

O presente artigo discorre sobre a implementação da BNCC no final do governo Michel Temer (2018) e como se deu suas reflexões sobre a adequação dos currículos e políticas educacionais brasileiras. Ainda reflete sobre a inserção das práticas educacionais em um currículo engessado, com escassa fundamentação teórica como é a BNCC. Em meio a uma proposta vazia de teorias educacionais, como a BNCC, estamos imersos em um governo totalmente antidemocrático, com ataques sucessivos aos docentes e as instituições de ensino, sendo assim, o artigo elenca ainda a teoria pedagógica denominada Histórico-Crítica e suas reflexões no contexto atual



Constituição histórica da educação infantil: o que ainda precisamos reivindicar para a educação escolar das crianças pequenas?

Luciana Pimentel Rhodes Gonçalves Soares¹ e Ana Carolina Galvão²

¹*Universidade Federal do Espírito Santo*

²*Unviersidade Federal do Espírito Santo*

A problemática que se propõe apresentar neste trabalho reside na ideia romantizada em torno da infância na educação infantil, que se expressa nas pedagogias hegemônicas que limitam a qualificação do ensino e da aprendizagem, especialmente para as crianças da classe trabalhadora, restringindo o acesso aos conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos. Desenvolver análises nessa direção requer explicitar as interrelações entre a história da infância e a história das instituições destinadas às crianças, e o modo como as concepções sociais mais amplas e as políticas incidiram na educação escolar das crianças pequenas e as concepções pedagógicas advindas desse processo. Requer localizar na história as crianças da classe trabalhadora diante do processo de constituição da formação social capitalista buscando os nexos entre a gênese da educação infantil, seu movimento e atualidade. Com Kuhlmann (2015) e Hermida (2021), intenciona-se refletir sobre quais foram as forças sociais que se inclinaram à importância da infância e sua educação e o que revelou (e revela na atualidade) o processo educativo escolar das crianças pequenas.

Tem-se, portanto, como objetivo analisar a constituição histórica da educação infantil a partir da pedagogia histórico-crítica, que toma como referência as relações recíprocas entre prática social e prática educativa em uma perspectiva historicizadora como exigência metodológica. Trata-se de pesquisa de doutorado em andamento, de cunho teórico-bibliográfica, em desenvolvimento consoante às orientações de Martins e Lavoura (2018) no que se refere ao reconhecimento da dimensão epistemológica do conhecimento científico, o que significa admitir que é possível refletir, teorizar e realizar sistematizações a respeito da temática anunciada sem perder de vista a dimensão ontológica, que permite saber como de fato os fenômenos estudados são determinados. Entende-se que as determinações dos fenômenos são captadas pelo movimento do objeto em sua processualidade histórica e dinâmica. Sendo assim, pretende-se colocar em questão a constituição da educação infantil no cerne do desenvolvimento das forças produtivas e, em nosso país, como tal desenvolvimento a levou à primeira etapa do processo de escolarização e suas significações pedagógicas.

Kuhlmann (2015) e Hermida (2021) questionam a interpretação unidirecional para o desenvolvimento do sentimento de infância a partir das fontes utilizadas por Philippe Ariès, um dos principais cientistas sociais que se dedicou ao tema da criança e da infância. Assinalam que as mazelas às quais estiveram submetida a classe trabalhadora precisam ser consideradas como elementos dificultadores para registros escritos no âmbito da vida privada dessa classe. As crianças da nobreza, aristocracia e burguesia tiveram bem mais oportunidades que propiciaram registros: tratados de medicina e educação, retratos de família, correspondência privada, por exemplo. Logo, a vida privada das crianças da classe trabalhadora não comparece nas análises a contento e, a partir do que indicam as fontes da nobreza, burguesia e aristocracia, são evidenciados preconceitos a respeito das classes populares que atestam práticas e sentimentos da

classe dominante.

Contudo, uma análise histórica comprometida com a prática social é capaz de destacar a presença marcante das crianças proletárias para as conquistas sociais, resultado das contradições evidenciadas no processo de formação social capitalista. O nascimento da sociedade burguesa foi um processo de transição não linear, conflituoso e muitas foram as relações que promoveram a burguesia a partir da exploração e superexploração dos proletários homens e, posteriormente, mulheres e crianças, especialmente diante do desenvolvimento da maquinaria que possibilitava a utilização de pouca força muscular no desempenho do trabalho.

Na medida da configuração da modernidade novos marcos para a infância foram sendo estabelecidos nas contradições entre ideias inspiradas nos ideais da burguesia revolucionária, as necessidades da classe trabalhadora e os interesses da burguesia já constituída como classe dominante. Mas ainda era preciso administrar a miséria e seus desdobramentos a favor da lógica da nova ordem; era preciso garantir à classe trabalhadora mínimas condições para que pudessem reproduzir a vida na mesma medida em que submetia sua existência ao roubo dos capitalistas na expectativa de dias melhores.

Após a década de 1870, na Europa, o discurso em torno da valorização da infância foi consolidado na esteira do desenvolvimento científico e tecnológico, ganhando relevância a escola primária, o jardim de infância, a creche, os internatos, os ambulatorios e consultas a gestantes e lactantes. Anteriormente, essas instituições eram vistas sob uma lógica paternalista; com o rumo virado ao progresso, se tornaram ainda mais autoritárias à classe trabalhadora, pois era a perspectiva da ciência para o progresso que deveria ditar os caminhos, interferindo na educação das crianças e na própria organização da vida social. Como solução para os cuidados com a infância, as salas de asilo e as creches foram difundidas, inicialmente em função do trabalho feminino – o foco era instituições voltadas à educação dos adultos – mas, mais adiante, foram privilegiadas instituições para a infância. Nessa direção, destacou-se o alemão Friedrich Froebel (1782-1852) em virtude da criação dos jardins de infância, instituições educativas que tiveram ampla penetração internacional, inclusive com instituições semelhantes difundidas na França, Inglaterra e Itália; e as creches e escolas maternas, ou mesmo as chamadas salles d’asile francesas (primeiro nome das écoles maternelles). A configuração das instituições para as crianças pequenas esteve atrelada a qual seria o público de crianças atendidas. Desde a mais tenra idade aos filhos das “classes médias e superiores” admitiu-se uma educação distinta. Conforme “os preceitos do sistema” a uns o acesso ao patrimônio humano genérico, a outros aquilo compatível com seu lugar na ordem vigente.

Nessa direção, as iniciativas empreendidas em torno do atendimento às crianças mostram o conjunto de questões envolvidas na composição das forças que engendraram direta ou indiretamente políticas para a infância, que foi interferindo na vida familiar e, em grande medida, segundo Kuhlmann (2015), favoreceu que as instituições precisariam transitar de um direito da família para se tornarem um direito da criança, o que foi, no Brasil, consagrado na Constituição de 1988, no artigo 227. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), na mesma direção, afirmou importantes direitos sociais, evidenciando princípios para a orientação das políticas em relação à infância (e adolescência), sendo representativo das conquistas e tensões do movimento social. A nível internacional, a Convenção sobre os Direitos das Crianças em 1989 representou também um compromisso histórico com as crianças ao firmar um acordo internacional sobre a infância e no bojo das novas transformações do sistema de produção capitalista, que a partir dos anos de 1990 evidenciou impactos significativos no campo educacional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996) situou a educação infantil no sistema de ensino como primeira etapa da educação básica havendo importante consideração em relação à formação de professores. Em 1999 as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) definiram princípios, fundamentos e procedimentos para orientar as instituições de ensino. Em 2006 a Emenda Constitucional nº 53 garantiu recursos para o financiamento da educação infantil e em 2009 a Emenda Constitucional nº 59 tornou a educação escolar obrigatória a partir dos quatro anos de idade, abrangendo a pré-escola. Em 2017 foi publicada a Resolução CNE/CP nº 02, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a ser respeitada, obrigatoriamente, ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da educação básica.

As disputas teórico-políticas em torno dessas normativas marcaram no debate a inseparabilidade entre o cuidado e a educação das crianças pequenas, especificidade defendida para a educação infantil. Embora representem importantes avanços na afirmação do direito das crianças pequenas, encontram lugar junto das pedagogias do aprender a aprender (DUARTE, 2001) e, portanto, evidenciam uma contradição que distancia essa etapa da escolarização dos interesses da classe trabalhadora. Ao mesmo tempo em que avançamos no reconhecimento da educação

infantil enquanto primeira etapa da educação escolar, as concepções pedagógicas que a orientam representam entraves às máximas possibilidades formativas para as crianças pequenas. Ao mesmo tempo em que se tornou relevante socialmente, a educação infantil encontra-se circunscrita a formulações teóricas limitadas por não reconhecerem as interrelações entre prática social e prática educativa. À vista disso, tais formulações acabam por estar a serviço do modo de produção capitalista, ainda que muitas vezes afirmem o contrário; por serem incapazes de perceberem a totalidade, acabam por reforçarem seus próprios limites.

Conclui-se que é preciso fazer frente e avançar na luta coletiva para que as crianças da classe trabalhadora também possam ter assegurado um processo educativo voltado para o máximo desenvolvimento humano, pois, sendo ato intencional e desenvolvido no interior da prática social (SAVIANI, 2013), a educação infantil não pode ser reduzida à contemplação das crianças pelos professores e os conteúdos circunscritos a experimentações cotidianas, nem a didática negada diante dos interesses infantis, o que tem sido defendido hegemonicamente, se alinhando às investidas do modo de produção capitalista. É necessário, portanto, que a teoria pedagógica histórico-crítica esteja à serviço da educação da classe trabalhadora, desde a educação infantil.



Contar histórias para não apagar a história: o papel da da literatura no contexto migratório infantil

Giovana Silvestrin¹ e Graziela Lucchesi Rosa da Silva¹

¹UFPR

Parcela significativa da população mundial que migra involuntariamente é composta por crianças e adolescentes. Em decorrência desta realidade, desde 2017, organizou-se a ação extensionista “Pequenos do Mundo”, realizada com crianças filhos/as de alunos(as) que frequentavam as aulas do projeto “Português Brasileiro para Migração Humanitária” (PBMIH), da UFPR. Sob a perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, foi desenvolvida uma metodologia voltada a fomentar o papel ativo das crianças e suas famílias na elaboração e expressão de suas vivências e a promoção de um espaço de reflexão das crianças quanto ao seu fluxo migratório através do lúdico e da arte. No presente trabalho, discutiremos a importância da literatura infantil como recurso para desenvolvimento de ações que possibilitem às crianças o papel ativo das crianças na expressão e elaboração de suas vivências, histórias e trajetórias. Consideramos que o encontro entre crianças e arte literária possibilita uma posição mais sensível ao mundo, que dialoga com conceitos, emoções, que podem ser movimentados nessa relação.



Conteúdos de ensino de ciências nos Parâmetros Curriculares Nacionais e na Base Nacional Comum Curricular: uma análise à luz da pedagogia histórico-crítica

Lucas Nain Oliveira de Almeida¹ e Luciana Maria Lunardi Campos¹

¹UNESP - Botucatu

Como objeto central do estudo temos o ensino de Ciências em dois documentos orientadores do currículo brasileiro: Parâmetro Curricular Nacional (PCN) e Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Temos como referencial a pedagogia histórico-crítica, sendo assim, assumimos que esses documentos estão alinhados às ideologias neoliberais. O objetivo geral foi analisar as principais mudanças no ensino fundamental II do PCN para a BNCC nos conteúdos do ensino de Ciências. Comparativamente, às mudanças do PCN para a BNCC foi um enxugamento dos conteúdos, com mais impacto na área da Biologia, seguida da Química e Física. Com isso, apontamos o alinhamento dos currículos às ideologias dominantes e colocamos a pedagogia histórico-crítica como contraponto.



CONTRIBUIÇÃO DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA NA CONSTITUIÇÃO DE GRUPOS COLABORATIVOS DE ESTUDOS PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

Janice Zilio Martins Pedroso¹ e Vanessa Campos Mariano Ruckstadter¹

¹Universidade Estadual do Norte do Paraná

O objetivo deste trabalho é apresentar o resultado parcial da pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPEd), mestrado profissional em Educação Básica, da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) intitulada “A importância da História da Educação na formação dos professores: uma proposta a partir da Pedagogia Histórico-Crítica”. A proposta é analisar como os grupos colaborativos de estudos podem contribuir para a formação continuada de professores. Ao abordarmos a importância da história da educação na formação de professores é necessário conhecer historicamente a formação docente no Brasil para entendermos como esse processo ocorreu. Cabe ressaltar que é um processo extenso e, ao analisar a atualidade, temos que considerar desde o início do processo de colonização pelos portugueses, momento no qual se institucionalizou a educação, e considerar esse processo em articulação com as dimensões econômicas e políticas de cada época. Atualmente a escola vem sendo questionada perante o papel que exerce diante do mundo globalizado. Em decorrência disso, a ação docente está pautada em modelos progressistas que dizem respeitar as individualidades e diferenças, mas na verdade é uma forma de camuflar e depreciar o conteúdo científico teórico e acadêmico, fazendo com que os alunos avancem anualmente sem adquirir os conhecimentos básicos. Nesse sentido, há necessidade da criação de espaços para discussão dentro das escolas e promover formações que venham contradizer esses modelos de ensino para estabelecer relações conscientes de atividades com o compromisso histórico, transformando a realidade de modo emancipador. Assim, a Pedagogia Histórico-Crítica, pautada no materialismo histórico-dialético e sendo o eixo teórico-metodológico, vem contribuir com o conjunto de conhecimentos científicos necessários aos professores e que podem ser acessados a partir da formação continuada, destacando a importância da escola e a reorganização do processo educativo, objetivando a construção de uma nova educação para uma nova sociedade.



Contribuições e perspectivas para o desenvolvimento de uma Educação Química histórico-crítica

Luciana Massi¹, Andriel Rodrigo Colturato¹, Carlos Sérgio Leonardo Junior¹, Fernanda Aparecida Bernardo¹, Larissa Cabral Lima¹, Lucas Bombarda Marques Gomes¹, Lucas Nakamura Stachowski¹, Rafaela Valero¹ e Thiago Lima Ferreira¹

¹UNESP

Apesar dos diversos avanços produzidos desde a década de 1980 na construção coletiva da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), poucas áreas consolidaram fundamentos e proposições didáticas específicas a partir dessa pedagogia. Nosso grupo de pesquisa procura desenvolver a PHC em interface com a Educação em Ciências (EC), mais especificamente com a Educação Química (EQ), pautado principalmente nas pesquisas em História e Filosofia da Ciência (HFC). Neste texto apresentamos os resultados de diversas pesquisas de nosso grupo envolvendo aspectos sobre a ciência e literatura para o Materialismo Histórico-Dialético (MHD); o papel da literatura e da filosofia no ensino de química e educação em ciências e em química e a formação da concepção de mundo. Apontamos, ainda, algumas perspectivas de continuidade dos estudos considerando que ainda é necessário aprofundar nos estudos filosóficos e avançar em direção aos aspectos universais dessa ciência.



Corpo e motricidade na Educação Física: contribuições da Psicologia Histórico-Cultural

Cintia Regina de Fatima¹, Rodrigo Lima Nunes² e Irineu Aliprando Tuim Viotto Filho¹

¹UNESP (Presidente Prudente)

²Universidade Estadual de Maringá (UEM)

A cisão corpo-mente determinou a fragmentação e por decorrência, a oposição entre a educação intelectual e a educação corporal. Como símbolo dessa divisão, a Educação Física assume a educação do corpo através do disciplinamento e instrução das capacidades físicas, com a finalidade de regenerar a raça humana. Torna-se necessário, portanto, superar a visão naturalizante que compromete a Educação física e a limita à reprodução de movimentos e ao fazer acrítico que atende os interesses do capitalismo. Pretendemos, portanto, apresentar reflexões iniciais de um Pós-doutoramento e discutir como os estudos sobre consciência, a partir da Psicologia Histórico-cultural (PHC), podem contribuir para a Educação Física, precisamente, no que tange à forma como corpo e movimento são compreendidos e tratados no processo pedagógico, tendo em vista contribuir para que a cultura corporal seja vivenciada significativamente e possibilite o desenvolvimento da consciência crítica. A partir dos estudos da PHC defendemos que a Educação Física tem a possibilidade de gerar aprendizagens que nos permitem acessar parte da cultura humana e, em certa medida, nos humanizar. Além de possibilitar o desenvolvimento das Funções Psicológicas Superiores, pois as manifestações da cultura corporal cristalizam funções psicológicas propriamente humanas, a Educação Física também permite o aprendizado das funções motoras superiores, sendo determinado por uma relação dialética e não hierárquica. Por isso, entendemos a importância de aprofundar as discussões sobre o corpo e movimento, no sentido de superar os limites da visão biofisiológica e buscar uma visão humanizada e historicizada, que permita compreendê-los em suas totalidades.



Currículo e alienação: contribuições teóricas- metodológicas para pensar o Novo Currículo do Ensino Médio paulista

Eduarda Maria de Souza Fernandes¹

¹UNESP

O presente estudo constitui-se como um recorte da tese de doutoramento, ainda em andamento, sobre as decorrências da implantação do Novo Ensino Médio paulista, concerne ao currículo da área de Ciências Humanas como instrumento de alienação do sujeito. Tem por objetivo apresentar e discutir o conceito de alienação com vistas as implicações do currículo na prática pedagógica do ensino de História dentro do contexto do Novo Ensino Médio Paulista, a partir o método científico materialista histórico-dialético e suas implicações no campo da pesquisa educacional. Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa, a partir da revisão bibliográfica em Marx, Mészáros e Sayers. O estudo contribuiu para a reflexão do processo de desenvolvimento da alienação escolar, inerente ao contexto educacional escolar atual, suas implicações no currículo escolar e na prática docente.



Educação ambiental histórico-crítica: a unidade conteúdo e forma

Marcela Agudo¹

¹UNESP/Botucatu

A educação ambiental é um campo científico consolidado no Brasil, que surgiu com as necessidades que o contexto capitalista contemporâneo impõe a partir das relações de exploração, buscando então compreender, denunciar e enfrentar a exploração ambiental por meio da sociedade nesta organização. Neste sentido, entende-se que a exploração ambiental está profundamente relacionada ao modo de produção da vida, e, portanto, tratam-se de problemas socioambientais. Assim, numa perspectiva pedagógica histórico-crítica, a educação ambiental precisa estar articulada a esses fundamentos e então, com isso, algumas especificidades se destacam como a centralidade da educação ambiental no currículo da educação escolar, os conteúdos educativos ambientais, a prática social, o compromisso político e a competência técnica, bem como os fundamentos do materialismo histórico-dialético para delinear uma educação ambiental histórico-crítica. Este ensaio teórico pretende debater um caminho importante e necessário para o desenvolvimento da educação ambiental histórico-crítica que diz respeito a unidade conteúdo e forma, para além da relação entre conteúdo e forma no trabalho pedagógico. Com isso, buscaremos debater a realidade da educação ambiental escolar atual, compreendendo os desafios de uma educação ambiental histórico-crítica na escola, refletindo com isso os caminhos necessários de aprofundamento da educação ambiental histórico-crítica neste sentido.



EDUCAÇÃO ESPECIAL À LUZ DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA: o que nos revela o currículo de Cascavel/PR

Leonete Dalla Vecchia Mazaro¹

¹UNICAMP/SEMED Cascavel

O presente trabalho, objetiva apresentar o resultado de um processo de produção de um currículo, para a educação especial, à luz da teoria histórico-cultural e da pedagogia histórico - crítica. Esse processo ocorreu no município de Cascavel (PR) e “vislumbra uma prática docente contextualizada e efetiva, pautando-se nos pressupostos teóricos da Psicologia ou Teoria Histórico-Cultural (THC) e da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC)” (CASCABEL, 2020, p. 5). Ressalta-se que no ano de 2008 ocorreu a oficialização do primeiro currículo de Cascavel e a Educação Especial se fazia presente em um capítulo. Em 2020, na reformulação do currículo a Educação Especial ganha destaque e com isso a elaboração de um currículo próprio.



Educação Especial e a medicalização da educação: onde está o professor?

Juliana Carlos Guimarães¹ e Maria da Apresentação Barreto²

¹Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer - RN

²Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

A Educação Especial, conforme assinala a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) deve perpassar todos os níveis e modalidades de ensino. Aqui será discutida como a operacionalização desta política tem enfatizado as determinações biológicas em detrimento das mediações pedagógicas que podem promover o desenvolvimento de todos os alunos. Trata-se de um ensaio teórico que objetiva problematizar como a lógica medicalizante tem se instalado nos espaços educativos deixando obscurecida a importância das mediações promovidas pelos professores. Inicialmente, importa situar que ao se definir o público-alvo da Educação Especial a partir de categorias diagnósticas, advindas do campo da Saúde, prevalece a perspectiva biomédica em detrimento da pedagógica. E nesse sentido, fortalece o processo denominado de medicalização da educação que consiste em transformar questões multideterminadas em distúrbios ou transtornos, possíveis de serem medicalizados (MOYSÉS; COLLARES, 2020). Nessa lógica, inserem como patologias, demandas que são engendradas historicamente na vida das pessoas.

As normativas que orientam sobre a operacionalização para que se ofereça uma educação qualificada aos estudantes público-alvo da educação especial, conforme assinalam os estudos de Silva e Angelucci (2018), discorrem sobre a criação de centros multidisciplinares com profissionais da saúde para apoiar os professores. Longe de se apostar no fortalecimento das mediações pedagógicas, defende-se que quanto mais próximos dos saberes médicos, maiores serão as possibilidades de se promover uma educação que desenvolva os sujeitos. Na contramão dessa defesa, tem-se a psicologia histórico-cultural garantindo, a partir de estudos e experiências já desenvolvidas, que para debater sobre o desenvolvimento humano, precisa-se superar as visões organicistas que, historicamente, têm servido para justificar as diferenças apresentadas por crianças e adolescentes.

A literatura registra que já nas primeiras décadas do século XX, Vigotsky (1995) já se contrapunha às teorias que tomavam somente a organicidade ou estrutura biológica para explicar o desenvolvimento do psiquismo humano. Dedicou-se ao estudo das funções psicológicas e denominou-as funções psicológicas elementares e funções psicológicas superiores. A primeira relacionada ao desenvolvimento biológico do sujeito, e a segunda ao desenvolvimento que tem a vida cultural como mediadora. Esse estudioso deixou claro não haver duas funções, mas sim a instituição do psiquismo humano por meio das relações produzidas culturalmente – produção e apropriação. O que determina o psiquismo humano são as relações sociais vividas pelos homens em uma dada cultura e a imagem subjetiva consciente acerca da realidade objetiva será mais qualificada quanto maior for a inserção social do sujeito e, principalmente, dos processos educativos oportunizados, tese corroborada tanto pela psicologia histórico-cultural, quanto pela pedagogia histórico-crítica. (MARTINS, 2016).

A pedagogia histórico-crítica faz uma defesa explícita da importância da escola e assinala que o processo de ensinar não pode ser descolado da realidade política, social, cultural e

econômica na qual alunos e professores estão inseridos, como assinalado por Saviani (1994). Tomando esses fundamentos como norteadores, não há como deixar de problematizar os descaminhos que as políticas de educação especial vêm trilhando, posto que foram construídas tendo por base um sujeito que é concebido individualmente, a-histórico e isolado de uma sociedade/cultura. Assim, esse sujeito individual, desconsiderado nas suas múltiplas determinações, deve ser atendido isoladamente como forma de combater o fracasso escolar e promover seu desenvolvimento. Essa concepção intensifica as demandas por avaliações individuais, sempre buscando um laudo ou diagnóstico que possam apontar em direção de uma patologia possível de ser tratada. Cotidianamente, a sistematização dessas ações, colaboram com o fenômeno da medicalização da educação, utilizado para explicar a não aprendizagem das crianças na escola. (SILVA; ANGELULLI, 2018).

Embora o Brasil ratifique o que vem sendo pactuado internacionalmente no sentido da educação inclusiva que deve considerar as potencialidades de todos indivíduos, inclusive aqueles que tem alguma deficiência, as diretrizes que norteiam a elaboração das políticas e práticas que orientam as ações no cotidiano das escolas ainda estão pautadas em modelos médicos e individualizantes, conforme assinalam Kranz e Campos (2020). Corroborando essa afirmativa, constata-se na contemporaneidade, projetos de lei com teor medicalizante na área educacional, visando inserir convênios, programas de diagnóstico e tratamento para supostos transtornos, tendo destaque o Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e a dislexia. (FUCK; PINTO, 2019). Esses projetos não contribuem para o fortalecimento de uma escola verdadeiramente inclusiva, com garantia do atendimento à diversidade humana (TABORDA; RODRIGUES; ROSA, 2019). O trabalho do professor parece submetido aos saberes biológicos, e a educação especial fica aprisionada numa trama de discursos que sugerem a medicalização como alternativa de todas as mazelas.

Problematizando essa realidade, os estudos de Oliveira, Bassani, e Ronchi Filho (2020) assinalam o quanto os discursos medicalizantes afetam a educação especial. Afirmam tratar-se de um mascaramento para esconder alguns obstáculos que afetam a educação, quais sejam, falta de condições adequadas de trabalho aos professores, falta de formação que permitam mediações pedagógicas promotoras de aprendizagem, ausência de materiais adequados e salários dos professores que não cobrem suas necessidades básicas. Com toda essa precarização, fica mais fácil dizer que o aluno público-alvo da educação especial, não aprende porque tem uma questão de ordem biológica. Escamoteiam-se as condições materiais concretas que afetam todos os atores envolvidos na produção do fracasso escolar, e que produzem a exclusão dos alunos pobres, pretos, periféricos e em situação de vulnerabilidade, como já denunciado por Patto (1993). Os processos de exclusão na escola são históricos e as explicações vão sendo construídas, em acordo com os interesses de cada modelo de sociedade.

Mais recentemente, a Educação Especial, através da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) assinalou que a inclusão deveria ser orientada pelo conceito biopsicossocial da deficiência. O que poderia ter representado um avanço, continuou fortalecendo a ideia de um sujeito a quem falta alguma coisa. Uma concepção que aponta, mais uma vez, para uma visão medicalizante que deve oferecer a esse sujeito alguma alternativa para aquilo que ele não tem. A todo custo busca-se que todos os alunos estejam inseridos dentro de um parâmetro de normalidade, não respeitando as diferenças, desconsiderando as limitações e potencialidades. As tentativas de padronização se engendram numa sociedade desigual e preconceituosa, que cria as condições para que aumente a produção dos laudos e práticas medicamentosas junto aos alunos que não se amoldam ao modelo escolar vigente. (TABORDA; RODRIGUES; ROSA, 2019).

À guisa de conclusão, vale ressaltar que, o modelo biomédico da deficiência tem uma compreensão capacitista da deficiência, já que age como se as pessoas com deficiência não tivessem condições de serem produtivas. E como bem assinala Mello (2016): a categoria capacitismo é concretizada, por meio de atitudes preconceituosas que classificam os sujeitos com o objetivo de ajustar os corpos ao padrão de beleza e capacidade funcional e, com isso, às pessoas com deficiência são discriminadas. Finalmente, evidencia-se que a medicalização da deficiência é um problema coletivo da sociedade, sobressaindo o desafio contemporâneo de que sejam ampliados os espaços formativos dentro das escolas a fim de romper com a lógica medicalizante e ofertar aos docentes os conhecimentos e as condições concretas para lidar com as múltiplas determinações em que estão envoltas o fenômeno do fracasso escolar, as singularidades e possibilidades de novos enfrentamentos.



Educação Física no Ensino Remoto: Impactos para crianças do Ensino Fundamental

Carine Ferreira Costa Peplinski¹ e Carine Ferreira Costa²

¹*Universidade Federal do Paraná*

²*Prefeitura Municipal de Curitiba*

O desenvolvimento das atividades remotas nas escolas públicas nas escolas públicas na cidade de Curitiba/Paraná apresentou limitações para o trabalho pedagógico da Educação Física e esse resumo visa explanar indicadores desses impactos no desenvolvimento infantil explanado o entendimento sobre a complexidade da infância a partir da Pedagogia Histórico Crítica.



Educação patrimonial e Pedagogia-Histórico Crítica: algumas possibilidades

Dalânea Cristina Flôr¹ e Fernando Cesar Sossai²

¹Univille/UFSC

²Univille

Este trabalho tem o objetivo de compartilhar e discutir com pesquisadores da área algumas possibilidades de aproximação entre as teorias do patrimônio e a Pedagogia Histórico-Crítica, tendo em vista que a experiência com a educação patrimonial tem demonstrado que a presença, explícita e intencional, da Pedagogia Histórico-Crítica é praticamente nula na educação relacionada ao patrimônio brasileiro.



ENCAMINHAMENTOS DIDÁTICOS DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA PARA A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES/AS DO CONTEXTO AMAZÔNICO

Adketlen Queiroz Pinto¹, Heloisa da Silva Borges¹, Priscila Soares Lima¹ e Érica de Souza e Souza¹

¹Universidade Federal do Amazonas

Esse texto é fruto das inquietações, ao longo do processo formativo na pós-graduação a partir do curso de mestrado e doutorado em educação, da caminhada profissional, atuando em cursos de formação de professores(as), observando, ouvindo a ação de docentes. Tem como objetivo refletir sobre a materialização do processo didático da Pedagogia Histórico-Crítica no processo de formação de professores(as) da Educação do Campo amazônico, com vistas ao entendimento das contribuições e desafios. Apoiou-se no procedimento metodológico da pesquisa bibliográfica, pautando-se no método do materialismo histórico dialético. Durante o processo de apropriação dos conceitos, fomos nos dando conta da responsabilidade e da relevância que é discutir e estudar a formação dos professores/as das escolas do campo, na concepção da Pedagogia histórico-crítica para formar profissionais para a sociedade numa perspectiva contra-hegemônica, sob a base teórica materialista, histórica-dialética, articulada aos interesses da classe trabalhadora camponesa e de formação humana.



ENCONTROS FORMATIVOS NAS ATPCs: POSSIBILIDADES DE OBJETIVAÇÃO NA FORMAÇÃO DOCENTE EM SERVIÇO

Gislaine Rossler Rodrigues Gobbo¹, Ana Claudia da Silva Pereira¹ e Deborah Alvares Miranda²

¹*Prefeitura Municipal de Bauru*

²*UFSCAR-pós graduação*

O estudo objetivou apresentar a formação docente realizada em atividade de trabalho pedagógica coletiva (ATPCs) nos contextos teórico-práticos para o enfrentamento do currículo em ação e as possibilidades de atuação docente na organização do tempo e do espaço, na execução do planejamento e na realização da avaliação escolar. A formação em serviço nas ATPCs orientou-se pelos aspectos que possibilitavam o desvelamento da falsa realidade e percepção de situações reais, destacando-se os itens: a lógica dialética, o trabalho alienado, o desenvolvimento do pensamento em conceito científico, o concreto pensado, o domínio técnico e teórico dos docentes. Como resultados da formação docente foi possível instrumentalizar alguns sujeitos que atuam na escola, havendo, mesmo que parcialmente, a percepção da pseudorrealidade, pois a percepção integral do fato envolve vários aspectos culturais e sociais.



Ensino de História e Pedagogia Histórico-Crítica (PHC)

Rodrigo Sarruge Molina¹

¹Universidade Federal do Espírito Santo (UFES - Vitória)

Trata-se de um resumo expandido que realiza reflexões sobre o ensino de História e a proposta da Pedagogia Histórico Crítica na formação de um homem novo. Partimos da hipótese que em nível nacional e internacional, a maioria dos cursos de História nas universidades brasileiras e o ensino de História realizado nas escolas do ensino básico desconhecem as propostas da Pedagogia Histórico Crítica (PHC).

Acreditamos que as propostas pedagógicas hegemônicas nos cursos de História e nas escolas estejam alinhadas ao “ecletismo”, ao misturarem preceitos “neoliberais”, “pós-modernos”, “culturalistas” e “tecnicistas” o que fica claro com as recentes reformas do ensino médio e a nova BNCC capturada e promulgada no governo Temer em 2017. O que já vinha ocorrendo com programas neoliberal desde a década de 1990, ganha muita força política após o golpe de 2016 com ataques contra direitos social historicamente conquistados como a reforma trabalhista e reforma da previdência. No ensino de História isso fica evidente com a força das ideias do “aprender a aprender”, das pedagogias das competências, especialmente no ensino médio, onde os conteúdos de História e a disciplina de História são eliminadas para dar lugar aos “projetos de vida” e ideologias empresariais do empreendedorismo, que também fomentam a privatização do ensino público. Diante do quadro exposto, a PHC faz oposição à barbárie e pensa o Ensino de História como ferramenta da libertação dos filhos das classes trabalhadoras que são constantemente “domesticados” e alienados dos conteúdos científicos, culturais e filosóficos que são privadamente acumulados pela burguesia.



ENSINO E DESENVOLVIMENTO NO PRIMEIRO ANO DE VIDA: IMPLICAÇÕES DA TEORIA HISTÓRICO CULTURAL

Natália Trazpadini Dos Santos¹, Isabeli Silva Passos¹ e Lucinéia Maria Lazaretti¹

¹Unespar- Universidade Estadual do Paraná

É objeto desse resumo o ensino e desenvolvimento dos bebês na perspectiva da Teoria Histórico Cultural. Assim, o objetivo foi analisar as inter-relações entre ensino e desenvolvimento no primeiro ano de vida do bebê. Para isso, pautamos nos seguintes na Teoria Histórico-Cultural recorrendo aos seguintes autores: Eidt, 2017; Lazaretti, 2018, Cheroglu, 2020; Magalhães, 2020, Pasqualini, 2013;. Entendemos que este estudo é fundamental para que possamos aprimorar o conhecimento perante as implicações teórico-práticas sobre o desenvolvimento dos bebês em seu primeiro ano de vida, ressaltando a importância entre o embasamento teórico e as práticas pedagógicas.



ENSINO REMOTO NUMA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE: apontamentos a partir do Estágio Supervisionado em Ensino de Biologia fundamentado na Pedagogia Histórico-Crítica

Izabela Lourenço Silva¹, Ana Paula Biondo Lhamas¹, Carolina Borghi Mendes² e Jorge Sobral da Silva Maia²

¹*Universidade Estadual Paulista (UNESP)*

²*Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP)*

A formação inicial docente precisa estar comprometida com a instrumentalização dos estudantes para o desenvolvimento da práxis pedagógica. O Estágio Supervisionado tem papel fundamental nesse processo, pois possibilita a inserção de acadêmicos nas escolas para que possam compreender a dinâmica escolar, o trabalho docente e os desafios impostos à educação. Na Licenciatura em Ciências Biológicas em particular, o Estágio Supervisionado permite vislumbrar o Ensino de Ciências e Biologia como um instrumento de mediação para a socialização dos conhecimentos científicos produzidos historicamente pela humanidade. Dessa forma, é a partir da compreensão dos fundamentos da Pedagogia Histórico-Crítica e do Materialismo Histórico-Dialético junto com a práxis propiciada pelo Estágio em escola pública, componente curricular de um curso de Licenciatura em Ciências Biológicas em uma Universidade Pública do estado do Paraná, que este trabalho buscou analisar o processo de ensino e aprendizagem de Biologia na Educação Básica em regime remoto durante a pandemia de COVID-19. Foi possível apreender implicações para estudantes e professores durante o regime remoto no Paraná e, sobretudo, as determinações impostas ao processo educativo escolar e a humanização das filhas e filhos da classe trabalhadora.



ENTOANDO OS SONS DA FLORESTA: A MÚSICA INDÍGENA COMO RECURSO PEDAGÓGICO CONTRA-COLONIAL

Leandro Teixeira da Silva¹, Leandro Teixeira Da Silva¹ e Vitória Sousa¹

¹Faculdade de Ciências e Letras/Fclar-UNESP

O presente trabalho trata-se de articular a Música Indígena como instrumento pedagógico contra-colonial ao longo dos debates colocados em sala de aula, tendo por objetivo analisar a importância deste material na construção do saber dos alunos a respeito das cosmologias ancestrais pindorâmica, inserindo-as no contexto educativo, reflexivo e crítico. Desta maneira, o artigo traz como problemática a necessidade de explorar o material músico-visual produzido pelas artistas Kaê Guajajara, Brisa Flow e Suraras dos tapajós sobre o conteúdo de contextos que envolvem a música indígena denunciando violências, etnocídios, vivências, cosmopolíticas indígenas, aspectos gerais e muitos importantes que envolvem a cultura indígena brasileira e os constantes rechaços que vem acometendo com este grupo. Aqui, a música produzida por elas, podem ser trabalhadas tendo em vista a formação e o conhecimento que os estudantes podem construir a partir da reflexão juntamente com o professor, a turma e o material teórico didático de ensino, demonstrando assim, a força da cosmovisão indígena diante da sua sonoridade. Por meio da música trabalhada no ambiente de ensino tensionar o apagamento histórico, a vivência do ser indígena no país. Este trabalho tem como princípio norteador, a análise dos elementos teóricos, metodológicos e práticos da música indígena e como ela pode ser fundamental no espaço escolar para tensionar o debate contra colonial a respeito dos povos originários e suas demandas territoriais, políticas, sócio-ambiental, educacional, de sobrevivência. A música para além de um artefato cultural muito antigo, opera como um agente enunciativo dos grupos sociais, elementos que denunciam a violência de corpos marginalizados a partir da escrita e da poética. Nosso trabalho viu a necessidade de pensar a música como uma ferramenta para tensionar o debate pedagógico uma vez que numa reflexão educativa, essa temática justifica-se pela lei 10.639/03 e outra Lei 11.645/08. A Lei 10.639/03 determina a inserção do ensino de história da África e da cultura afro-brasileira nos sistemas de ensino, alterando a LDB: "Art. 26-A.. Já em 2008, a Lei 11.645/08 determina que o mesmo seja feito com a história e a cultura dos povos originários do Brasil. Assim, com a articulação entre fundamentação teórica e as músicas das artistas selecionadas buscaremos construir essa proposta à luz da Antropologia, Educação e Sociologia.



ESCOLAS CIVICO-MILITARES: Contestações a partir da PHC

CELI NELZA ZULKE TAFFAREL¹, GABRIELA DO ESPIRITO SANTO¹, LUCIANO SOARES DA SILVA¹ e IRINALDO DEODATO SILVA²

¹UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

²UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

As escolas cívico-militares alicerçam um projeto de militarização da sociedade brasileira, baseado nos fundamentos da doutrina militar e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que por sua vez sustentam o projeto histórico da barbárie capitalista. A discussão dos dados aqui apresentados e a explicação científica, a partir da Pedagogia Histórico-crítica a respeito da função social da escola e da histórica luta da classe trabalhadora em defesa da educação emancipatória nos possibilita defender a revogação imediata do Programa Nacional de Militarização de Escolas.



Esquecimento e negacionismo: reflexões para o Ensino de História

Wellington Durães Dias¹

¹Graduando em Pedagogia, Faculdade de Ciências - Unesp, Campus de Bauru

O objetivo deste trabalho¹ é realizar um ensaio teórico sobre a relação entre memória, História e ensino de História à luz da pedagogia histórico-crítica, especificamente sobre o papel do ensino de História no trabalho com a memória coletiva, com vistas a combater a pseudo-história no interior da concepção de mundo dos estudantes, passado sobretudo por uma crítica às correntes pós-modernas. Tomando como referência essa proposta pedagógica revolucionária na educação escolar, as reflexões deste trabalho buscam a superação do imediatismo, do senso comum das práticas educativas e do espontaneísmo generalista dos conteúdos de História, que levam ao problema da superficialidade do ensino e do apagamento da memória coletiva.



Estágio com pesquisa: reflexões acerca do ensino de língua portuguesa no oitavo ano do ensino fundamental à luz da pedagogia histórico-crítica

Juliane Gomes de Souza Carvalho¹, Luana Carolina Marques Xkelow¹ e Luzia Aparecida da Silva Eskongisk¹

¹Instituto Federal do Paraná (IFPR)

A compreensão sobre o papel da escola, do professor e também do aluno é fundamental e elementar para alcançar um ensino de qualidade e significância para todas as partes envolvidas neste processo. Com base na metodologia da Pedagogia Histórico-Crítica e Teoria da Educação entendemos que o aluno é um dos principais personagens desse contexto, e esse vai ter a oportunidade de adquirir conhecimento através do par mais experiente, o professor, e a escola dará base estrutural e também metodológica. Por meio de um estágio supervisionado, na Graduação de Letras, percebemos que o professor não tem autonomia para elaborar e desenvolver conteúdos, assim como os alunos não participam do processo de desenvolvimento da construção desse material. Analisamos também que nas escolas públicas o uso de apostilas são obrigatórias e refletindo sobre este aspecto nos faz questionar sobre as limitações e a autonomia de ensino por partes dos docentes, já que tais materiais não deixam espaços para que docente elabore ou acrescente conteúdos mais relevantes a uma proposta de aumentar os conhecimentos de seus alunos.



Formação continuada de professores de arte: por uma formação omnilateral

Gabriel Souza Coelho¹

¹Udesc

O presente resumo sintetiza uma pesquisa doutoral em desenvolvimento, que traz como temática a formação continuada de professores de arte da educação básica, pensada como ferramenta de contribuição para a formação omnilateral. Elegemos esse tema a partir da observação da desposse, por parte dos professores, dos saberes manuais e do domínio dos materiais clássicos do fazer artístico. Dentre as ações necessárias no desenrolar da pesquisa, projetamos, inicialmente, atestar a ocorrência do fenômeno da desposse; num segundo momento, será planejado e ofertado um curso de formação continuada aos citados professores, com o intuito de contribuir para sua formação omnilateral e, por consequência, a seus estudantes, mediante a qualificação didática proporcionada.



FORMAÇÃO DE PROFESSORES DAS ESCOLAS DO CAMPO NA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CRÍTICA

Rosana da Silva¹

¹UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

O presente trabalho é uma síntese da Pesquisa apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia em Outubro de 2021. Trata da formação de professores das escolas do campo do município de Teofilândia-Ba a partir das concepções e princípios da Educação do Campo e da Pedagogia Histórico-Crítica, tendo como objetivo compreender como se desenvolve a política de formação da rede municipal de educação. Trata-se de uma pesquisa de cunho descritivo, qualitativo, exploratório e de natureza aplicada. Consolidamos nossa análise nas obras de Saviani (2000-2021), Martins (2013), Caldart (2012), Duarte (1996-2011), entre outros.



Formação de professores para a educação especial/inclusiva e a expropriação do saber docente

Ivone Rodrigues dos Santos¹ e Régis Henrique dos Reis Silva²

¹Doutoranda - FE/UNICAMP. Professora da SME - Aparecida de Goiânia/GO

²DEFHE/FE/UNICAMP

Introdução Este trabalho é decorrente de uma pesquisa em desenvolvimento que visa identificar e discutir os processos formais de in/exclusão dos (as) estudantes público-alvo da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, por meio da expropriação do saber docente.

Os condicionantes histórico, políticos e pedagógicos que legitimam as atuais políticas de formação de professores, articulados pela lógica do capital, tem influenciado direta e indiretamente na práxis docente. Ao propor a formação de uma subjetividade flexível, moderna, competente e individualista, o projeto educativo atual propõe a formação de um novo perfil de trabalhador (professor), condicionando, de forma acentuada, a constituição identitária desses profissionais e estabelecendo novos valores, novas identidades e novos contornos de interação que, estrategicamente, estão levando a proletarização e a expropriação do saber docente.

Para examinar esses direcionamentos, a pesquisa tem como propósito, investigar e discutir a forma de estruturação, as condições de acesso e as bases teórico-pedagógicas que delineiam os cursos para formação de professores em educação especial, prioritariamente, os cursos oferecidos pela política de Educação Especial/Inclusiva através dos programas formativos instituídos pelo Governo Federal nos sistemas de ensino.

No campo da Educação Especial, após a Reforma do Estado nos anos de 1990, as políticas de organização da área vêm se estruturando delineadas dentro de um contexto político mundial de avanço do neoliberalismo e sob a égide de acordos e influências dos organismos internacionais e de princípios inclusivistas. Os discursos e estratégias que por um lado promoveram as possibilidades de mudanças, de respeito às diferenças e de solidariedade, por outro, estão cooperando para legitimar a contradição e a manutenção dos interesses dominantes, contribuindo para validar os processos que promovem a exclusão escolar.

Essas articulações, delineadas em termos históricos, políticos e pedagógicos, estão contribuindo para uma narrativa muito estreita sobre profissionalização docente, formação humana e deficiência, cooperando para os processos formais de exclusão do educando, tais como: o afunilamento do fluxo de escolarização dos estudantes com deficiência, defasagem idade/série e a ênfase nos aspectos físicos e biológicos de desenvolvimento (MELETTI; RIBEIRO (2014), SILVA et al. (2020).

A formação docente, nesse contexto, tem se tornado um espaço frutífero que visa intensificar a eficácia de cada sujeito (professor e aluno) em todos os domínios da esfera produtiva, todavia, prevalecendo concepções teóricas que subjaz os processos educativos ou de formação humana em detrimento do processo de produção, expropriando o professor do produto do seu trabalho.

Metodologia A investigação caracteriza-se como pesquisa bibliográfico-documental e de campo, tendo como lócus empírico, a rede estadual de educação de Goiás, mais precisamente, as

escolas estaduais localizadas nos municípios de Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bonfinópolis, Caldazinha, Hidrolândia e Senador Canedo.

Prevê a abordagem a 44 sujeitos, sendo, gestores responsáveis pela estruturação e acompanhamento das políticas de Educação Especial/Inclusiva na rede estadual de Goiás, gestores escolares e profissionais que atuam na Rede de Apoio à inclusão das unidades de ensino.

Como técnica de coleta de dados, utilizamos a entrevista via questionário semiestruturado e a gravação em áudio. As fontes bibliográfico-documentais consistem na revisão da literatura, sobretudo, as produções acadêmicas divulgadas pelas dissertações, teses, livros e artigos publicados nos principais periódicos científicos, além dos documentos oficiais norteadores das ações da educação especial/inclusiva pela política nacional (BRASIL, 2008) e no estado de Goiás.

Para discutir a problemática apresentada, expressando a nossa concepção de escola, professor, trabalho educativo e de desenvolvimento humano, temos como referencial teórico os pressupostos da Pedagogia Histórico-Crítica e da Psicologia Histórico-Cultural, cujos fundamentos, dados pelos pressupostos teóricos e metodológicos do materialismo histórico dialético, se opõe ao projeto hegemônico da sociedade capitalista que atribui à escola outra função social: a de exclusão social, a de reprodução da hegemonia e a de naturalização da deficiência.

Resultados e discussões O estágio atual da pesquisa nos permite identificar que, no que se refere ao campo da formação de professores, constatamos que o novo lócus de formação docente são as plataformas digitais. Oferecimento de cursos com formações iniciais e continuadas que incide à diversidade de cargos e funções dos profissionais, sendo, em grande maioria, na modalidade EAD autoinstrucional.

Camuflado por um discurso que alega preocupação em facilitar e ampliar as condições de qualificação e formação docente, verifica-se que o conjunto dos princípios e procedimentos observados nos cursos formativos estão organicamente articulados com as relações sociais de produção da contemporaneidade. A penetração desse discurso é materializada por meio de bonificação para quem cumprir, em períodos determinados, quantidades de horas formativas.

O conteúdo (teoria) e a forma (estruturação) de delineamento veiculado pela política de formação não prepara os profissionais para conhecer a realidade social ou agir criticamente sobre ela, mas, sim, para saber quais competências que estão sendo exigidas pelo mercado. Essa estratégia, para além do barateamento da formação, proclama a independência e a disciplina do profissional, criando uma cultura organizacional coesa, porém, não solidária e não crítica. Evidencia a contradição de um projeto que depende da máxima competência técnica e mínima consciência política dos professores. Para tanto, ao mesmo tempo, propõem e restringem, salientam e reduzem, liberam e selecionam. Essa filosofia utilitarista, imediatista e a valorização da técnica desprovida do conhecimento, além de originar no campo educacional o que Limonta e Silva (2013) chamaram de “tecnificação do ensino” e Shiroma (2003) de “desintelectualização” do professor, opera, mediante a não socialização do saber em sua forma mais desenvolvida, como um modelo que promove a expropriação do saber docente.

Deste modo, ao restringir o acesso ao conhecimento, a sociedade capitalista tende a atar os indivíduos a funções ligadas ao seu lugar na produção da vida. A divisão social do trabalho é transportada para a estrutura subjetiva (DELLA FONTE, 2014), contribuindo para a fragmentação da atuação docente em papéis alienados.

Especificamente, no campo da educação especial, estamos em presença de dois movimentos: restrição e retrocesso. As políticas de inclusão se apresentam com uma visão social de caráter compensatório e focalizada. A expressão diversidade e multiplicidade são utilizados como um simplificador da concepção de deficiência e como argumentos que justificam a falta de uma necessária centralidade na forma de atendimento pedagógico (GARCIA; MICHELS (2011), KUHLEN (2016), VAZ, (2017), indicando uma ampliação de funções aos profissionais e restrição na difusão do conhecimento em suas formas mais desenvolvidas tanto para o professor, quanto para o aluno.

No contexto educacional o discurso pedagógico subjacente a esse projeto de sociedade, de formação humana e de organização do trabalho educativo, tem como base de sustentação o lema “aprender a aprender” (DUARTE, 2011). O autor alerta que, do ponto de vista pedagógico e, em seu limite, essas orientações afasta o aluno do saber objetivo e rebaixa o professor a um papel insignificante no processo de aprendizagem, representando, assim, estratégias para o mais absoluto esvaziamento do trabalho educacional.

Conclusões A revisão da literatura, a análise dos documentos legais e a pesquisa em campo, indica que a forma de estruturação, as condições de acesso e as bases teórico-pedagógicas que delineiam os cursos formativos promovem a naturalização da deficiência e contribui com os

processos formais de exclusão do educando por meio da expropriação do saber docente.

A análise realizada até o momento reforça a necessidade de mantermos, por meio de uma resistência ativa, a luta contra o retrocesso dos direitos conquistados, pois, o que está posto é a clara centralidade do conhecimento tendo como referência a concepção liberal de Ser humano. Em termos de delineamentos pedagógicos essa concepção se expressa nas precárias e descontínuas condições para a formação de professores e para o desenvolvimento do trabalho educativo nas redes de ensino, tanto por parte dos professores, quanto pelas possibilidades de desenvolvimento dos alunos.



Fundamentos da Didática Histórico-Crítica: uma leitura crítica sob o enfoque do referencial teórico internacional

Gracieda dos Santos Araújo¹ e Juan Carlos Rodrigues Cruz²

¹Universidade Federal Norte do Tocantins - UFNT

²Universidad Holguin "Oscar Lucero Moya", UHo - Cuba

O objetivo deste trabalho é analisar os fundamentos da Didática Histórico-Crítica, desenvolvidos pelos teóricos marxistas da educação no Brasil, em comparação com as concepções teóricas dos didáticos materialista histórico-dialéticos internacionais. Toda a investigação foi orientada pelo seguinte problema: em que medida a Didática Histórico-Crítica, como parte da proposta pedagógica de educação crítica e emancipadora, no Brasil, representa uma alternativa concreta ao processo de ensino-aprendizagem, desde os critérios teórico-metodológicos universais da didática materialista histórico-dialético? O método adotado como referencial para esta investigação se baseia no materialismo histórico-dialético. A metodologia utilizada trata-se de revisão bibliográfica de autores nacionais e internacionais. O resultado alcançado demonstra a importância da Pedagogia Histórico-Crítica e da Didática Histórico-Crítica para a educação brasileira, enquanto uma visão teórico-metodológica crítica, desde que alinhada à perspectiva educacional universal, na ótica do proletariado.



Governo do Bolsonaro e a Educação do Campo: mapeamento das produções entre os anos de 2019 e 2022

João Vitor Santos Silva¹, Gilmar Soares de Miranda¹ e Klívia de Cássia Silva Nunes¹

¹UFU

O presente trabalho teve como intuito analisar as produções acadêmicas entre os anos de 2019 e 2022 de forma a elucidar as políticas educacionais pensada para a educação do campo. Justifica-se o recorte temporal da pesquisa pelo fato de existirem trabalhos com um vasto estudo sobre as produções científicas nesta área em anos anteriores. Diante deste contexto, este trabalho parte da seguinte questão norteadora: de que forma as políticas educacionais para o campo foram implementadas nos anos de 2019 e 2022? Para responder este problema, foi realizado uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico, o qual utilizou-se como base para a coleta dados a plataforma Google Acadêmico, a partir das seguintes categorias: educação do campo e políticas educacionais. Nesta plataforma, identificou-se, aproximadamente 18.400 produções, destas, somente 6 (seis) foram selecionados para este trabalho. Os resultados demonstram que as pesquisas precisam ainda avançar sobre as políticas educacionais para o campo nesses últimos anos de governo da extrema direita, no que diz respeito ao desmonte, negligência e desprezo pela educação pública, bem como, em todas as áreas sociais.



GRANDEZAS E MEDIDAS: POSSIBILIDADES DO ENSINO DA MATEMÁTICA NA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL

KELLY CRISTINA RODRIGUES DE MOURA¹, DEBORAH MIRANDA ALVARES¹ e ALEXANDRA DIONÍSIO DOS SANTOS¹

¹SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU

O referido trabalho apresenta uma sequência de propostas de atividades que foram realizadas com uma turma do Infantil V de uma escola municipal da cidade de Bauru/SP, na área Matemática, eixo Grandezas e Medidas, à luz da teoria Histórico-Cultural.



Homeschooling: da atrofia do espaço público à asfixia da escola pública

Celestino Gabriel de Liz¹ e Celestino Gabriel de Liz²

¹Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis, Santa Catarina

²Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis, Santa Catarina

Em setembro de 1983, Dermeval Saviani lançaria uma obra com menos de 100 páginas, chamada “Escola e Democracia”, mas influência duradoura e transformadora da compreensão da educação brasileira. Depois de 40 anos, reeditada consecutivamente [em diversos países], sua longevidade atesta a importância e abrangência dessa obra em atividades de pesquisa dos problemas da educação nacional e das políticas educacionais, assim como em questões teórico-metodológicas do fenômeno educativo. Estava lançada a Pedagogia Histórico-Crítica, que viria a ser desenvolvida e influenciaria uma série de pesquisadores brasileiros (Carlos Jamil Cury, Guiomar Namó de Melo, José Carlos Libâneo, Selma Garrido Pimenta e outros), tendo Saviani como referência principal.

Como o título do livro sugere, educação e democracia são palavras-arcãos que se completam e possuem implicações mútuas. De maneira dura e brutal estamos vendo no Brasil atual, em plena ascensão neoconservadora, autoritária e neofascista, o quanto a educação tem estado desvinculada da democracia e vice-versa. Daí a importância da obra de Saviani, atual e necessária enquanto durarem os ininterruptos ataques conservadores e neoliberais contra a educação e a democracia brasileira, principalmente após o golpe parlamentar-midiático de 2016 contra a Presidenta Dilma Rousseff, evento esse que abriu os flancos da educação para a odienta reforma do ensino médio, aprovação da BNCC e suas influências nocivas para formação de professores, bem como o descaso e orfandade do Ministério da Educação durante o governo genocida.

Em meio ao turbilhão de desmandos e desmantelamento institucional, na esfera política, foi aprovado na Câmara dos Deputados em 2022 a lei do ensino doméstico ou homeschooling, rumando ao senado para ser apreciada em 2023.

Neste trabalho, a partir de uma abordagem crítica, principalmente da Pedagogia Histórico-Crítica, pretendemos situar o fenômeno do homeschooling como um grande esforço da classe dominante, no capitalismo de égide financeira contemporâneo, de mais uma vez atacar as conquistas progressistas da sociedade brasileira, abordando-o em duas dimensões: como atrofia do espaço público e como asfixia da educação pública. Atuando nesse viés regressivo da educação nacional, políticos e intelectuais orgânicos burgueses, comprometidos com a visão neoliberal se revelam, como se referiu Saviani (2012), em escolarizados traidores dos não-escolarizados, isto é, se aproveitaram do processo de escolarização produzido em meio as lutas sociais em favor da educação pública para defender agora sua destruição por meio de políticas de estado mínimo e privatista.



Implantação do Instituto Federal de São Paulo - Câmpus Barretos: uma breve análise histórico-crítica

Ivan Pollarini Marques de Souza¹ e Maria Cristina dos Santos²

¹*Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP - Câmpus Barretos*

²*Universidade Federal de São Carlos - Programa de Pós-Graduação em Educação*

O presente trabalho apresenta breve análise histórica-crítica do IFSP-Câmpus Barretos, evidenciando a criação, implantação e expansões do Câmpus. Essa pesquisa foi realizada pela análise documental de fontes primárias e secundárias e visa contribuir na compreensão da história da instituição, especificamente do Câmpus.



Implicações da plataformização da educação na formação docente

Milene Silva de Castro¹ e Marileia Maria da Silva¹

¹Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC)

No presente resumo pretendemos apresentar a pesquisa em andamento no doutorado. Em nossa tese buscaremos responder a seguinte questão principal: Qual o impacto da plataformização na formação docente no ensino superior? Para obtermos a resposta, iremos caracterizar a plataformização da educação, particularmente no ensino superior; compreender a construção do processo de plataformização da educação na formação docente do ensino superior; caracterizar as principais empresas (empresariado da educação e seus aparelhos privados de hegemonia - APHs) que oferecem serviço de fabricação de conteúdo curricular para o segmento educativo; relacionar o processo de plataformização da educação com as novas determinações impostas pela crise do capital na contemporaneidade (financeirização, mercantilização e mercadorização); e por fim, analisar as concepções teórico metodológicas no campo da educação presentes no processo de plataformização.



Inconsistência teórica e fragilidade prática na formação inicial de pedagogos nas Universidades Públicas do Paraná para a atuação na educação infantil: análise a partir da Pedagogia Histórico-Crítica e da Psicologia Histórico-Cultural

JULIE AKEMI TOBIAS TSUKUDA¹ e Eliza Maria Barbosa²

¹Unesp - Araraquara (Doutoranda)

²Unesp - Araraquara (Docente)

O tema a ser desenvolvido é oriundo da inquietação pessoal e acadêmica causada pelo que consideramos ser uma descaracterização da educação infantil, revelada pelo afastamento desta etapa da educação básica de sua função principal: escolarizar. Em certa medida porque historicamente foi vinculada aos objetivos de cuidar e educar. Entende-se que a falta de uma postura político-pedagógica que objetive “ensinar” na educação infantil se origina e corrobora os ideais pedagógicos hegemônicos atrelados ao modelo societal capitalista (pedagogias do aprender a aprender). Defendemos, a partir dos pressupostos da Pedagogia Histórico-Crítica, e da Teoria Histórico-Cultural que a função primordial da educação infantil é transmitir os conteúdos científicos, artísticos e filosóficos historicamente acumulados. Este trabalho pretende fortalecer o caráter escolarizante da educação infantil e analisar se e em que medida o seu afastamento desta perspectiva deriva da formação inicial em graduação dos professores nos cursos de Pedagogia. Para tanto, pretende-se o estudo dos Projetos Político-Pedagógicos dos cursos de graduação em Pedagogia de Universidades Públicas Estaduais do Paraná e coleta e análise de dados a partir da realização de entrevistas com graduandos para verificar quais conteúdos estudados durante a formação inicial influenciam suas futuras práticas pedagógicas na educação infantil.



Infância, categoria de atividade e a brincadeira pré-escolar

Karla Aparecida de Ataíde Ravanelli¹ e Aline Pereira Bessi²

¹Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

²Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

O objetivo deste trabalho foi realizar uma discussão, de caráter teórico e introdutório, acerca da categoria de atividade na primeira infância e a brincadeira como seu momento predominante. A discussão se embasa teoricamente a partir do materialismo histórico-dialético, da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica. Problematicando o discurso hegemônico da pós-modernidade que faz uma apologia à Pedagogia da Infância, propõe-se uma análise crítica de tal concepção considerando o ensino sistematizado e planejado como imprescindível na educação infantil para a produção da humanidade.



Jogos Teatrais na escola : espaço para acolhimento e transformação

JORDANN ANTUNES BARBOSA¹ e Eder Sumariva Rodrigues²

¹UDESC

²Programa Residência Pedagógica - professor responsável

Neste presente resumo apresenta-se a relação entre os jogos teatrais de Viola Spolin e a Pedagogia Histórico Crítica, dentro da experiência da Residência Pedagógica na Escola Básica Municipal João do Valle (Florianópolis, SC), e como estas agem quanto mecanismo de transformação social, visando a matéria de artes como um espaço de acolhimento.



Laicidade e Pedagogia Histórico-Crítica

José Luis Derisso¹

¹UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Professor Associado do Colegiado de Pedagogia e do PPGE do campus de Cascavel e

O texto objetiva abordar a laicidade como materialização de princípios democráticos tais como liberdade de consciência, igualdade de direitos e neutralidade do espaço público, e partir desta abordagem analisar a possibilidade de vinculação entre laicidade e Pedagogia Histórica-Crítica. Nesse sentido, coloca-se em questão o caráter laico desta teoria pedagógica. Resulta desta análise a conclusão de que o caráter laico da Pedagogia Histórico-Crítica se expressa sobretudo na idealização da formação humana como expressão da apropriação dos conhecimentos mais evoluídos produzidos pela sociedade e na perspectiva segundo a educação escolar concorre para esta formação na medida em que objetive a transmissão prioritariamente do conhecimento mais desenvolvido a partir da compreensão do seu sentido universal.



Leitura literária e pedagogia histórico-crítica: contradições em debate

Sâmella Priscila Ferreira Almeida¹ e Maria Amélia Dalvi¹

¹Universidade Federal do Espírito Santo

Apresentamos os resultados de pesquisa teórico-bibliográfica que buscou compreender as (in)compatibilidades entre a noção de leitura literária e o ensino da literatura sob base pedagógica histórico-crítica. Apresentamos a noção da leitura literária a partir de sua conceptualização em textos de referência no campo em que o termo se estabeleceu e de sua ocorrência em documentos oficiais; posteriormente, apresentamos os resultados da conjunção entre a noção da leitura literária e a pedagogia histórico-crítica em pesquisas de pós-graduação; por fim, apresentamos nossa conclusão sobre a apropriação do termo para o ensino da literatura sob bases pedagógicas histórico-críticas.

Segundo Paulino (2014), a leitura literária refere-se à leitura do texto literário e está predominantemente ligada à leitura prazerosa, que seria base para a formação do leitor, que, por sua vez, se tornaria leitor porque se aprazeria dessa modalidade de leitura. Nessa perspectiva, a literatura é compreendida de um ponto de vista hedonista, e a prática leitora do texto literário é associada ao lúdico e à fantasia/imaginação/criatividade (pouco diferenciadas no interior da discussão). A relação leitor-texto é pensada diretamente, sem uma consideração profunda e abrangente do processo histórico e dos constrangimentos de ordem material; o máximo a que se almeja é a identificação dos diferentes usos sociais da leitura e da escrita. Assim tomada como princípio educativo, a interpretação singular de cada leitor para cada texto literário não deve ser guiada ou constrangida pela autoridade escolar.

Na esteira de Paulino, Rezende (2013) compreende a leitura literária escolarizada como substituta para o ensino da literatura, e a conceitua como processo de aprendizagem que se dá a partir da autonomia do leitor e de sua identificação singular com a obra literária; esse processo toma como referência a construção de relações entre leitores e obras, clivadas pela subjetividade. Em substituição ao ensino da literatura, a leitura literária entendida como processo de aprendizagem passa a centrar-se no sujeito leitor e em suas experiências com a leitura, com destaque àquelas que reverberam emocionalmente; assim, o objeto do conhecimento se torna rarefeito, apartado da possibilidade de objetivação e conceptualização. O desdobramento dessa perspectiva da leitura literária na escolarização é que se aprendem os processos de leitura da literatura no ato da própria leitura – desenvolvendo-se e demonstrando-se as habilidades e competências necessárias a ela. O processo de aprendizagem – aqui a própria leitura literária realizada pelo aluno, entendida como objeto, meio e finalidade – torna-se mais importante que um arcabouço de conhecimentos literários que possa ser ensinado e há questionamento ao ensino quer da história da literatura, quer da metalinguagem.

Essa concepção de leitura literária tem sido legitimada por programas como o Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (Profa), o Pró-Letramento e o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), e por documentos que orientam a organização curricular das escolas, como as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que compreende a leitura literária como competência a ser desenvolvida e refere-se aos estudantes como “leitores/fruidores” (BRASIL, 2018, p. 523). Tanto

Rezende (2013) quanto Paulino (2014) participaram da elaboração de programas e documentos públicos nos últimos 30 anos, no Brasil, devotados à formação e à orientação do trabalho docente com a língua e a literatura na educação básica.

Observa-se assim, tanto na conceituação de leitura literária como em seu uso em documentos oficiais, uma filiação teórica, ora velada, ora explícita, àquilo que Duarte (2001) denomina como “pedagogias do aprender a aprender”. Segundo o autor, sob esse lema valoriza-se: o conhecimento aprendido pelo indivíduo autonomamente, em detrimento do conhecimento adquirido via transmissão do saber sistematizado; a aprendizagem do método de conhecimento em detrimento da aprendizagem dos conhecimentos produzidos socialmente; a primazia da necessidade imediata como impulsionadora da construção do conhecimento; a educação que prepara os seres humanos para tornarem-se flexíveis e adaptáveis ao mercado de trabalho, em detrimento de uma educação amplamente humanizadora.

Nessa concepção da leitura literária, esses elementos se expressam na centralidade do ato autônomo da leitura da literatura, guiado pelo interesse imediato do leitor, validado pela sua compreensão singular, prescindindo do trabalho de ensino e mediação do professor e do arcabouço de saberes sobre a literatura que se produziram através do tempo e dos quais não se pode apropriar apenas na leitura imediata e singular da obra literária; a leitura literária se torna uma entre outras competências a serviço da diversidade de funções que o trabalhador poderá cumprir (inclusive, prover a si mesmo prazer e alienação em relação ao mundo).

Amplamente difundida nas pesquisas acadêmicas que tematizam as relações entre literatura e educação, a leitura literária foi associada a 718 trabalhos constantes no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, no período entre os anos 2000 e 2020. Entretanto, em buscas realizadas para as palavras-chave “Leitura Literária” e “Pedagogia Histórico-Crítica”, considerando o mesmo recorte temporal, apenas dois resultados foram obtidos (FERNANDES, 2017; FUJITA, 2017).

Desenvolvidas no contexto do Programa Observatório da Educação (Obeduc), que propôs identificar problemas de aprendizagem e desenvolver soluções pedagógicas a partir dos indicadores divulgados pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), as pesquisas tomaram a leitura literária como objeto de ensino privilegiado, entendida como atividade prazerosa em detrimento do ensino mecânico da leitura. Fernandes (2017) compreendeu a leitura literária como conteúdo de ensino clássico; já Fujita (2017) tomou como conteúdo de ensino textos diversos relacionados aos contextos dos estudantes, perspectivando a leitura literária a partir de seu poder de sedução. Ambas as autoras realizaram intervenções, tomando como base a metodologia didática proposta por Gasparin (2012), assim como justapuseram a abordagem histórico-dialética a procedimentos qualitativos na investigação científica, abordagem que nega a lógica dialética como instrumento de interpretação da realidade, própria ao materialismo histórico (MARTINS, 2006).

Da utilização da noção da leitura literária nos trabalhos analisados, apreendemos três consequências:

1) Efetivou-se uma desvalorização da mediação efetuada pelo conhecimento de que o professor é portador, ao privilegiar como metodologia de ensino os passos pré-definidos da sequência didática, possivelmente pela aproximação velada com o letramento literário tal como proposto em Cosson (2006), e com a assunção do encaminhamento didático proposto por Gasparin (2012).

2) Equivalendo o ensino da leitura ao ensino da literatura e identificando-o à leitura literária, as pesquisadoras apontaram como conteúdos de ensino a leitura de textos diversos, mesmo os não literários, com ênfase no contexto de vida dos estudantes, bem como realizaram escolhas orientadas pelo poder de sedução dos textos lidos, sem perspectivar, se não de passagem, a importância dos conteúdos clássicos e sistematizados para o ensino histórico-crítico.

3) A fetichização da leitura como atividade que, por si- independentemente de seu conteúdo e da mediação efetuada pelo professor para a transmissão dos sentidos e saberes sistematizados-, é capaz de modificar a consciência e a prática dos sujeitos, sem a efetivação necessária dos processos de análise e síntese que façam a crítica do conteúdo apreendido.

Pela referência à leitura como atividade primordialmente de fruição e deleite e pela sua aproximação a metodologias de ensino procedimentais e pragmáticas, verificamos que a noção da leitura literária, em sentido restrito, isto é, fundamentada na concepção pedagógica do “aprender a aprender”, que substitui o ensino da literatura, se mostra incompatível com a pedagogia histórico-crítica.

Entretanto, em sentido amplo, a leitura literária, compreendida como leitura integral da obra literária, é atividade essencial para o ensino, reiterando a importância de “[d]ar precedência às experiências de leitura, escrita, crítica, pesquisa, indagação filosófico/estética, em detrimento de

relação que prescinda da experiência.” (DALVI, 2021, p. 38) Nesse sentido, ler literatura na escola é atividade essencial para o ensino escolarizado da literatura, mas não se confunde com ele, que deve considerar tanto o ensino da recepção estética como a reflexão histórico-social, ideológica e linguística do texto literário, a apropriação e objetivação dos saberes em novas formas, além das condições materiais de desenvolvimento do procedimento educativo e da organização do conteúdo de ensino (ALMEIDA, 2021).

REFERÊNCIAS ALMEIDA, S. P. F. Contribuições da teoria pedagógica histórico-crítica para o ensino de literatura: Uma leitura comparativa de pesquisas. 2021. 153f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021. Disponível em: https://www.academia.edu/95758906/Contribui%C3%A7%C3%B5es_da_pedagogia_hist%C3%B3rica_cr%C3%Adtica_para_o_ensino_da_literatura_As_pesquisas_de_p%C3%B3s_gradua%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 27/01/2023.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: educação é a base. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em 20/01/2023.

COSSON, R. Letramento literário: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2006.

DALVI, M. A. Educação, literatura e resistência. In.: MACEDO, M. S. A. N. (Org). A função da literatura na escola. São Paulo: Parábola, 2021.

DUARTE, N. Vigotski e o “aprender a aprender”: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

FERNANDES, G. F. G. A ação docente: possibilidades do ato de ler na Educação Básica. 2017. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/Uel_156249115c2c6559bfc8ea86d1046c1f. Acesso em 04/08/2020.

FUJITA, E. T. Atividades de Leitura Literária: Realidade e possibilidades para a formação do leitor crítico nos 9º anos do Ensino Fundamental. 2017. 194 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/Uel_e3dd37c7ea76506c86be0bbd14d06f28. Acesso em 04/08/2020.

GASPARIN, J. L. Uma didática para a pedagogia histórico-crítica. Campinas: Autores Associados, 2012.

MARTINS, L. M. As aparências enganam: divergências entre o materialismo histórico dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa. Anais 29ª Reunião Anual da ANPED, p. 1-17, 2006.

PAULINO, G. Leitura Literária. In.: FRADE, I. C. A. S.; COSTA VAL, M. G; BREGUNCI, M. G. C. Glossário Ceale. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2014. Disponível em:

<https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/leitura-literaria>. Acesso em: 23/01/2023.

REZENDE, N. L. O ensino de literatura e a leitura literária. In.: DALVI, M. A; JOVER-FALEIROS, R; REZENDE, N. L. (Org). Leitura de literatura na escola. São Paulo: Parábola, 2013.



Mães estudantes da Licenciatura em Educação do Campo - Ciências da Natureza da Universidade Federal de Viçosa: aproximações com a Pedagogia Histórico - Crítica

Lucinéia Araújo Gomes¹ e Wânia Maria Guimarães Lacerda¹

¹*Universidade Federal de Viçosa*

O presente trabalho trata-se de um recorte teórico metodológico de uma pesquisa de mestrado em andamento, e tem como objeto de estudo as mães que cursam a Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal de Viçosa (UFV). O objetivo principal é relacionar a luta social dessas mulheres que são mães e querem ter direito à acesso e permanência na universidade, com a Pedagogia Histórico-Crítica, uma vez que essa também se caracteriza por ser uma teoria pedagógica que visa romper os modelos hegemônicos impostos, visando utilizar a educação como forma de apropriação da cultura, para ser assim, instrumento de libertação da opressão que vivem.



Metodologias ativas e formação de professores: investigando significações.

Mariana Aparecida de Santi¹ e Luciana Maria Lunardi Campos¹

¹Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

O cenário atual é de expansão e defesa das Metodologias Ativas na prática pedagógica. Esta expansão tem reflexos na formação de professores e pode ser compreendido, a partir da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), como um elemento contribuinte para a articulação entre a formação inicial de professores e propósitos neoliberais. Durante a formação inicial, os licenciandos possuem a oportunidade de aprender sobre a docência e as teorias pedagógicas que fundamentarão sua práxis. Este estudo analisou as significações de licenciandos/as em Ciências Biológicas em relação às “Metodologias ativas”. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e os participantes foram estudantes do último ano de licenciatura em Ciências Biológicas. Para a coleta de dados foram utilizados um questionário e um Grupo Focal. Para a análise, utilizou-se o método de Núcleo de Significações, que possibilita apreender sentidos e significados constituídos pelo sujeito. Os resultados indicam que os/as licenciandos/as conhecem as Metodologias Ativas como diferentes das tradicionais, onde o aluno constrói seu conhecimento e o professor é um facilitador do processo de aprendizagem. Significações que indicaram vantagens das Metodologias Ativas relacionam-se com o desenvolvimento da criticidade, entretanto, a formação crítica não é identificada como característica das Metodologias Ativas, pois são fundamentadas em teorias que possuem interesses com a adaptação dos estudantes na sociedade. Já com relação às desvantagens, os/as licenciandos compreendem que o aluno autônomo pode aprender conceitos errados, destacando a importância do professor e a dificuldade em motivar o aluno a participar. Considera-se preocupante a escolha de metodologias com critério na motivação dos estudantes, pois a relação forma-conteúdo-destinatário deve ser pautada pela socialização do saber. Também foram investigados os motivos dos/as participantes para escolherem as metodologias, e percebe-se que essa escolha se relaciona a condições já existentes. Entretanto, compreende-se que isso pode se atrelar à concepção de prática como imitação de modelo e baseados na observação. Significações trazidas durante o Grupo Focal sugerem que o desenvolvimento das Metodologias Ativas resulta no esvaziamento do papel do professor. A partir da PHC, o professor tem um papel essencial no processo de aprendizagem, de transformar o saber objetivo em saber escolar, sistematizar o conhecimento e utilizar das estratégias didáticas para garantir a apropriação do conhecimento. Foi mencionada a importância da formação inicial de professores, e entende-se que a esta deve possibilitar que o/a licenciando/a conheçam sobre a sociedade e tenham domínio de seu surgimento e desenvolvimento. Os/as licenciandos/as também compreendem que em uma sociedade de mudanças os alunos precisam ser preparados para aprender a aprender, entretanto, compreende-se que o discurso se refere diretamente ao ritmo dinâmico da sociedade capitalista. Com isso, é possível concluir que apesar dos/das licenciandos/as compreenderem a importância dos fundamentos teóricos das metodologias e olharem de maneira crítica para a desvalorização do professor e a ausência da criticidade, as significações que atribuem às Metodologias Ativas relacionam-se ao desenvolvimento de autonomia e boas relações interpessoais dentro da sala de aula, além de se tratarem de uma alternativa ao método tradicional de ensino.



MÚSICA COMO LINGUAGEM: POSSIBILIDADE DE ENSINO DESENVOLVENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Lilian Aparecida Domingos da Silva¹

¹*Prefeitura Municipal de Bauru*

A Música é uma linguagem dentro da educação pouco utilizada pelo professor como conteúdo de ensino,



NECESSIDADES FORMATIVAS E A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL: em busca do processo catártico e transformação na práxis pedagógica

Priscilla de Andrade Silva Ximenes¹ e Maria Eduarda Leite Rabelo¹

¹UFCAT

O presente trabalho é oriundo de uma pesquisa, em andamento, intitulada: “O desenvolvimento profissional de professores da educação infantil a partir de uma experiência colaborativa” vinculada à Faculdade de Educação, na Universidade Federal de Catalão (UFCAT). O trabalho teve como principal objetivo identificar e analisar quais as necessidades formativas de professores da Educação Infantil, para assim, poder propor ações formativas a partir de uma metodologia de pesquisa ação crítico-colaborativa. À luz dos pressupostos do materialismo histórico-dialético e da teoria Histórico-cultural buscamos formas de pensar novos rumos para a formação de professores da Educação Infantil pela pesquisa-formação.

Essa pesquisa teve como metodologia a pesquisa-ação crítico-colaborativa, que consiste em uma reconfiguração da pesquisa – ação e da pesquisa- colaborativa, com vistas a emancipação dos sujeitos e da práxis pedagógica, pautadas nos fundamentos marxistas e nos aspectos metodológicos propostos por Saviani (2011) Pimenta (2005), e Ibiapina(2008).O arcabouço teórico-metodológico construído na pesquisa possibilitou-nos a construção da problemática propulsora do processo investigativo: Quais as necessidades formativas de professores da Educação Infantil? Dessa forma, nos esforçamos na tentativa de superar a aparência imediata da compreensão de necessidades para interpretar o fenômeno a partir de seus múltiplos condicionantes. Assim, o nosso objetivo geral era identificar e analisar as concretas necessidades formativas expressas pelos docentes que atuam na Educação Infantil.

Para tanto, consideramos que as necessidades formativas dos professores da educação infantil não existem como um a priori, mas são construções coletivas e individuais, dinâmicas, construídas e transformadas pela sua prática social e sua relação direta com a docência (ESTEVES e RODRIGUES, 1993). Assim, a partir da Metodologia da teoria pedagógica Histórico-Crítica, consideramos o levantamento e identificação dessas necessidades uma condição inicial para a proposição de ações formativas para os docentes, haja vista que a partir das problematizações de questões teórico-práticas próprias da prática social inicial, desvela-se a possibilidade da construção de instrumentalização dos professores, ao confrontarem o conteúdo, objeto sistematizado do conhecimento, a partir de uma relação recíproca e mediadora entre sujeito-conteúdo e sujeito-sujeito, a fim de que se apropriem e internalizem esses novos conteúdos, desencadeando um processo catártico e possibilitando formação e transformação na práxis pedagógica. (MAZZEU, 1998, SAVIANI, 2005).

É neste cômputo que situamos a presente pesquisa, que foi desenvolvida junto a professoras da Educação Infantil da Rede Pública de Ensino de Catalão (GO). Os participantes da pesquisa foram vinte professores que atuam na Educação Infantil no município de Catalão (GO), cinco discentes da graduação em Pedagogia e Psicologia, três da pós-graduação em Educação e quatro docentes dos cursos já citados, que numa perspectiva crítica e colaborativa, participaram de forma

direta e ativa no processo de desenvolvimento da pesquisa, desde a elaboração das etapas, até construção dos dados e análises.

O corpus da pesquisa foi constituído pelos documentos oficiais que evidenciavam as políticas e práticas de formação continuada de professores, das respostas dos professores aos questionários enviados através do google forms, das transcrições dos encontros dos grupos focais realizados, além dos diários de bordo dos pesquisadores com a observação das ações formativas.

Para a identificação e levantamento das necessidades formativas dos professores, realizamos grupos focais, a partir dos seguintes temas geradores: i) “formação de professores,” ii) “identidade docente”,iii) trabalho docentes; iv) “necessidades formativas’,iv) ” Ser professor de Educação Infantil.” A dinâmica desses encontros basearam-se nas orientações da metodologia de grupo focal no entorno do processo de interação e socialização, onde se incentiva a exposição dos participantes, mediados por temáticas, por um mediador e pela dialogicidade do grupo. Esses grupos apresentaram-se como importante estratégia para identificação e levantamento das necessidades formativas de professores frente às diversas demandas exigidas pela prática pedagógica e trabalho docente desenvolvido na particularidade da sociedade capitalista e dos seus modos de produção.

A partir dos pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural e Pedagogia Histórico-Crítica, organizamos e analisamos os dados em três núcleos de significação: ser professora da Educação Infantil, didática na Educação Infantil, trabalho docente. A partir da investigação realizada pela proposição de grupos focais, questionários e entrevistas, constatamos que existem demandas por uma maior valorização profissional do professor da Educação Infantil, bem como a ampliação da participação da comunidade e da família dos alunos na escola. Constatou-se, ainda, que tal falta de reconhecimento até mesmo por parte do próprio profissional repercute diretamente na qualidade do trabalho prestado, e muitas profissionais alegaram que são enxergadas e que se enxergam como cuidadoras, “mãe” “tia” e não como as profissionais que de fato são.

Nessa direção, Arce (2013) aponta que:

(...) Observa-se a resistência (ou mesmo dificuldades) em se conceber a atuação docente distinta da tradicional de base disciplinar e, por outro, a ideia vigente no senso comum de que para cuidar de crianças pequenas não é necessário ter formação específica, sendo algo natural da gênese feminina o cuidado e atenção. Não é sem razão que a feminização do magistério é muito mais presente na educação infantil e que à medida que se avança na educação básica, aumenta a presença do sexo masculino entre os profissionais (ARCE, 2013, p.63).

Ademais, concordamos com a autora no que tange ao fato de que falta de perspectiva na carreira, a carga de trabalho e problemas de infraestrutura, afetam diretamente a prática docente na Educação Infantil, haja vista que ao relegar a responsabilidade de formação unicamente ao professor, desconsiderando os condicionantes materiais e imateriais engendrados em seu trabalho docente, perpetua-se um processo de desvalorização da profissão docente na Educação Infantil já vivenciado há décadas.

Ademais, de acordo com os dados construídos a partir dos questionários alertam ainda para outras questões importantes em relação as condições de trabalho, uma vez que a falta de concursos públicos no referido município fez aumentar a demanda de professores com contratos temporários na Educação Infantil, precarizando ainda mais as condições de trabalho desses profissionais e o seu desenvolvimento profissional.

Outra demanda que apareceu como necessidade formativa é a relação entre conteúdo e forma nas práticas pedagógicas na Educação Infantil. Ao relatarmos sobre a tentativa de padronização do currículo, trabalho e formação docente em decorrência da implementação da BNCC, as professoras demonstram-se inseguras sobre “o que se ensinar?”, “como ensinar?”, “pode ensinar na educação infantil?”, ocorrendo assim uma dicotomização na tríade ensino-aprendizagem-desenvolvimento infantil e alertando-nos para o fortalecimento de uma perspectiva anti-escolar na Educação Infantil (PASQUALINI&MARTINS,2008) Conclui-se que a formação continuada de professores deve se pautar nas reais necessidades formativas visando o desenvolvimento humano e profissional desses docentes, possibilitando que esses sujeitos possam se desenvolver e potencializar seus conhecimentos a partir de uma formação continuada que identifique e analise as necessidades desses profissionais da educação e a partir de então se planejem ações que estejam de acordo com as reais preocupações e expectativas dos mesmos. A análise das necessidades oportunizadas por essa pesquisa possibilitou elencar o conteúdo da formação que está em andamento. Espera-se que, ao possibilitar o estudo e trabalho crítico e colaborativo, a experiência de pesquisa-formação possa desencadear nossas necessidades formativas e motivos para a busca da formação continuada, fomentando transformação na práxis educativa de crianças e professores



NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO: OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO CONTEXTO DAS CONTRARREFORMAS EDUCACIONAIS

Ellen Maria Santos portela¹, ANA CAROLINA SABINO DOS SANTOS¹, MARCOS ROBERTO DE FARIAS¹ e HELENA MARIA DOS SANTOS FELÍCIO¹

¹UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS, MG

O presente ensaio decorre das discussões teórico-conceituais exercidas no contexto da disciplina de "Estudos teóricos", a qual integra a proposta curricular do Programa de Pós-Graduação em Educação de uma Universidade Federal no Sul de Minas Gerais, e que também se encontra alicerçado as pesquisas desenvolvidas pelas autoras, no que se refere a formação de professores e em decorrência das inquietações referentes ao atual cenário educacional brasileiro, que vem adquirindo um viés de desmonte permeado por contrarreformas educacionais que impactam todo o setor, principalmente a formação de professores.

Assim, direcionamos o olhar para a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Resolução CNE/CP nº 2, de dezembro de 2019 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (BNC-Formação). Para realizar a discussão de um ponto de vista crítico, e problematizar essas contrarreformas que permeiam o atual cenário educacional brasileiro, o presente ensaio se encontra ancorado em referenciais bibliográficos que discutem a educação, a formação docente e o currículo em uma perspectiva crítica.

Posto isso, as ponderações que se seguem objetivam contribuir com o debate sobre as tentativas de mudanças que vêm ocorrendo na formação docente, se caracterizando como contrarreformas que atacam a autonomia das universidades e consequentemente alteram a forma como é construído o projeto curricular dos cursos de licenciatura, visto que, as universidades terão que atender o que é posto na BNCC-Formação ao construir o projeto curricular dos cursos.

Partindo deste ponto, observamos que a BNCC tem como intuito reformular os currículos das redes de ensino, com uma estrutura pautada no conjunto de competências e habilidades, já a resolução 02/19 está alicerçada no plano de fundo neoliberal, no qual a mercantilização do ensino é colocada de forma implícita no contexto educacional, com destaque para uma pedagogia por competências "os professores devem desenvolver um conjunto de competências profissionais que os qualifiquem para colocar em prática as dez competências gerais, bem como as aprendizagens essenciais previstas na BNCC" (CNE/CP nº 02/2019).

Como consequência dessas contrarreformas, temos uma formação docente que vem sendo esvaziada por discursos neoliberais, que reduzem a profissão do professor em uma dimensão unilateral e acrítica, a proposta educativa e congruente da BNCC, pressupõe uma perspectiva neoliberal de educação que busca estabelecer uma estrutura de competências para abertura de nichos de mercado para o ramo de negócios da educação privada (FELIPE; COSTA; SILVA, 2021).

Para Farias (2018) essa tentativa de alinhar a formação de professores a competência profissional, parte de um viés neoliberal, havendo uma (má) intenção de atribuir às instituições formadoras o papel meramente operacional.

Há neste sentido a intenção de uma padronização curricular que reduz os conhecimentos profissionais que são inerentes à docência e promove um afastamento "dos professores com a

compreensão da educação como prática social e os transforma em meros técnicos do ensino” (BOGATSCHOV; et al., 2022, p.1349).

Deste modo, percebe-se que as reformulações supracitadas abrem brechas para as consultorias das empresas privadas agirem com os seus arcabouços de materiais que reforçam a supervalorização do tecnicismo e minam o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas. Portanto, reforçando o ideal neoliberal que os empresários deslumbram em transformar a educação brasileira, caminhando rumo à “mercantilização da educação”. Para Neves (2014), a burguesia vê a educação escolar pública como força de trabalho, a conversão da massa humana em trabalhadores disciplinados, já a classe trabalhadora vê essa oportunidade como uma luta contra a exploração. Há de se pontuar que a educação escolar está pautada para a cidadania e mundo do trabalho, mas não é essa a sua finalidade.

Assim, constata-se que há um movimento intenso para a mudança de eixo do papel da escola, em especial a autonomia do professor. Fato concretizado nos últimos governos do Brasil, com a aprovação da Emenda Constitucional em 2016 no governo Michel Temer e iniciativas do governo Jair Bolsonaro.

Para analisar os impactos dessas reformulações na formação docente, propomos o conceito de Semiformação de Adorno (1996), para qual as informações que são dispostas pela cultura de massa reforçam a alienação. Assim, fazendo um paralelo com a formação de professores, sobretudo com as atuais contrarreformas, nos deparamos com a tentativa de promover a semiformação na docência, ou seja, a função social do professor passa a ser vista como a de operários que instrumentalizam o ensino e formam produtos.

De modo o que se percebe com esses ataques a formação docente e consequentemente, o ataque ao pensamento crítico, é uma perda do “elemento da reflexão sobre si mesmo, e hoje a maquinaria mutila os homens mesmo quando os alimenta” (ADORNO, 1985, p. 48). Ao nosso ver, as contrarreformas que atacam a educação eliminam o pensamento crítico e dialético, resultando assim, na semiformação de professores.

Corroborando com este pensamento, Saviani (2012) cita que o paradoxo que estamos vivendo é mais profundo quando as manobras empresariais vêm disfarçadas de promoções de atividades para a melhoria da qualidade da educação, o autor trata essa vertente como o neotecnismo, o qual tem como o objetivo controlar as práticas dos professores e da gestão escolar, transformando o trabalho educativo em técnico.

Olhando para a formação de professores na perspectiva da pedagogia histórico-crítica, Saviani (1995) nos chama atenção para a construção de uma formação docente que seja fundamentada em um arcabouço teórico que proporcione a reflexão crítica. Assim sendo, o fazer docente deve ser um “ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 2003, p. 13).

Severino (2006) destaca o papel da filosofia para essa formação humana. Para o autor, formar é diferente de informar, de formar e de conformar. Ele propõe, baseado em Adorno, uma educação para a emancipação. Baseado nesse princípio, Imbernón (2011) defende uma formação docente que seja baseada em um processo que objetiva o desenvolvimento da capacidade de reflexão em grupo, não somente como um treinamento para atuação técnica, a visar a formação para se aprender a conviver com mudanças e incertezas da sociedade contemporânea.

Mediante as discussões aqui apresentadas, compreendemos que a BNCC e Resolução 02/2019 é um retrocesso na formação docente, bem como uma contrarreforma na educação brasileira, sobretudo no ensino superior, a Associação Nacional para Formação dos Profissionais de Educação (ANFOPE) afirma que essas novas resoluções descaracterizam a “formação docente afrontando a concepção da Base Comum Nacional dos cursos de formação de professores, que articula indissociavelmente a formação e a valorização dos profissionais da educação” (ANFOPE, 2019).

Assim sendo, é primordial repensarmos essas influências neoliberais que caem sobre o currículo de formação de professores, que vem descaracterizando a formação docente e consequentemente tentam propagar ações reacionárias sobre a educação, visto que a educação é um território de disputas de poder (ARROYO, 2011) e nessa dimensão que a disputa se volta para a formação de professores, pois é nesse campo que se formam profissionais para atuar com o intelecto transformador.

Por fim, ressaltamos a importância de estabelecer uma discussão densa sobre as influências neoliberais na formação de professores, bem como nos currículos, sobretudo nesse contexto de contrarreformas educacionais, para que assim, possamos compreender “a que passo a formação

de professores está caminhando, ou melhor, sendo levada” (SOUZA, 2020, p. 74), e esvaziada por discursos neoliberais, que reduzem a profissão do professor em uma dimensão unilateral e acrítica.

REFERÊNCIAS ANFOPE. Anfope repudia a aprovação pelo CNE da Resolução que define as novas Diretrizes Curriculares para Formação Inicial de Professores da Educação Básica, em sessão realizada no dia 07 de novembro, sem divulgação. Em um plenário esvaziado, 2019 ADORNO, T. W. Educação e Emancipação. In: ____ Educação e Emancipação. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARROYO, M. G. Currículo, território em disputa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BOGATSCHOV, D. N. Et al. BNC-Formação: políticas para formação de professores no Brasil e a interlocução com as diretrizes da OCDE. Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 1335-1359, jul./set. 2022 BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular: educação é a base. Brasília, 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

FARIAS, I. M. S. O discurso curricular da proposta para BNC da formação de professores da educação básica. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 13, n. 25, p. 155-168, jan./mai. 2019.

FELIPE, F. A; SILVA, D. S; COSTA, A. C. Uma base comum na escola: análise do projeto educativo da BNCC. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.29, n.112, p. 783-803, jul./set. 2021 IMBERNÓN, F. Formação docente e Profissional: formar-se para a mudança e para a incerteza. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NEVES, L, M. W. As reformas da educação escolar brasileira e a formação de um intelectual urbano de novo tipo. 27a Reunião Anual da ANPED, p. 01-14, 2004.

SAVIANI, D. Origem e desenvolvimento da pedagogia Histórico-Crítica. Exposição na mesa redonda"Marxismo e Educação: Fundamentos marxistas da pedagogia histórico-crítica" realizada no VII Colóquio Internacional Marx e Engels, no IFCH-UNICAMP em julho de 2012.

SAVIANI, D. Escola e Democracia. 30ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

SEVERINO, A. J. A busca do sentido da formação humana: tarefa da filosofia da Educação. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.32, n.3, p.619-634, set/dez, 2006.

SOUZA, M. P. Formação docente em contexto neoliberal: projetos e disputas nas políticas educacionais. 220. 75 f. Dissertação (Mestrado em Educação).Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2020.



Normativas da Universidade Federal do Espírito Santo sobre o “ensino” remoto

Esther de Moura Dias¹ e Ana Carolina Galvão Marsiglia¹

¹Universidade Federal do Espírito Santo

O trabalho presente tem com objetivo fazer levantamentos das normativas da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) sobre o “ensino” remoto, coletando, organizando e analisando um conjunto de dados que auxiliem na compreensão das condições de trabalho e estudo vivenciadas na Ufes, tendo como recorte temporal do levantamento o período de 2020 a 2022.



Obras literárias como instrumento mediador do ensino e seus impactos na formação da concepção de mundo dos estudantes: um olhar não cotidiano para uma prática cotidiana.

Maeve Pereira Rêgo¹ e Angelina Pandita Pereira¹

¹UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Esse resumo expandido versa sobre relações entre o ensino mediado por obras literárias e seus impactos na formação da concepção de mundo dos estudantes da educação infantil por meio de reflexões com foco na forma. O ensino mediado pelo texto literário pode auxiliar as professoras durante a seleção dos textos, planejamento e execução das aulas para ampliar a compreensão da criança da realidade em que vive. Para apresentar o resultado final dessas reflexões dividimos a parte final do texto em três momentos: pré-leitura, a leitura em si e o pós-leitura com o objetivo de ajudar na construção de uma consciência do ato pedagógico, para assim, dar o suporte na formação e elaboração de uma concepção de mundo nas crianças cada vez mais, histórica, dialética e materialista.



O CONTEXTO DO PROGRAMA DE ENSINO INTEGRAL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO

Matheus Stangherlin¹

¹*Faculdade de Ciência e Letras, da Unesp de Araraquara (FCLAr)*

Este trabalho é parte de uma pesquisa de doutorado, ainda em andamento, no Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, da Faculdade de Ciência e Letras, da Unesp de Araraquara (FCLAr), intitulado: “O contexto do Programa de Ensino Integral da Secretaria de Educação de São Paulo: as práticas pedagógicas e suas contradições”. Aqui vamos refletir como o avanço das políticas neoliberais das últimas décadas, afetou a educação como projeto de manutenção do status quo. Funcionando assim como instrumento de perpetuação da desigualdade social, tanto no acesso aos bens materiais quanto aos imateriais.



O currículo de ciências de Minas Gerais e a Base Nacional Comum Curricular: uma análise a partir da pedagogia histórico-crítica

Sofia Domingues Carvalhaes¹ e Luciana Maria Lunardi Campos¹

¹Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

O presente trabalho apresenta parte da pesquisa de mestrado que tem como tema as relações entre a Base Nacional Comum Curricular – BNCC e a produção do currículo de ciências dos anos finais do ensino fundamental de Minas Gerais, em face dessa política educacional. A partir de análise documental, amparada na pedagogia histórico-crítica como referencial teórico, almejamos revelar quais são as concepções de educação e sociedade subjacentes ao texto do Currículo Referência de Minas Gerais.



O DESENHO COMO PRECURSOR DA ESCRITA PRÉ-ESCOLAR: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

Simone Cristiane Bocchi¹

¹Fclar - Unesp

O presente trabalho resulta de nossa pesquisa de mestrado, que teve como objeto de estudo o desenho na pré-escola, compreendendo-o como atividade acessória da idade pré-escolar e precursor da escrita cuja apropriação pelas crianças está condicionada sobremaneira à criação de elementos de diferenciação pelo desenho. Entretanto, o que se constata observando as práticas pedagógicas em turmas pré-escolares é a materialização de desenhos infantis estereotipados com pouca ou nenhuma inserção no desenvolvimento da atividade criativa da criança e no processo de apropriação da escrita. Neste estudo apresentamos diretrizes e proposições teórico-práticas extraídas dos pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural válidas para o desenvolvimento do desenho como atividade de produção na idade pré-escolar, favorecendo o aperfeiçoamento da capacidade de representação simbólica.



O desenvolvimento do jovem da classe trabalhadora: reflexões autobiográficas mediadas pela Psicologia Histórico-Cultural

Angelina Pandita Pereira¹

¹PPGE/UFBA

O objetivo desse trabalho é falar da complementariedade entre vivências intra e extraescolares para o desenvolvimento da personalidade do jovem da classe trabalhadora, com enfoque na formação de sua concepção de mundo. Isso será realizado relacionando-se escritos clássicos sobre periodização do desenvolvimento a partir da Psicologia Histórico-Cultural com minha experiência pessoal. Conclui que é preciso olhar para o desenvolvimento da classe trabalhadora não exclusivamente com aquilo que lhe falta, mas com o que traz de potência e destaca a necessidade de estudos empíricos que olhem para nossa condição de país de capitalismo dependente, com marcas profundas do colonialismo que, a despeito, ou justamente por isso, segue promovendo a formação de intelectuais da classe trabalhadora.



O DESENVOLVIMENTO DOS CONCEITOS CIENTÍFICOS NO CONTEXTO ESCOLAR

JOÃO JUNIOR BONFIM JOIA PEREIRA¹ e Fátima Aparecida de Souza Francioli¹

¹UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ

Este trabalho tem como objetivo discorrer sobre o processo de formação dos conceitos científicos e o seu desenvolvimento no contexto escolar, tomando como referência os estudos bibliográficos de autores da Psicologia Histórico-Cultural, que se propuseram a analisar o desenvolvimento intelectual. Assim, abordamos os estudos de Vigotski sobre a questão do desenvolvimento dos conceitos científicos, acreditando que o desenvolvimento intelectual é um processo complexo e determinado por diversos fatores. Dentre eles destacamos a educação escolar enquanto aspecto fundamental para a formação dos conceitos científicos, ao observarmos que os conceitos começam a se desenvolver na criança desde a mais tenra idade e somente na adolescência se alcança o pensamento por conceitos.



O ensino da história da ginástica sob a ótica da abordagem Crítico-superadora, Teoria Histórico-cultural e Pedagogia Histórico-crítica

RODRIGO LIMA NUNES¹, Cíntia Regina de Fátima², Irineu Aliprando Tuim Viotto Filho³, Lucas Rinaldini³ e Fabiane Rizo Salomão³

¹Universidade Estadual de Maringá

²IFSP - Campus Votuporanga

³UNESP - Presidente Prudente

O presente ensaio tem como objetivo tecer considerações pedagógicas acerca da história da Ginástica, com base nos pressupostos teóricos-metodológicos e epistemológicos da abordagem Crítico-superadora da Educação Física, Teoria Histórico-cultural e Pedagogia Histórico-crítica, que seja capaz de contribuir na formação dos alunos. Sinalizamos que um trabalho educativo crítico a partir da historicidade de um saber, permite-nos compreendê-lo com maior fidedignidade, apreendendo-o no processo de sua produção, bem como desvelando as suas tendências de transformação. Nesse caso, em particular, uma leitura crítica da história da ginástica - empreendida com base em concepções críticas - pode ser uma das possibilidades para construir a Educação Física que almejamos: aquela que contribua para o processo de humanização dos indivíduos em suas máximas possibilidades.



O Ensino de Artes no IFSC: histórico, realidades e perspectivas

Micheline Raquel de Barros¹

¹UDESC - FAED

Este estudo tem o objetivo de mostrar um histórico do ensino das artes, as configurações atuais das condições do trabalho e o perfil dos(as) arte-educadores(as) nos campus do Instituto Federal de Santa Catarina. A partir de uma pesquisa qualitativa com cunho exploratório, que se baseou em uso de questionário para coleta de dados. As questões foram aplicadas aos 33 professores que estão atuando no Estado. Os resultados foram interpretados e trazem reflexões, caminhos, soluções e propostas para um projeto político de cultura na instituição por meio dos indicadores que poderão ser utilizados nas reuniões de articulação do grupo de arte-educadores do IFSC. O texto está fundamentado a luz da Pedagogia Histórico Crítica de Dermeval Saviani nas obras de 1995 e 2018. A construção do formulário Google com 25 questões, e a ajuda de colegas para trazer sentidos aos resultados, trouxeram as respostas aos poucos e foram motivando minha escrita e finalmente os números que mostram o que cada um de nós, 14 docentes das artes temos realizado. Vejo que este artigo olha o passado, vê o presente e aponta os pontos a serem trabalhados no futuro da coordenação da articulação das artes pela reitoria do IFSC. Essa escrita significativa, nos possibilita analisar a práxis docente e o papel da arte, em escolas de formação técnica em que a arte muitas vezes é colocada nas margens.



O ensino de conceitos nas aulas de educação física escolar à luz da pedagogia histórico-crítica

Caio Henrique Caldato Ferreira¹ e Lucas André Teixeira¹

¹Unesp/Araraquara

O presente trabalho se refere ao desenvolvimento de uma investigação de mestrado que se propõe investigar o ensino de conceitos nas aulas de educação física escolar, estabelecendo como objetivo identificar e compreender sua possível relação com a seleção de conteúdos da cultura corporal, a partir de uma perspectiva histórico-crítica. A principal problemática desta investigação diz respeito ao seu objeto de pesquisa no campo da educação física escolar: a cultura corporal. Entretanto, quando concebemos a cultura corporal enquanto objeto de ensino nos currículos escolares, temos que nos debruçar sobre a conversão do referido objeto de pesquisa em conteúdos e conceitos no processo de ensino e aprendizagem da educação física. Uma educação física fundamentada pelo materialismo histórico-dialético, ao dar ênfase à seleção de conteúdos, pode promover um processo de conceituação dos conteúdos da cultura corporal, possibilitando a organização de um trabalho pedagógico que interpõe o ensino conceitual como referência para o processo de apropriação da ação histórica no processo de ensino e aprendizagem.



O ENSINO DE GEOGRAFIA A PARTIR DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA

Pauliane Pimentel Rhodes Gonçalves¹ e Ana Carolina Galvão Marsiglia¹

¹Universidade Federal do Espírito Santo

Ao abordar “ensino” referimo-nos à teoria e prática inter-relacionadas que permitem ao professor humanizar os indivíduos (SAVIANI, 2013). Trata-se da transmissão e apropriação do conhecimento de modo organizado de uma ciência, neste caso a geografia, processo conduzido pela atividade educativa visando um objetivo específico que se expressa no metabolismo indivíduo-sociedade. Ensino pressupõe condições de planejamento intencional tanto da forma, quanto do conteúdo - ações didáticas e saberes historicamente sistematizados (SAVIANI 2009; 2013). É isso que torna a educação escolar diferente, qualitativamente, das demais formas de educação. É no intento de compreender o ensino de geografia que uma pesquisa mais aprofundada está em andamento e que, a partir dela, este trabalho busca se aproximar da temática por meio do levantamento de produções a respeito do ensino de geografia na perspectiva da pedagogia histórico crítica.

Destarte, define-se seu objeto, qual seja: o ensino de geografia, não sendo possível descolá-lo do movimento científico e das transformações ocorridas ao longo do tempo, as formas ideológicas e políticas, tal como a maneira pela qual se quer construí-lo. Esta concepção está baseada no materialismo histórico-dialético (MARX, 1982). Definir um objeto de pesquisa tem a finalidade de promover a possibilidade de realização de um conhecimento objetivo da vida material, como possibilidade de compreensão fidedigna da realidade histórica, econômica e social por uma determinada área de conhecimento (TEIXEIRA, 2021). Assim, o objetivo geral da pesquisa, portanto, é aproximar da temática “ensino de geografia”, a partir da pedagogia histórico-crítica, por meio de levantamento bibliográfico que contribuirá com uma pesquisa já em andamento.



O Ensino de Sociologia e o início da docência: caracterização e análise das condições de trabalho no estado de São Paulo.

Fernanda Milan de Carvalho¹ e Lucas André Teixeira²

¹UNESP - FCLAr / UNIFAL-MG

²UNESP - FCLAr

Este estudo tem como objetivo central pesquisar o contexto em que se encontra o professor de Sociologia no início da docência, tendo como base as condições de trabalho que lhe são oferecidas. A fundamentação teórica que embasa a discussão da precarização do trabalhador da educação está pautada na análise do contexto estrutural capitalista e a conjuntura nacional como fatores determinantes dessa precarização. A hipótese principal é que as condições precárias do professor estão intensificadas quando se trata do professor no início da docência e é agravada quando este é da área das Ciências Sociais. A metodologia escolhida para nortear essa investigação é a Pesquisa Qualitativa em Educação, com a modalidade da pesquisa de campo, utilizando-se da técnica da entrevista indireta com o instrumento do questionário aplicado para a obtenção de dados e relatos. Os principais resultados que este estudo obteve foi que as condições de trabalho do professor indicam a precarização dos direitos trabalhistas e a alienação da profissão. O professor perdeu o controle sobre seu processo de trabalho e esta alienação resulta na proletarianização, bem como na intensificação da exploração do trabalho docente. Ocorre, portanto uma flexibilização e desregulamentação das relações de emprego e legislação trabalhista, já que existe um número muito grande de contratos temporários. Além disso, com o arrocho salarial, no pagamento inferior ao piso salarial nacional, a perda de garantias trabalhistas/previdenciárias e a instabilidade do magistério público conclui-se que estas condições são agravadas quando se trata do docente da área das Ciências Sociais e estão no início da profissão, pois, a falta de orientação em relação a seus direitos trabalhistas facilita a implementação, pelo Estado, de uma política de precarização do trabalho docente na escola pública adicionado ao fato de que o menor índice de professores que, de fato, são habilitados em Sociologia, estar lecionando esta disciplina, em comparação às outras disciplinas do currículo básico, reflete que há uma desvalorização da disciplina em questão, inclusive no que se refere a parte didática e pedagógica.



O ensino inicial da escrita pensado pela Pedagogia Histórico-Crítica

FRANCIELE MEDEIROS GONÇALVES¹ e Fabíola Mônica da Silva Gonçalves¹

¹Universidade Estadual da Paraíba-UEPB

Este trabalho é um recorte da dissertação, em desenvolvimento, do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores, da Universidade Estadual da Paraíba, intitulado Práticas pedagógicas na alfabetização: o processo de ensino-aprendizagem das diversas grafias do alfabeto como objeto de conhecimento. Seu objetivo é analisar trabalhos científicos aportados na Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) e relacionados à alfabetização. Diante de práticas pedagógicas fundadas na concepção mecanicista de ensino do alfabeto e suas variações de escrita, problematizamos: a PHC poderia aprimorar o processo inicial de ensino da escrita? Metodologicamente baseadas na pesquisa bibliográfica, as reflexões partiram de autores como Saviani (2000), Cagliari (2009), Smolka (2012), Vasconcelos (2011), Freire (2020), Martins (2013) e Vygotsky (2007). A partir disso, entendemos que a socialização do saber historicamente produzido é efetivada pela escolarização do sujeito, em que o acesso ao conhecimento histórico é um instrumento reflexivo e possibilitador de transformações, opondo-se ao modelo conteudista de ensino.



O estudo na idade escolar: contribuições da psicologia histórico-cultural à prática pedagógica histórico-crítica

Raquel Elisabete de Oliveira¹

¹FCLAR UNESP - Araraquara

Sintetizamos a pesquisa teórico-conceitual, em andamento, que tem como objeto a Atividade de Estudo como atividade principal das crianças no período da idade escolar e como objetivo a elaboração de análises e proposições que visam a contribuir para a prática pedagógica histórico-crítica nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Para tanto, buscamos a formulação de proposições teóricas que contemplem os contributos das teorizações histórico-culturais sobre a Atividade de Estudo e que possam embasar o planejamento pedagógico histórico-crítico, contribuindo, assim, para a questão central da pedagogia escolar, que como nos indica Saviani (2013b, p. 66), deve contribuir para que a escola cumpra o seu “papel de possibilitar às novas gerações o acesso ao mundo do saber sistematizado, do saber metódico, científico”, organizando processos e descobrindo formas adequadas a essa finalidade.



O MOVIMENTO DE TRANSIÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: A LINGUAGEM ESCRITA NA VISÃO DAS PROFESSORAS ALFABETIZADORAS

Keila Cristina Armando de Moraes¹ e Cleonice Maria Tomazzetti¹

¹Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

A criança estabelece relações com outros seres humanos e com o meio desde o nascimento e amplia sua comunicação por meio dos diversos tipos de linguagens. Por meio da Teoria Histórico-Cultural, este estudo investigou como se dá o olhar das professoras na condução do processo de transição das etapas da educação Básica tendo como base o desenvolvimento infantil, o processo de formação das funções psíquicas superiores no desenvolvimento infantil e a aquisição da linguagem escrita, considerando a função simbólica que é tão importante no processo complexo do desenvolvimento histórico e cultural da aquisição da linguagem escrita na criança pré-escolar.



O PIBID À LUZ DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA: A MATERIALIDADE EDUCATIVA NO TRABALHO DOCENTE

ANDRE HENRIQUE BOAZEJEWSKI PEREIRA¹ e Desiré Luciane Dominschek²

¹*Centro Universitário Internacional UNINTER*

²*Centro Universitário Internacional UNINTER/UNICAMP*

O presente trabalho versa sobre a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) enquanto subsídio didático-metodológico para o PIBID, tendo como ponto basilar os impactos qualitativos na formação de futuros professores, bem como evidenciar as implicações da relação entre educação, trabalho docente, política e sistema educacional nesse contexto. Assim, ao considerar os diversos mecanismos de precarização que, historicamente, assola a qualificação inicial docente, criando um cenário de práxis educativa fragmentada e descontextualizada, nasce, em 2007, o PIBID, cujo objetivo central reside na valorização da formação inicial de professores. Destarte, a PHC caminha também na mesma direção do referido Programa, oportunizando o esclarecimento acerca da especificidade e natureza da educação, bem como sua relação política e contradições, agregando novas perspectivas na dinâmica de estudos através de seu método pedagógico. Portanto, tanto os docentes quanto os discentes, ao perpassar pela concepção proposta pela PHC, envolvendo os três núcleos basilares do PIBID, constituem uma visão rica e crítica acerca de seu processo formativo, das implicações didático-metodológicas na própria escola, assim como a materialidade dos recursos disponíveis e uma reflexão mais significativa e consciente sobre a própria realidade. Em suma, este trabalho corrobora com a perspectiva defendida pelo professor Saviani na medida em que incorpora ao PIBID a luta por uma educação contra hegemônica, crítica, metodologicamente coerente, significativa e revolucionária. Como metodologia, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa, tendo como principal base teórica Dominschek e Alves (2017), Gatti (2010), Saviani (2013, 2018) e Severino (2016).



O produtivismo como mediação fundamental da análise da Base Nacional Comum Curricular

Michelle Pinto Paranhos¹

¹Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Este trabalho integra a pesquisa de doutorado em andamento, intitulada “O dilema da educação da classe trabalhadora no Brasil de hoje: uma análise das disputas político-ideológicas no processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e discute a concepção produtivista de educação, assumida como mediação fundamental da análise da BNCC. Através do recorte aqui apresentado, pretende-se abordar a emergência e a predominância do produtivismo na política educacional brasileira, a fim de compreender a forma histórica que essa concepção assume na atualidade. Com base nas contribuições de Dermeval Saviani (2019) e Gaudêncio Frigotto (2006), retoma-se os pressupostos da teoria do capital humano e da pedagogia tecnicista em seu contexto de origem e seus desdobramentos nas políticas educacionais estabelecidas durante a ditadura empresarial-militar. Por fim, aponta-se os elementos de renovação ideológica do produtivismo, frente ao aprofundamento do neoliberalismo e ao desmonte dos direitos sociais e trabalhistas após o golpe de 2016 no contexto de elaboração da base.



O Projeto de Estudo Temático na Licenciatura em Educação do Campo - Ciências da Natureza da UFV e os cinco passos da PHC: aproximações possíveis

Daiane Cenachi Barcelos¹ e Sara Ferreira de Almeida²

¹*Universidade Federal de Viçosa*

²*Universidade Federal de Viçosa*

O presente trabalho apresenta dados do trabalho de conclusão de curso defendido na UFV em 2021 no curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências da Natureza, em que, as pesquisadoras se debruçaram sobre o Projeto de Estudo Temático (PET), em coletivo com educandos(as) e educadores(as) do referido curso, no intuito de sistematizar tal experiência. Para tanto, foram realizados encontros, onde cada colaborador(a) expôs suas experiências pessoais com o PET, sobretudo, voltado para a formação de educadores(as) do campo. Os dados da pesquisa evidenciaram importantes contribuições no processo formativo, assim como, possibilitou traçar aproximações teóricas entre o PET e os cinco passos da PHC propostos por Saviani. Pois, ambos utilizam de aportes didáticos metodológicos para se alcançar a criticidade dos(as) educandos(as) frente a suas realidades, na busca por transformação social.



O proletariado nos escritos da juventude de Marx e Engels: uma revisão teórico-categorial para a análise das condições do trabalho docente

Arthur Guilherme Monzelli¹ e Lucas André Teixeira¹

¹Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Campus de Araraquara

Este trabalho é parte dos estudos que integram o desenvolvimento de uma tese intitulada O proletariado da educação: análise histórico crítica das condições do trabalho docente nas escolas públicas estaduais na cidade de São Carlos (SP). Como se trata do desenvolvimento inicial da referida investigação, o presente texto se concentrará em um momento específico de sua elaboração, a saber: o desenvolvimento da revisão bibliográfica da categoria proletariado em Karl Marx e Friedrich Engels, mais especificamente nas obras de juventude desses autores, visto que as fases posteriores ainda serão contempladas de acordo com o cronograma de desenvolvimento da investigação.



O salto ontológico do ser humano como elemento central da concepção de mundo materialista histórico-dialética no ensino evolutivo

Guilherme Augusto Fernandes¹

¹UNESP

Considerando a evolução como eixo estruturante do ensino de biologia, é essencial sua compreensão para uma sistematização de todo o conteúdo disciplinar. No entanto, há diversos problemas enfrentados em seu ensino (como dificuldade de articulação, confronto com concepções de mundo criacionistas), sobretudo quando inserimos a humanidade como emergente a este processo. Isso contribui para uma visão fixista de ser humano que pode levar ao obscurantismo religioso ou, ainda, a uma concepção antropocêntrica que não valorize a natureza. Portanto, o presente trabalho, caracterizado como ensaio teórico, tem como objetivo fundamentar uma concepção dialética da evolução humana, elencando conteúdos essenciais para a contribuição da edificação de uma concepção de mundo materialista histórica. São elencados elementos centrais e indicações de referências para a compreensão do desenvolvimento evolutivo humano em alinhamento com a relevância destes conteúdos para uma educação emancipatória.



OS BEBÊS E OS LIVROS: REFLEXÕES TEÓRICO-PRÁTICAS SOBRE A LITERATURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Eleni Ferreira Cruz¹ e Lucinéia Maria Lazaretti¹

¹Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) - Campus PARANAVÁ

Na organização do ensino da educação infantil, a literatura ocupa um lugar privilegiado nas práticas pedagógicas com a intenção de produzir nas crianças, desde a primeira infância, o gosto pela leitura, pela arte literária, como produto da cultura humana. Neste sentido, o objetivo desta pesquisa foi analisar o ensino de literatura para bebês com apontamentos didáticos para a prática pedagógica. Com isso, foi ancorada em uma pesquisa teórico-bibliográfica de natureza qualitativa, realizada por meio de estratégias metodológicas como leitura e fichamento de livros e artigos selecionados para estudo, de acordo com a temática. Os resultados evidenciaram que a literatura infantil é considerada parte mediadora das relações que se estabelecem no espaço escolar, necessitando de um preparo pedagógico adequado no que diz respeito aos profissionais e também uma ampla organização nos espaços escolares de maneira que a atividade possa ser abordada de modo didático de acordo com o período de desenvolvimento do bebê. Concluímos que esse universo estético-literário pode ser apresentado para os bebês e para isso, apontaremos possibilidades pedagógicas para que seja possível formar o gosto e a fruição pela literatura, principiado por meio das percepções e das sensações que o livro e as práticas orais provocam nos bebês possibilidades de interação e de manipulação, como ações específicas desse modo de agir e estar no mundo.



O SIMBOLISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: POSSIBILIDADES DIDÁTICAS A PARTIR DA BNCC

Roberta da Costa Cardoso¹

¹Unisagrado

Lemle (2007) afirma que existem cinco capacidades necessárias à alfabetização. Já Luria (2014) destaca a importância das habilidades adquiridas culturalmente que contribuem ao processo de aprendizagem da leitura e da escrita. Diante disso, acreditamos que a educação infantil tem função primordial no desenvolvimento das crianças, especialmente, na formação de tais capacidades e/ou habilidades no psiquismo infantil. Portanto, partimos da hipótese que a capacidade de simbolização, se desenvolvida de maneira efetiva a partir das experiências e/ou atividades na educação infantil, tem o potencial de criar bases sólidas para o processo de alfabetização. A presente pesquisa de iniciação científica tem como principal objetivo apresentar possibilidades didáticas para o desenvolvimento da capacidade de simbolização na criança de educação infantil, a partir dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento propostos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Para tanto: a partir dos fundamentos teóricos da pedagogia histórico-crítica, da psicologia histórico-cultural, defendemos a função social da escola e do professor de educação infantil; apresentamos o conceito de símbolo, sua importância para a alfabetização, bem como pesquisas com proposições didáticas para desenvolver o simbolismo na criança; apresentamos e analisamos a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a educação infantil à luz do enfoque histórico-crítico; por fim, apresentamos as aprendizagens esperadas para os alunos de educação infantil, além dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para as crianças pequenas, em seguida, selecionamos os objetivos de desenvolvimento e aprendizagem relacionados à ideia de símbolo e pesquisamos jogos e brincadeiras como recursos didáticos para o desenvolvimento da capacidade de simbolismo na educação infantil. Por fim, à luz dos dados levantados concluímos a pesquisa expondo a importância da ideia de símbolo para a alfabetização e como ela pode ser desenvolvida por meio de jogos e brincadeiras na infância.



Os impactos da mercantilização na educação pública: análise das formações continuadas ofertadas ao colegiado da Rede Municipal de Educação de Guapirama (2012-2020)

Marcela Cristina Gonçalves de Oliveira¹ e Vanessa Campos Mariano Ruckstadter¹

¹*Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP)*

Este trabalho é resultado de uma pesquisa de mestrado, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPed) – Mestrado Profissional em Educação, da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Campus Jacarezinho. O texto, tem como objeto de estudo um grupo de professores da Rede Municipal de Educação de Guapirama - PR e suas práticas docentes. As reflexões apresentadas emergem da vivência enquanto parte do colegiado da Rede Municipal de Educação de Guapirama e do processo de implantação e institucionalização da Pedagogia Histórico-Crítica na referida rede de educação. A problemática que norteou esta investigação foi: As formações ofertadas por essas empresas possuem relação com a ausência de conhecimento dos professores sobre a PHC e outras teorias pedagógicas? Para responder essa questão nos propomos a analisar, por meio de uma pesquisa documental, no livro de registros de certificados do DMEC, como eram as formações continuadas realizadas entre os anos de 2012 e 2020, período de vigência das parcerias entre a rede e as empresas especializadas na produção de materiais didáticos. Assim como, na pesquisa bibliográfica pautada em estudiosos da PHC.



109

O uso de técnicas e tecnologias no trabalho educativo à luz da Pedagogia Histórico-Crítica

Jeferson Anibal Gonzalez¹

¹IFSP/Campus Hortolândia

O presente trabalho discute o uso de técnicas e tecnologias no trabalho educação à luz da pedagogia histórico-crítica como forma de superação do tecnicismo e do neotecnicismo hegemônicas propostas atuais.



Pedagogia histórico-crítica: o fracasso escolar e a importância da formação continuada de professores

Maria da Apresentação Barreto¹, Adriane Cenci¹, Juliana Carlos Guimarães de Araújo² e Valéria Carla Vieira Gomes²

¹Universidade Federal do Rio Grande do Norte

²Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Norte

Pedagogia histórico-crítica: o fracasso escolar e a importância da formação continuada de professores.

A articulação de alguns fundamentos da teoria histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica apontam que a aprendizagem e o desenvolvimento são resultantes da historicidade, interação dos sujeitos entre si, numa dada cultura e dependente das condições materiais para que a educação aconteça. Enfatiza a importância da mediação pedagógica, ampliando a discussão sobre os processos de ensinar e aprender como ações históricas e intencionais. O ensaio teórico trará a formação continuada como ferramenta contra as recorrentes tentativas de “depositar” nos alunos a culpabilização pelo o fracasso escolar.

Embora no meio acadêmico já tenhamos mais de quatro décadas da denúncia contra as teorias que explicavam o fracasso escolar numa perspectiva unidirecional e culpabilizantes, como bem assinalou Patto (1993), no cotidiano escolar esse tema permanece envolto em contradições. Se, por um lado, os docentes vão sendo formados para considerar as multideterminações relacionadas à aprendizagem, por outro, convivem com explicações que transformam questões sociais complexas e multifatoriais, marcadas pela cultura e pelo contexto histórico, em questões individuais, por vezes biológicas e orgânicas; promovendo, assim, a exclusão dos sujeitos. (PINHEIRO; COUTO; CARVALHO, 2020). Neste cenário, evidencia-se a importância de ampliarmos os espaços de formação continuada, bem como de apoiarmos as iniciativas que se fundamentam em princípios teóricos que defendem a apropriação dos conhecimentos como fundantes na construção de uma educação acessível a todos e que provoque rupturas nas explicações superficiais para as questões que envolvem o fracasso escolar.

A pedagogia histórico-crítica sobressai como uma teoria que oferece fundamentos que podem alavancar a formação continuada dos professores, numa perspectiva crítica, posto questionar o papel que a educação exerce numa sociedade capitalista. O modo de produção determina o desenvolvimento de todas as atividades, inclusive a de educar. Educar, criticamente, transforma-se num movimento de resistência, pois embora inserida numa sociedade dividida em classes, na qual a desigualdade é condição, aposta, defende e luta por desenvolver um processo de apropriação de conhecimentos que permita a compreensão desses antagonismos e construa possibilidades para sua superação. Somente com acesso aos conhecimentos produzidos historicamente será possível olhar para os fenômenos além da sua aparência. E, nessa linha de compreensão, o ensino permitirá a construção de explicações a partir dos aspectos essenciais que aparecem encobertos no cotidiano da escola e das relações estabelecidas (SAVIANI, 2011).

A pedagogia histórico-crítica, assim como a teoria histórico-cultural, se fundamenta em princípios filosóficos do materialismo histórico-dialético (VYGOTSKY, 1995). Tratando sobre a educação e a questão do fracasso escolar já não se sustentam as explicações que culpabilizam os alunos, suas famílias, sua cultura, raça, crença ou classe social. Além das condições materiais

concretas aos alunos estão imersos, é preciso olhar para as bases materiais que engendram essas condições (SAVIANI, 2008). Nesta seara, também a historicidade tem papel fundante. Nada pode ser analisado sem considerar sua historicidade, pois estamos envolvidos numa trama que nos produz e que também produzimos, somos seres históricos. Essas contradições vão se articulando na combinação do que chamamos realidade.

Sob a análise da pedagogia histórico-crítica os fracassados na escola estão entre os inúmeros excluídos da sociedade. E no dizer de Oliveira (2002), antes de existir como conceito filosoficamente definido, na sociedade capitalista a exclusão é uma realidade que vem sendo produzida desde a transição do modo de produção praticado pelos artesãos medievais para o modelo de acumulação do capital. Assim compreendido, o fracasso escolar está envolto numa história de exclusão que se articula com exploração e privação (PATTO, 1994).

Indubitavelmente, um cenário que provoca e convoca a educação e a formação continuada de professores a buscar respostas através de diversos caminhos: elaboração de políticas públicas, articulações entre movimentos sociais, educação popular, investigações que estudem o analfabetismo, o fracasso, a evasão escolar, dentre outros. Pois, como bem assinalou Oliveira (2002), a acumulação capitalista pressupõe dois sujeitos: de um lado aqueles que possuem os meios de produção e que desejam ampliar suas posses comprando a força de trabalho disponível; no outro lado os que só dispõem de sua força de trabalho, por isso são excluídos e se incluídos são tratados como mercadoria. A despeito dessa trama, Saviani (1994) advoga a viabilidade de uma educação comprometida com os interesses da maioria. Sem negar as determinações sociais que interferem na educação, pelo fato de ser histórica, essa mesma educação poderá contribuir com a transformação da sociedade. Portanto, numa perspectiva dialética, os processos de exclusão se movimentam em busca da inclusão. E os processos de inclusão, em acordo com a pedagogia histórico-crítica e a teoria histórico-cultural estariam associados ao processo de humanização como apropriação da cultura ou das objetivações humanas presentes na sociedade, como nos ensina Leontiev (2004).

Tomando a educação como uma ferramenta que pode contribuir com os processos de humanização, a formação continuada dos professores precisa problematizar a visão de um homem passivo, vítima da sociedade que o produz. É preciso avançar, trabalhar com a perspectiva de um homem que, mesmo sendo vitimado por um sistema que o expropria dos bens universais, também age sobre essa realidade, pode apropriar-se de conhecimentos e das formas materiais de produção da vida (SOUZA; VIOTTO FILHO, 2018). Na ação ele transforma e transforma-se, apropria-se e também produz para que outros se apropriem. A apropriação da cultura é condição de humanização. Urge apropriarmo-nos de conhecimentos que promovam rupturas das visões deterministas e que nos habilitem a desenvolver intervenções com múltiplas possibilidades de superação e transformação dos processos de exclusão, incluindo o fracasso escolar.

Fidalgo (2018) denuncia a fragmentação da formação do professor que gera a própria exclusão do professor e a opressão dos seus alunos, uma vez que esse professor, esvaziado de conhecimento, não se torna agente da própria prática nem se coloca criticamente a respeito do que ocorre na escola e com os alunos. Desse modo, é preciso políticas públicas que garantam ao professor condições adequadas de trabalho e formação inicial e continuada consistentes, tanto dos conteúdos que esse professor leciona, como dos processos de ensino e aprendizagem dos alunos, e também das questões que se colocam no dia-a-dia da escola. A apropriação do conhecimento é que promove a humanização. Para tal, exige participação ativa e intencionalidade.

É certo que no contexto brasileiro a educação básica ainda está distante de superar os processos de exclusão relacionados a não apropriação dos conhecimentos, falta muito para que o fracasso escolar seja superado. Portanto, é oportuno debatermos sobre as possíveis contribuições que poderemos eleger tomando os referenciais da pedagogia histórico-crítica como ferramentas que pode subsidiar a atuação dos professores em relação ao enfrentamento dessa questão (DUARTE, 2016). Reafirma-se a necessidade de uma formação que instrumentalize os docentes para atuarem defendendo as possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento para todos e resgatem a função da educação escolar.

Finalmente, concordamos que a chegada das ideias pedagógicas ancoradas no construtivismo piagetiano relegou a segundo plano a função social da escola quanto a garantia de apropriação do saber erudito. No dizer de Duarte (2001), as propostas do “aprender a aprender” reforçadas no relatório da UNESCO sobre os pilares da educação retiraram da escola a tarefa de transmitir o conhecimento e, de acordo com essa perspectiva, seria mais desejável a aprendizagem que o aluno realizaria sozinho. O método e os interesses individuais se sobrepõem ao conhecimento. A educação torna-se ferramenta que apenas prepara os indivíduos para se adequarem às demandas do capital. Em contraposição, defendemos que somente um ensino pautado na transmissão dos conhecimentos científicos é que pode enfrentar as visões

deterministas ou mercadológicas tão em voga nos espaços de educação formal. É urgente ampliar essa discussão junto aos professores das escolas, pois a temática da humanização pelo acesso ao conhecimento continua uma demanda contemporânea para a formação continuada. Nesse sentido, importa comprometermos na construção de espaços formativos que instrumentalizem teoricamente os professores para promoverem rupturas com as práticas patologizantes ou excludentes que contribuem com o esvaziamento do papel do professor.

Referências:

DUARTE, Newton. As pedagogias do aprender a aprender e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 18, p. 35-40, set./dez. 2001.

DUARTE, Newton. Os conteúdos escolares e a ressurreição dos mortos. Campinas, SP: Autores Associados, 2016.

FIDALGO, Sueli Salles. A linguagem da exclusão e inclusão social na escola. São Paulo: Editora Unifesp, 2018.

LEONTIEV, A. O desenvolvimento do psiquismo. 2 ed. São Paulo: Centauro, 2004.

OLIVEIRA, A. da R. Educação e exclusão: uma abordagem ancorada no pensamento de Karl Marx. Tese doutoral defendida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: RS, 2002. PATTO, Maria Helena Souza. À produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T. A. Queiroz, 1993. PATTO, M. H. S. Psicologia e Ideologia: uma introdução crítica à Psicologia Escolar.



Pedagogia Histórico-Crítica e Educação Infantil: Fundamentos Teórico-Metodológicos

SIMAO FRANCISCO DE MIRANDA¹

¹Secretaria de Educação do DF

O objeto destas reflexões é a prática pedagógica da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) na Pré-Escola. Têm a intencionalidade de aproximação, esclarecimento, argumentação teórica e instrumentalização didática a professoras e instituições de Educação Infantil (E.I.) de modo a favorecer esta prática na escola das infâncias. Partimos da problemática de que esta tendência pedagógica tem sido tradicionalmente mais vinculada aos ensinos Fundamental e Médio e distanciado da E.I. Ao longo do desenvolvimento da situação-problema argumentamos teórica e metodologicamente que não apenas é adequada e necessária, uma vez que uma educação socialmente referenciada é direito da criança, desde a primeira infância, mais agudamente na Pré-Escola.

Para alcançar o intento, fundamentamos que as professoras de E.I., nas suas constituições social e política, são elementos fulcrais. Pois a forma como se posicionam frente às funções e desafios da educação, sinaliza as possibilidades de ações bem-sucedidas ou não neste campo. Contextualizamos o objeto com um panorama das tendências pedagógicas, para tornar possível historicizar e situar conceitualmente a PHC. Explicitamos seus fundamentos filosóficos, psicológicos e didáticos para, em seguida, circunscrevê-la na E.I. quanto sua pertinência e requisitos para implementação. Finalizamos no terreno pragmático trazendo exemplos de sequência didática, para que se familiarizem e, a partir dos movimentos dialéticos necessários, materializem-nas.

Indagamos acerca de qual é a escola idealizada por nós, que atuamos na educação de forma consciente e crítica. Postulamos que entre as respostas estarão: a que produz inclusão, igualdade, justiça, emancipação, democracia e, assim, contribui para a superação do status quo. Todavia ainda produz e reproduz exclusão, desigualdades, injustiças, submissão, domesticação, alienação, opressão, autoritarismo e, desta forma, colabora para a manutenção deste status quo. Provocamos: quantos de nós assumimos a consciência filosófica, reclamada por Saviani (1989) de avaliar crítica e reflexivamente nossas concepções de sociedade e de escola? Quantos questionamos o sentido do trabalho que realizamos? Quantos indagamos para que serve a escola, para que servimos, para que se aprende, por que para que e para quem ensinamos? São questões cruciais quando se entende a escola como espaço privilegiado para as mudanças, para tanto as concepções teórico-metodológicas que as sustentam tem que dar conta dos desafios, sobretudo na escola das infâncias, início da trajetória acadêmica. Assim, este texto apresenta um segundo objetivo: incentivar as adesões das instituições que ofertam E.I. e profissionais de ensino a uma corrente pedagógica favorecedora de práxis transformadora, democrática, crítica e reflexiva sobretudo desde a Pré-Escola; das adesões a uma tendência comprometida com a superação das desigualdades, das dominações, das exclusões e se faça efetivamente o motor na construção das utopias desta escola idealizada.

Destacamos que as tendências pedagógicas representam conjunto de princípios políticos, filósofos, teóricos e que defendem determinadas perspectivas de educação. Alertamos que diversas delas ainda permeiam nossa educação, representadas por um lado pelas liberais ou hegemônicas, voltadas a preparar indivíduos de acordo com suas aptidões e aos processos

adaptativos às normas (característica da sociedade capitalista) e, por outro, pelas progressistas ou contra-hegemônicas, socialmente crítico-reflexivas, onde se situa a PHC, que objetiva a superação do status quo.

Esclarecemos que a PHC é uma teoria de orientação marxista que se empenha em compreender as contradições da sociedade e suas implicações na educação; apresenta-se como alternativa à escola que mitifica os conteúdos de ensino e defende o direito do estudante ao conhecimento sistematizado, todavia igualmente sua compreensão enquanto ferramenta promotora das transformações.

Explicamos que esta tendência se sustenta em uma tripla ancoragem: filosófica, psicológica e didática.

Um ponto deste tripé, articula-se filosoficamente no Materialismo Histórico-Dialético (MHD), fundado por Marx e Engels que concebe as organizações das sociedades no percurso da história humana diretamente relacionadas às suas capacidades de produções e às suas relações sociais produtivas. Por opções didáticas contextualizamos o Materialismo Histórico e, em seguida, o Materialismo Dialético para uma melhor compreensão de como se articulam na unidade denominada Materialismo Histórico-Dialético.

O Materialismo Histórico desponta na Revolução Industrial, momento de impactante desenvolvimento tecnológico iniciado na Inglaterra em 1760, repercutindo até por volta 1840 em diversos países e produzindo importantes transformações. Destacamos que o surgimento da indústria materializou o capitalismo e fenômenos como o êxodo rural e consequente crescimento das cidades acentua as desigualdades entre as classes, com forte impacto na vida social e política. Diferentes correntes de pensamento discutiam as origens das desigualdades, uma dessas foi o Materialismo Histórico, objetivando compreender como a sociedade industrial se organizava no cenário representado pela força de produção da classe burguesa, que detinha os meios produtivos, e pela exploração da mão de obra da classe trabalhadora (MARX; ENGELS, 2009).

O Materialismo Dialético surge como sustentação filosófica do Materialismo Histórico, utilizando a dialética para compreender os processos sociais no decurso da história humana. Para Marx e Engels são os meios materiais que definem a realidade social, opondo-se à compreensão de que a história nos é dada, é imutável como queria o Idealismo alemão, representado por Kant e Hegel. Esta corrente defendia que as ideias são obras divinas ou sobrenaturais, prontas, acabadas. Para o Materialismo Dialético a realidade é material e, por isso, concreta; para o Idealismo ela se forma no pensamento e no sobrenatural, portanto a realidade é abstrata. Enquanto o Idealismo hegeliano defendia a imobilidade das classes sociais por determinações metafísicas; o Materialismo Dialético defendia que a mobilidade não era só possível, mas necessário por meio da subversão das classes (MARX, 2013).

De forma simplificada, o Materialismo Dialético é o esteio filosófico do materialismo histórico. O Materialismo Histórico-Dialético, portanto, propõe uma interpretação crítica da realidade em seus desenvolvimentos histórico e dialético.

O segundo ponto deste tripé é sua base psicológica, ancorada na Teoria Histórico-Cultural, fundada na União Soviética entre os anos de 1920 e 1930 a partir das investigações de Vigotski, Luria e Leontiev dedicados ao conhecimento à compreensão do funcionamento humano nas suas aprendizagens e desenvolvimento e ao entendimento dos instrumentos e signos, enquanto mediadores no desenvolvimento das funções mentais superiores. Para eles, instrumentos são ferramentas viabilizadoras da transformação das realidades social e cultural. Vigotski foi um pensador Marxista que utilizou o Materialismo Histórico-Dialético para análises da realidade histórica e cultural humana, que propõe o homem como ser histórico, como sujeito ativo na construção de si mesmo, que promove uma interpretação marxista dos fenômenos psíquicos.

No terceiro ponto deste tripé, sua didática tem amarração na perspectiva dialética, na qual o conhecimento é produzido a partir da materialidade, da realidade social objetiva. Para Gasparin (2012), a prática social é um processo de transformação da natureza forjada pela humanidade, porém “as organizações culturais, artísticas, políticas, econômicas, religiosas, jurídicas etc. também são expressões sociais que interferem na construção do conhecimento” (p. 4). O ponto de partida da produção do conhecimento é a realidade social imediata na qual vive o estudante, que representa seu nível de conhecimento atual. Nesta perspectiva, Gasparin (2012) propôs uma sequência didática que contempla as três fases do método dialético da produção do conhecimento escolar, prática-teoria-prática.

Estudos robustos das viabilidades da PHC na E.I. tem sido feito no Brasil há mais de uma década, com destaque para trabalhos das pesquisadoras Ana Carolina Galvão Marsiglia e Alessandra Arce. É Arce (2013) quem assegura que sim, a PHC cabe na E.I., cujos argumentos são

apresentados aqui. Aliás, faz-se necessária visto que uma educação de cunho transformador e emancipador deve começar o quanto antes.

Ainda quanto à pertinência da PHC na E.I., Monteiro (2021, p. 10) nos chama a atenção para o fato de que “a pedagogia histórico-crítica enquanto teoria pedagógica que tem suas bases alicerçadas pelo Materialismo Histórico-Dialético e que defende o processo de escolarização é uma teoria contra-hegemônica de valor para o ensino das crianças desde a mais tenra idade”.

Apresentamos duas condições essenciais para se assumir a PHC na E.I., uma no campo da formação coletiva docente, gestora e pedagógica; outra na formação na PHC, enquanto pressuposto teórico e desdobramentos didáticos.

Oferecemos subsídios didáticos para ações educativas pautadas na PHC apresentando um rico relato de experiências de Marsiglia (2011) da sua aplicação na Pré-Escola, inspiração e repostas a incertezas quanto a adoção desta corrente pedagógica na fase final da E.I.

Esperamos que as instituições e professores que já organizam seus trabalhos pedagógicos ancorados nesta perspectiva se robusteçam. As que ainda não o fazem sintam-se provocadas a acolher estes desafios. Às que não se sentem confortáveis para este compromisso, que se indaguem para que serve a educação, se está a serviço da humanização ou da barbárie. Saviani (2003) nos lembra que “para a Pedagogia Histórico-Crítica, a educação é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (p. 13). É este sentido de humanidade, contrária às desigualdades sociais, talvez nossa derradeira oportunidade de salvar a espécie humana de nós mesmos.

Referências:

ARCE, Alessandra. É possível falar em pedagogia histórico crítica para pensarmos a educação infantil? *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 5, n. 2, p. 5-12, dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9695>. Acesso em: 16 jan.2022.

GASPARIN, João Luiz. Uma didática para a Pedagogia Histórico-Crítica. Campinas: Autores Associados, 2012.

MARX, Karl. Crítica a filosofia do direito de Hegel. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão. A Prática Pedagógica Histórico-Crítica na Educação Infantil e Ensino Fundamental. Campinas: Autores Associados, 2001.

MONTEIRO, Fernanda Yully dos Santos. Educação Infantil e Pedagogia Histórico-Crítica: apontamentos sobre a educação escolar. *Revista Kinesis*, Universidade Federal de Santa Maria – RS. v. 39, p. 1-13, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/kinesis/article/view/40597/pdf>. Acesso em: 13 jan. 2022.

SAVIANI, Dermeval. Educação: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez, 1989.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados, 2003.



Pedagogia Histórico-Crítica e o ensino de Artes Visuais: estudos preliminares

Janedálva Pontes Gondim¹

¹Univasf

Com o avanço do neoliberalismo nas políticas educacionais brasileiras, movimentos sociais e estudos em defesa da educação pública vem ganhando visibilidade como forma de resistência a essa onda reacionária. Como uma das formas de resistência, percebe-se o aprofundamento das contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica/PHC na educação escolar com a finalidade de fundamentar o trabalho pedagógico para atender as necessidades e interesses da classe trabalhadora.

Nesse aspecto, é preciso restaurar o papel humanístico da educação e da escola. No texto “Para que servem as escolas?”, Michael Young (2007) afirma que esta questão expressa tensões e conflitos de interesses na sociedade mais ampla. O autor ressalta que existe uma ligação entre desejos emancipatórios associados com a expansão da escolarização e a oportunidade das escolas em oferecer aos alunos a aquisição do “conhecimento poderoso”. Um dos pontos discutidos pelo autor é a aceção de que as escolas são instituições com o propósito específico de promover a aquisição do conhecimento e que não há contradição entre ideias de democracia e justiça social.

Para reafirmar os propósitos específicos das escolas, Young expõe que a luta histórica pelos propósitos da escolaridade pode ser vista em termos de duas tensões. A primeira é entre os objetivos da emancipação e a outra da dominação. Para isso, as escolas servem para capacitar as crianças e os jovens a adquirir o conhecimento que, para a maioria deles, não pode ser adquirido em casa ou em sua comunidade, e para adultos, em seus locais de trabalho. Nesse escopo, surge a diferenciação entre conhecimento escolar e não escolar.

Sobre a história de luta pela escolarização, Saviani (2018) comenta que faz parte da tradição da escola moderna a transformação dos sujeitos, de súditos em cidadãos. Para isso, o autor ressalta o papel da escola pública, com oferta universal, de caráter obrigatório, gratuito e laico. É justamente a partir desse “significado histórico” da escola (SAVIANI, 2018) como projeto de formação “tributária da concepção dialética” (SAVIANI, 2008, p. 24), que assumimos um compromisso por um modelo de educação que visa a emancipação.

Contudo, na contramão, as reformas curriculares empreendidas pela política neoliberal ao propagar a flexibilização dos conteúdos, não se responsabiliza pela garantia do acesso aos saberes necessários para a formação humana de modo democrático, nisso incluem-se os conhecimentos oriundos das ciências da natureza, das ciências humanas, das artes ou das técnicas (SAVIANI, 2020).

Sobre o esvaziamento dos conteúdos escolares, Saviani (2020) alerta:

O papel da escola democrática será, pois, o de viabilizar a toda a população o acesso à cultura letrada, consoante o princípio que enunciei em outro trabalho (SAVIANI, 2018, p. 45), segundo o qual, para se libertar da dominação, os dominados necessitam dominar aquilo que os dominantes dominam. Portanto, de nada adiantaria democratizar a escola, isto é, expandi-la de modo a torná-la acessível a toda a população se, ao mesmo tempo, isso fosse feito esvaziando-se a escola de seu conteúdo específico, isto é, a cultura letrada, o saber sistematizado. (SAVIANI, 2020,

p.18) Para justificar essas reformas, observa-se de maneira articulada: de um lado os ataques à escola pública em favor da iniciativa privada nos vários níveis da educação, desde a educação infantil até o ensino superior, e de outro, o avanço do neotecnicismo que subordina o trabalho do professor a processos pedagógicos comandados pela tecnologia e pela lógica produtivista (DUARTE, 2020; FREITAS, 2016).

Sobre a perda do professor com um intelectual nesse cenário de feições reacionárias e obscurantistas (DUARTE, 2020), interessa-nos aprofundar no projeto de pós-doutoramento que está em seu início, o estudo sobre os aspectos que envolvem o trabalho pedagógico, mais especificamente, do professor de Artes Visuais a partir dos pressupostos da Pedagogia Histórico-Crítica/PHC.

As razões que justificam o projeto se circunscrevem na reafirmação de um modelo de educação democrática a partir dos pressupostos da PHC assim como tecer uma análise sobre as contribuições desta perspectiva pedagógica para o ensino de Artes Visuais no processo de escolarização a partir da formulação de um Caderno Pedagógico.

Por hora, para este texto, iremos apresentar os estudos preliminares acerca do estado da arte no qual procuramos analisar os resultados da revisão de literatura a partir, primeiramente, de um levantamento no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e nos Grupos de Pesquisa cadastrados no CNPq para situarmos melhor o panorama das pesquisas que se pautam na PHC, em particular, àqueles que tratam da formação de professores de Artes Visuais e seu ensino.

A busca no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, colocando o descritor Pedagogia Histórico-Crítica e selecionando o período de 2017 a 2021, resultou em 13.977 trabalhos, 8.651 de Mestrado e 3.744 de Doutorado, destes destacamos as cinco primeiras instituições com mais produções (USP, PUC-SP, UFRJ, UNB, UFRGS) e as áreas de conhecimento predominantes são Educação, seguida de Linguística, Letras e Artes.

Para um melhor refinamento conforme nossos objetivos, realizamos uma segunda busca, selecionando os trabalhos da área Linguística, Letras e Arte, para verificar as contribuições da PHC no ensino de Artes Visuais. O resultado apontou 6.520 trabalhos entre teses e dissertações, considerando o mesmo período de 2017 a 2021.

Destacamos que nos vinte primeiros trabalhos encontramos quatro pesquisas a nível de mestrado que trata da relação entre PHC e o ensino de Arte defendidos em 2020, são eles: Os Cursos de Formação Continuada da Rede Municipal de Balneário Camboriú e suas contribuições para o Ensino de Arte de Sandramara Goulart dos Reis; Práticas Desenhísticas em Educação Infantil: contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica de Gabriel Souza Coelho; A Fotografia no ensino de Arte: um estudo a partir dos pressupostos da Pedagogia Histórico-Crítica de Thalita Emanuelle de Souza ambas desenvolvidas no PPGAV, da Universidade do Estado de Santa Catarina, UDESC. E, em 2019, o trabalho de Claudia Silvana Saldanha Palheta intitulado O ensino de Arte e o sujeito com Deficiência Intelectual: perspectivas histórico-críticas também defendido na Universidade do Estado de Santa Catarina.

Após esse levantamento, fizemos uma busca no Diretório de Grupo de Pesquisa do CNPq com o descritor Pedagogia Histórico-Crítica. O sistema localizou 49 registros, contudo, observamos somente aqueles que tinham no título a PHC, o que resultou na localização de 13 Grupos cadastrados nas seguintes instituições Unesp (2); UFJF; UFES; IFPR(2); UEL; UNESPAR; UFPB; UFBA; UFPA; UERR; UEMA; UTP (CNPq, 2022).

Dos 13 Grupos de Pesquisa identificados, 8 estão localizados em instituições das regiões Sul e Sudeste, o que pode ser explicado pela trajetória do próprio professor Dermeval Saviani na Unicamp e a repercussão da PHC nas instituições próximas. Outro fator explicativo trata-se do histórico de atuação das pós-graduações em Educação nessas regiões em detrimento de outras em que a existência da pós é bem mais recente, o que favorece a concentração da produção científica e circulação dessa produção no eixo sul-sudeste.

O que se percebe nesse breve levantamento é que os estudos e pesquisas se dedicam aos aspectos filosóficos, políticos e didáticos da PHC em torno da formação de professores numa perspectiva dialética, discutindo as questões de trabalho docente, processo de escolarização no desenvolvimento humano e alfabetização.

Quando observamos o resultado da busca na Área de Linguística, Letras e Arte, no Catálogo de Teses e Dissertações, percebemos, em certa medida, a partir do protagonismo do PPGAV-UDESC, por meio dos estudos sobre PHC e Ensino de Artes Visuais orientados pela profa Maria Cristina Rosa da Fonseca e suas colaboradoras no Observatório.

Embora esse protagonismo vem avançando nas discussões sobre formação docente e ensino de Artes Visuais apontando outros direcionamentos pautados na PHC, o desafio no momento se

dirige aos estudos sobre a especificidade do trabalho pedagógico deste profissional como também a constituição dos conteúdos da arte na escola tendo em vista o avanço dos interesses privados na educação brasileira.

Infelizmente apesar de quase 40 anos de formação docente em Arte no Brasil em que pese uma trajetória de luta pela obrigatoriedade do seu ensino na educação básica, assistimos a um retrocesso nas políticas de formação docente e de currículo tendo a Base Nacional Comum Curricular/BNCC como seu carro-chefe, a Reforma do Ensino Médio, BNCC e BNC-Formação que vem descaracterizando as áreas de conhecimento, como as artes, retirando-as dos currículos escolares.

Referências DUARTE, Newton. “Um Montão de amontoado de muita coisa escrita”. Sobre o alvo oculto dos ataques obscurantistas ao currículo escolar. In: MALANCHEN, Julia; MATOS, Neide da Silveira Duarte de; ORSO, Paulino José. A Pedagogia histórico-crítica, às políticas educacionais e a Base Nacional Comum Curricular. Autores Associados. Edição do Kindle.

GALVÃO, Ana Carolina; LAVOURA, Tiago Nicola; MARTINS, Lígia Márcia. Fundamentos da didática histórico-crítica. Campinas, SP: Autores Associados, 2019. 2 Mb; ePub. Edição do Kindle.

FREITAS, Luiz Carlos de. Tecnicismo: ele está de volta. Avaliação educacional. Blog do Freitas. 2016. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2016/08/26/tecnicismo-ele-esta-de-volta/>. Acesso em: 11 jan. 2022.

SAVIANI, D. Pedagogias contra-hegemônicas no Brasil. Ideação - Revista do Centro de Educação e Letras, Foz do Iguaçu, v. 10, n. 2, p. 11-28, 2008.

SAVIANI, D. Escola e Democracia . 43. ed. Campinas: Autores Associados , 2018.

SAVIANI, Dermeval. Educação Escolar, Currículo e Sociedade: o Problema da Base Nacional Comum Curricular. In: MALANCHEN, Julia; MATOS, Neide da Silveira Duarte de; ORSO, Paulino José. A Pedagogia histórico-crítica, às políticas educacionais e a Base Nacional Comum Curricular. Autores Associados. Edição do Kindle 2020.

YOUNG, Michael. Para que servem as escolas? Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1287-1302, set./dez. 2007. Disponível em .



PEDAGOGIA HISTÓRICO - CRÍTICA E EDUCAÇÃO ANTICAPACITISTA: ALGUNS PRESSUPOSTOS

Michele de a Mendonca Leite¹ e RÉGIS HENRIQUE DOS REIS SILVA²

¹UNICAMP -SP

²UNICAMP - SP

Este trabalho aponta para a Pedagogia Histórico - Crítica como teoria norteadora de uma prática pedagógica anticapacitista, discutindo, brevemente alguns dos seus pressupostos, considerando o capacitismo (ableism em inglês), como uma categoria importante para se compreender as condições de opressão e discriminação vivenciadas pelas pessoas com deficiência, dentro da escola pública brasileira.



Pesquisa intervenção-formativa na escola pública do campo: a práxis científica-educativa em movimento

Fabiane Rizo Salomão¹, Rodrigo Lima Nunes² e Lucas Rinaldini³

¹FCT/UNESP

²Fabiane Rizo Salomão

³Marisa de Fatima Luz

Este trabalho enfatiza a importância da escola do campo e sua função social no interior dos Assentamentos Rurais da Reforma Agrária na região do Pontal do Paranapanema/SP e mobiliza gestores, professores e estudantes da escola ao lado de pesquisadores da Universidade, para a construção de uma práxis científica-educativa permeada por teorias críticas da educação e da psicologia. O trabalho prevê estudos e intervenções coletivas pautadas na Pedagogia do Movimento Sem Terra em diálogo com a Pedagogia Freireana, dada a sua relação seminal com a educação do campo. Nesse movimento, a interlocução com a Pedagogia histórico-crítica e a Psicologia histórico-cultural se faz imprescindível, para se engendrar a transformação da escola pública do campo e se construir uma escola-comunidade do campo ativa, crítica e emancipadora. Esse processo efetivar-se-á por meio de um movimento de construção coletiva de relações sociais humanizadoras na escola, de melhoria do ensino em sala de aula e, ato contínuo, de transformação das condições objetivas de vida no Assentamento rural.



PLANEJAMENTO DAS AULAS NAS CLASSES MULTISSERIADAS NAS ESCOLAS DO CAMPO: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DA PEDAGOGIA HISTÓRICO- CRÍTICA

Raul Lomanto Neto¹, Celi Nelza Zulke Taffarel², Fábio Santos Silva³ e Raul Lomanto Neto⁴

¹ UFBA

² UFBA

³ Secretaria de Educação do Estado da Bahia

⁴ UFRB

Trata-se de um resumo é resultado de estudos teóricos e práticos sobre a elaboração do planejamento para as classes multisseriadas do campo e pretende apresentar algumas contribuições a partir dos fundamentos da Pedagogia Histórico-Crítica (SAVIANI, 2012). Assim como Lavoura, Galvão e Marsiglia (2019), defendemos o planejamento das aulas coerentes segundo a qual o movimento do ensino tem sentido oposto ao da aprendizagem. Com efeito, o que apontamos é que os planos de curso para as turmas multisseriadas requerem que, necessariamente, o professor atente-se e se aproprie da totalidade do conteúdo. É somente depois de ter operado para si a síntese que lhe permite conceber os conteúdos escolares como concreto pensado que o professor poderá organizar o ensino que não é outra coisa senão o processo que pretende fazer com que cada aluno singular opere esta síntese, razão pela qual se justifica o “trabalho educativo” (SAVIANI, 2012). Portanto, conceber o ensino em sua totalidade requer a superação deste modo de pensá-lo em suas partes isoladas. Entendemos que tudo o que há no ensino, seja ele concebido no tempo escolar de uma semana, de uma unidade, de um ano ou que seja de uma etapa é a concreção dos objetos de conhecimento por meio da saturação de conteúdos que os explicam e refletem na consciência dos alunos.



POLÍTICAS DIRECIONADAS AO ENSINO DE ARTES E O ESVAZIAMENTO DOS CONTEÚDOS ESCOLARES

JANAINA ENCK¹ e Maitê Nolasco Telles Reis¹

¹*Universidade do Estado de Santa Catarina*

Este trabalho objetiva explicitar alguns dos impactos nas políticas educacionais de formação dos professores de Artes Visuais, implantadas no Brasil entre os anos de 1961 a 2019, em especial a partir de documentos base. Após vários avanços e retrocessos, é possível afirmar que temos, nos dias de hoje, diretrizes que asseguram uma formação docente cada vez mais precarizada, uma vez que o atual discurso oficial presente em documentos como a BNCC demonstram o esvaziamento dos conteúdos historicamente construídos pela humanidade, substituindo-os por uma formação acrítica e esvaziada de reflexão, com foco para o mercado de trabalho. Essa relação impacta diretamente no ensino escolar, de modo geral e, no caso das artes, em específico, gerando um retrocesso no seu processo curricular anteriormente superado pelas lutas das organizações de classe.



Pré escola e Alfabetização: uma investigação sobre os conteúdos presentes nas atividades de escrita

Camila Macalli de Oliveira¹ e Profª Drª Eliza Maria Barbosa¹

¹Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" Fclar Campus Araraquara-SP

Neste trabalho apresentamos a intenção de pesquisa a ser desenvolvida no mestrado em Educação Escolar cujo objeto situa-se na relação das contribuições que a pré-escola pode oferecer ao processo de alfabetização futuro das crianças. Nesse sentido temos como objetivo reunir e analisar as tarefas escolares que destacam as dimensões fonéticas e semânticas da escrita que são trabalhadas com os alunos de quatro e cinco anos matriculados na rede municipal de ensino de Araraquara - SP, buscando elucidar como o trabalho com essas dimensões se materializam nas tarefas escolares propostas às crianças. Nossa hipótese é de que os professores atribuem como objetivo específico para as atividades que se centralizam no ensino de letras, sílabas, palavras e textos isolados, o domínio de conceitos elementares da escrita, tornando-as reducionistas e mecânicas e divorciadas do princípio de que a escolha dos conteúdos e das formas mais eficientes de ensino promovem saltos qualitativos no desenvolvimento do psiquismo das crianças.



Primavera nos dentes: a música como recurso metodológico para aprendizagem de crianças pequenas

Elis Karen Rodrigues Onofre Pereira¹ e ANA PAULA ROSSAFA AUGUSTO¹

¹UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA- UEL

O presente trabalho visa tecer uma análise sobre a música como recurso metodológico para crianças pequenas, e uma provocação social e educacional a partir da música primavera nos dentes. Justifica-se tal escrito pela necessidade de fomentar o uso da arte como trabalho não material, assim como a educação, este fenômeno cujo objetivo é produzir a humanização do homem, por meio do saber sistematizado, como propõe a Teoria Histórico Crítica.



Procurando Lenin: em busca dos usos e apropriações lenineanas na Pedagogia Histórico-Crítica

Vinícius Azevedo¹ e Lucas André Teixeira¹

¹Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara - FCLAr

O presente trabalho corresponde a pesquisa de mestrado em Educação Escolar e está em fase inicial de desenvolvimento. A intenção da pesquisa é abordar de modo crítico a incorporação do pensamento de Vladimir Lenin pela Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) como parte fundamental para avaliar a inserção dessa teoria pedagógica e de sua prática social diante da realidade brasileira contemporânea. A investigação justifica-se pelo entendimento que as contribuições de Lenin para a educação escolar e para a PHC não encontram-se devidamente esgotadas, resultando assim numa fonte teórica-prática ainda capaz de suscitar horizontes possíveis para o nosso tempo histórico. Para tal, o trabalho de pesquisa prosseguirá tomando como base as produções científicas da PHC, a saber: periódicos, artigos científicos, dissertações de mestrado, teses de doutorado, livros e capítulos de livros e trabalhos contidos em anais de congressos da referida pedagogia. A pesquisa anseia, nesse sentido, compreender a apropriação do referido autor por parte dessa pedagogia, localizando assim as suas contribuições. Conecta-se, dessa forma, a temática da revolução social e educação escolar, troca realizada entre sociedade e educação. Ao tomar como objeto de pesquisa o trabalho e a educação, o Projeto localiza-se no campo da PHC e do marxismo, a qual toma de empréstimo as categorias de análise, bem como as suas contribuições teórico-metodológicas. Ao assumir a educação de cunho socialista como objeto de estudo, pretende-se produzir conhecimentos histórico-críticos que possibilitem analisar a relação entre trabalho e educação na particularidade da educação escolar brasileira na contemporaneidade, tendo em vista a necessidade de pensar a organização da escola para um novo tempo histórico, sem cair em chaves de análise histórico-críticas anacrônicas e idealistas.



PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL E A IMPORTÂNCIA DOS MODELOS COMO APORTE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

MIRIAM DA GAMA HENRIQUE¹ e ANA CAROLINA GALVÃO¹

¹UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Este estudo fundamenta-se no materialismo histórico-dialético como método de ação e compreensão da realidade, tomando a pedagogia histórico-crítica como referência pedagógica. Além disso, com base na psicologia histórico-cultural, afirmamos que o desenvolvimento do psiquismo em suas máximas possibilidades se dá na dependência de processos de ensino que o promovam e requeiram. Logo, esta pesquisa teve por objetivo evidenciar a importância dos modelos durante o processo de desenvolvimento humano. Como exemplo, defende-se Rosa Luxemburgo como modelo e referência de desenvolvimento humano visto que sua trajetória e contribuições teóricas corroboram-na como modelo de figura feminina emancipada e comprometida com a libertação coletiva da classe trabalhadora. Desse modo, tomá-la como referência na educação escolar pode contribuir para a formação humana de indivíduos comprometidos com uma sociabilidade que não se ancore nos valores da sociedade patriarcal e capitalista.



Psicologia histórico-cultural em grupos de pesquisa no Brasil

Jessica Clemente¹ e Sonia Mari Shima Barroco¹

¹*Universidade Estadual de Maringá*

Este trabalho tem como objetivo compreender como a Psicologia Histórico-cultural se constitui dentro do território brasileiro. A metodologia contou um com mapeamento de grupos de pesquisa cadastrados no Diretório do Grupo de Pesquisas CNPq. Realizou-se buscas no Diretório com termos empregados pelos autores soviéticos Vigotski, Luria e Leontiev ou pelo uso consensual dos pesquisadores contemporâneos da área. A investigação resultou na identificação de 246 grupos, sendo que 109 se enquadraram nos critérios de seleção. Conclui-se que esta teoria explicativa da constituição social do psiquismo e do desenvolvimento humano da pessoa com e sem deficiência, não se limita ao homem soviético, ao contexto e à sociedade de origem, mas ao gênero humano. Portanto, constitui como um aporte teórico e metodológico relevante para a ciência no Brasil.



Queixas escolares pós-pandemia de Covid-19: contribuições teórico-práticas da Psicologia histórico- cultural

Fabiane Rizo Salomão¹, Irineu Aliprando Tuim Viotto Filho² e Lucas Rinaldini³

¹*Secretaria Municipal de Educação de Presidente Prudente/SP*

²*Rodrigo Lima Nunes*

³*Cintia Regina de Fatima*

O texto apresenta reflexões de uma tese de doutorado em desenvolvimento, que objetiva analisar as queixas escolares sob o prisma histórico-crítico. Este tema não é recente e tem sido objeto de investigação de diversos autores contemporâneos da psicologia, Souza (2010), Franco (2009), Machado e Souza (1997), Leonardo, Lemes e Facci (2014), Facci e Souza (2019), Vieira (2021), sendo que Patto (1984, 1990) foi a precursora. Os problemas de aprendizagem são históricos no Brasil, e a forma a-histórica e naturalizante de compreender estes fenômenos demonstra-se preocupante e tem culpabilizado e patologizado muitos estudantes. Neste texto chamamos a atenção a necessidade de se ampliar o olhar para as queixas escolares, especialmente no contexto atual pós pandemia. Por isso, faz-se fundamental que psicólogos, professores e demais profissionais da escola se apropriem dos fundamentos histórico-críticos da Psicologia histórico-cultural e Pedagogia histórico-crítica para que possam entender o processo de aprendizagem e desenvolvimento por um prisma humanizador.



Quem tem medo de pesquisar raça e racismo na pedagogia histórico-crítica?

Pedro Vinícius Castro Magalhães do Amparo¹ e Hélio da Silva Messeder Neto¹

¹Universidade Federal da Bahia

A pedagogia histórico-crítica (PHC) tem timidamente contribuindo para o debate racial no sentido propositivo. Geralmente, há uma dedicação em fazer críticas às teorias que se propuseram ao debate, sobretudo o multiculturalismo e o pós-modernismo. As críticas têm relevância porque desvelam as filiações de classe dessas teorias, mas têm recuado a PHC dos determinantes histórico-concretos do povo, seja secundarizando ou até negligenciando-os. Ao fim, por medo de ser possuída pelo pós-modernismo, mesmo com acúmulo marxista no tema, a PHC deixou as pedagogias hegemônicas darem o tom do debate. As tentativas mais propositivas existentes no campo ainda são pontuais, o que suscita a necessidade de superar o medo da realidade pelo compromisso político com a história concreta do proletariado concreto no programa de pesquisa desta teoria pedagógica. Fazem vinte anos que o movimento negro colocou em vigor a lei 10639/2003, um movimento vanguardista no que tange a luta por pautar a história e a luta negra na escola. A PHC precisa entrar nessa disputa. Para tal, objetivamos contribuir com um esboço de um programa de pesquisa para a PHC, considerando como suas necessidades, hoje, se vinculam com os estudos de raça e racismo. Esse programa foi esboçado na forma de três pequenos encaminhamentos teóricos e/ou metodológicos, com algumas considerações ao final nos âmbitos epistemológico e político.



Questões sobre o planejamento didático a partir da pedagogia histórico-crítica

Adalgiza Gonçalves Gobbi¹ e Ana Carolina Galvão²

¹PPGE - Universidade Federal do Espírito Santo

²UFES

O presente trabalho aborda a temática do planejamento didático a partir da pedagogia histórico-crítica, sendo parte de pesquisa de doutorado em andamento, pautada no materialismo histórico-dialético, tomando a pedagogia histórico-crítica enquanto teoria pedagógica. Aborda questões sobre o planejamento didático enquanto componente da didática e prática pedagógica fundamental na organização do trabalho docente.



Reflexões sobre a importância da escola para o desenvolvimento da linguagem na Educação Infantil

Marisa De Souza Cunha Moreira¹ e Elisângela Aparecida Francischetti²

¹Secretaria Municipal de Educação de Limeira / Universidade Estadual Paulista - IB - Rio Claro

²Secretaria Municipal de Educação de Limeira

Este texto tem como propósito refletir a respeito da Educação Infantil, a partir de pressupostos da Pedagogia Histórico-Crítica e da Psicologia Histórico-Cultural. O texto traz ponderações sobre a importância da escola para o desenvolvimento da linguagem, enfocando as crianças de quatro anos de idade. A realidade educacional é o ponto de partida para a apresentação e discussão de possibilidades para se pensar a temática, portanto, visa-se estimular discussões entre professores e pesquisadores das teorias em questão.



Reflexões sobre educação sexual emancipatória em Vigotski: análise das colocações do autor sobre afetividade e sexualidade a partir dos seis tomos das Obras Escogidas

Patrícia de Oliveira e Silva Pereira Mendes¹, Mariana Romão Galdino² e Letícia Bernardes Ignácio²

¹Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

²Pedagoga Egressa UDESC

O presente estudo é parte de uma pesquisa em andamento e referenda a busca da compreensão dos termos afetividade e sexualidade nos escritos de Lev S. Vigotski, nos seis tomos das Obras Escogidas, com a finalidade de destacar possibilidades de uma educação sexual emancipatória a partir deste autor. Trata-se de uma pesquisa analítica-bibliográfica alicerçada na compreensão do materialismo histórico-dialético. algumas conclusões são possíveis de serem elaboradas nesta etapa em que nos encontramos: a) o fato de não podermos encontrar uma epistemologia da sexualidade em Vigotski, já que este autor não se debruçou detalhadamente sobre este tema; b) a clareza de que o tema afetividade não é um tema central nas elaborações do autor, embora não seja um tema esquecido em suas reflexões; c) a constatação de que Vigotski não deixou de mencionar a importância da educação sexual e por meio de sua teoria alicerçada no materialismo histórico-dialético, é possível estabelecer práticas pedagógicas que privilegiem a vivência nos espaços escolares de uma educação sexual com vistas à emancipação.



Relações Ético-Raciais em perspectiva marxista: pistas a partir do pensamento de José Carlos Mariátegui.

Tanise Baptista de Medeiros¹

¹*Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Este trabalho é fruto de pesquisa a nível de Doutorado em Educação que tem como objetivo traçar diálogos possíveis entre o pensamento de José Carlos Mariátegui (1895-1930), intelectual peruano, e as lutas indígenas no Brasil contemporâneo, a fim de contribuir para a elaboração de um projeto histórico e de um pensamento latino-americano descolonizador e anticapitalista, a partir da perspectiva do materialismo histórico-dialético. Diante do contexto de genocídio e epistemicídio dos povos indígenas no Brasil, buscamos apresentar as resistências indígenas em defesa de seus territórios como movimentos políticos e pedagógicos, contra-hegemônicos à violência capitalista-colonial, afirmando, ainda, com Mariátegui, que a esperança indígena é profundamente revolucionária.



Repensando o “Horário do banho”: práxis enquanto princípio para o desenvolvimento da linguagem oral da criança pequena

Luara Alexandre dos Santos¹

¹UNESP/Araraquara

O presente trabalho tem como objetivo apresentar um relato de experiência pedagógica desenvolvida em uma turma de maternal III (crianças de 2 a 3 anos de idade), no ano de 2021, em uma cidade do interior do Paraná, com intuito de refletir sobre a necessidade de considerar a práxis no processo de planejamento de aulas para todas as etapas do ensino, tendo como principal foco neste trabalho, a/na educação infantil. Isso porque, ao tratarmos da primeira infância, infelizmente, ainda é possível encontrarmos propostas de um cuidado distante do educar, movimento este, diferente do que essa pesquisa defende, que é a ideia de um cuidado educativo, rico em possibilidades de desenvolvimento físico e cognitivo.



Resistência Ativa na Defesa da Escola Pública

Pedro Henrique Ferreira de Melo¹, Joelma de Oliveira Albuquerque¹ e Celi Nelza Zülke Taffarel¹

¹Universidade Federal de Alagoas - UFAL (Campus Arapiraca)

Este ensaio é resultado de estudo desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Formação de Professores (PPGEFOP) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Campus Arapiraca. Trata da categoria resistência ativa desenvolvida por Saviani (2018) com o objetivo de enfrentar a tendência da destruição da escola pública.



SANEAMENTO NA ESCOLA DO CAMPO: implantação da fossa como diálogo curricular entre docentes, estudantes e comunidade.

Fernanda Oliveira Brigatto Silvano¹

¹FCLAR/Unesp, campus de Araraquara.

O presente trabalho buscou promover reflexões sobre a importância da Educação Sanitária e Ambiental a partir da construção de uma mini estação de tratamento de esgoto na perspectiva de contextualização dos conhecimentos produzidos na escola com que é vivido fora dela. Sendo assim, nosso problema inicial foi investigar de que forma o saneamento básico com a implantação da fossa na escola pode dialogar com o currículo escolar de forma que proporcione a compreensão da relação entre o que é vivido na escola e fora dela? Para tanto, buscou-se apresentar a contextualização da realidade local, bem como o processo de elaboração de todas as etapas do planejamento de ensino. Desta forma, justificou-se por trazer a iniciativa da elaboração de um planejamento de ensino que visasse o conhecimento sobre saneamento básico e acompanhamento da construção da fossa em uma unidade escolar rural de um município do interior do estado de São Paulo.



Talento Rosa - Educação em Saúde a serviço da Vida

Gerson Lucio Vieira¹, Rosa Aparecida da Cunha Ferreira² e Raquel Descie Veraldi Leite²

¹Hospital de Câncer de Barretos

²Hospital de Câncer de Barretos

Talento Rosa - Educação em Saúde a serviço da Vida O câncer de mama é uma das doenças mais comuns entre as mulheres e uma das mais temidas devido à sua gravidade. O câncer mamário é caracterizado pelo crescimento anormal das células da mama, podendo se espalhar para outros órgãos do corpo. O diagnóstico precoce é fundamental para garantir tratamento eficaz, e as mulheres devem ficar atentas aos sinais e sintomas da doença, tais como nódulos, alterações na pele ou na forma da mama e secreção nos mamilos.

De acordo com o Instituto Nacional de Câncer (INCA), o câncer de mama é o tipo de câncer mais comum entre as mulheres no Brasil e representa cerca de 25% de todos os casos de câncer em mulheres. Para o triênio de 2023 a 2025, o INCA estima 73.610 novos casos, correspondendo a um risco estimado de 66,54 casos novos de câncer de mama no Brasil a cada 100 mil mulheres (INCA, 2022).

É importante destacar a importância da prevenção, através de hábitos saudáveis de vida, realização de exames preventivos e detecção precoce. Campanhas de prevenção do câncer de mama nas escolas são iniciativas relevantes para conscientizar e informar as crianças e os adolescentes sobre a importância da prevenção da doença, e ajudar a difundir essa mensagem entre a população. A participação de crianças e jovens nas campanhas de prevenção deste tipo de câncer é importante, pois eles são os futuros multiplicadores dessa mensagem e poderão ajudar a difundi-la entre suas famílias e amigos. Além disso, ao sensibilizar crianças e adolescentes sobre a importância da prevenção do câncer de mama, eles serão mais propensos a adotar hábitos saudáveis e buscar ajuda médica caso sejam detectados sinais ou sintomas da doença. Nesta perspectiva a escola é um ambiente bem propício para exercício dessas ações educativas.

No contexto de uma campanha de prevenção do câncer de mama, a Pedagogia Histórico-Crítica contribui para a compreensão das questões sociais, políticas e culturais que influenciam a saúde das mulheres e sua capacidade de se prevenir deste tipo de câncer. Isso inclui as desigualdades sociais e de gênero que afetam a saúde das mulheres, bem como as barreiras culturais e políticas que impedem o acesso à informação e à assistência médica adequadas. Ao utilizar a Pedagogia Histórico-Crítica na campanha de prevenção do câncer de mama, é possível desenvolver uma abordagem mais consciente e crítica, que contemple as questões sociais, políticas e culturais que influenciam a saúde das mulheres e sua capacidade de se prevenir do câncer de mama. Dessa forma, é possível promover a transformação social e construir uma sociedade mais justa e igualitária, em que todas as mulheres tenham acesso à informação e à assistência médica adequadas para isto.

Vale ressaltar que a escola é um local importante para a realização de campanhas de conscientização sobre o câncer de mama, pois as crianças e jovens são os futuros líderes da sociedade e precisam estar cientes dos riscos e medidas preventivas relacionados a esta doença. Além disso, a escola oferece um ambiente seguro e acolhedor para que as crianças e adolescentes possam exercitar o seu protagonismo e aprender sobre saúde e bem-estar, e os professores são os líderes ideais para guiá-los neste aprendizado. Para Vigotski (1998), o controle do próprio comportamento pode se dar por meio da mediação semiótica através dos processos de

significação, como a criação e utilização de signos. Sendo assim, experimentações por meio de atividades educacionais podem evidenciar significativas adequações de comportamento e conduta no sentido da educação em saúde.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aponta para uma fundamentação racionalista instrumental e utilitária, direcionada por interesses empresariais, mas mesmo assim, aborda temas relacionados à saúde, como prevenção, hábitos alimentares e atividade física, destacando a importância da educação para a saúde e para a formação de cidadãos críticos e conscientes de sua responsabilidade em relação à saúde pública.

Apesar da BNCC não citar especificamente o câncer, na área de Educação Física, por exemplo, destaca a importância da atividade física para a promoção da saúde e prevenção de doenças, inserindo também uma discussão sobre hábitos alimentares saudáveis e a importância de uma alimentação equilibrada para a prevenção de doenças, incluindo o câncer, assim como na área de Ciências da Natureza, incluindo a discussão sobre fatores de risco e fatores de proteção para o desenvolvimento de doenças, como o câncer.

Dentro deste contexto, este trabalho se propõe analisar na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica as evidências da contribuição de crianças e adolescentes (estudantes) para a prevenção do câncer de mama por meio de um projeto de educação em saúde realizado em escolas.

Todos os anos, o Hospital de Câncer de Barretos (HCB) promove diferentes ações no mês de outubro voltadas para a Campanha Mundial de Prevenção do Câncer de Mama, conhecida como Outubro Rosa. Nesse contexto, o Núcleo de Educação em Câncer (NEC) realiza, desde 2013, o projeto “Talento Rosa”, visando motivar crianças e adolescentes em ambientes escolares a refletirem sobre o câncer de mama e sua prevenção. Atualmente, este projeto conta com as parcerias das Secretarias Municipais de Educação, Diretoria de Ensino e da Rede de Ensino privada de Barretos e região, mas a cada ano, visa alcançar mais regiões do Brasil.

O projeto tem como objetivo sensibilizar os estudantes a promoverem a cultura do autocuidado, qualidade de vida e de prevenção primária e secundária do câncer de mama, bem como estimular as mulheres de seu convívio a realizarem exames de prevenção. O projeto inicia-se pela capacitação dos educadores da comunidade escolar abordando a prevenção do câncer de mama e as orientações sobre como essa temática deve ser desenvolvida em sala de aula. Como culminância do projeto, os estudantes são estimulados a realizarem produções artísticas de acordo com os ciclos escolares: educação infantil e ensino fundamental anos iniciais – desenvolvendo desenhos; ensino fundamental anos finais e ensino médio – elaborando poesias. Cada sala de aula eleger uma produção artística que representa a reflexão da turma e o material é exposto na Unidade de Prevenção do HCB e também no site do hospital. Além das produções artísticas, o projeto motivou as lideranças escolares a realizarem atividades de educação não formal, sendo esta uma ferramenta poderosa na campanha de conscientização sobre o câncer de mama. Foram registradas iniciativas como palestras, oficinas, decoração das escolas, caminhadas, atividades lúdicas e outras formas interativas de ensinar sobre a importância da prevenção, detecção precoce e tratamento do câncer de mama. Considerando que o sujeito se constitui pela linguagem de modo que, ao falar, ele traz consigo todo um contexto histórico, social e ideológico e ao falar traz consigo o todo vivido, ouvido e lido por ele sobre aquele assunto. Ele traz também em sua fala seu contexto social e suas formações acompanhadas que caracterizam a sua posição ideológica. Tais noções são importantes porque, ao produzirem os desenhos e com os poemas, cada estudante produzirá sentidos diferentes conforme a sua “lente ocular” construída pela sua história e pela sua posição social e ideológica.

Em sua última edição, em 2022, o Talento Rosa contou com a participação de 127 instituições, nas quais foram produzidas aproximadamente 34.200 produções artísticas com alusão ao tema.

Dentro do processo de avaliação do Talento Rosa, foi enviado aos participantes um questionário avaliativo que foi respondido por aproximadamente 10% dos professores participantes do projeto abordando questões relacionadas aos aspectos metodológicos e de evidências comportamentais. Sobre a avaliação da metodologia utilizada, de forma geral, 90% dos professores avaliaram que “concordaram plenamente” que cada etapa e as ferramentas utilizadas foram adequadas. Sobre os possíveis desdobramentos no aspecto comportamental da comunidade escolar participante – as questões apontaram que 95% dos professores responderam que observaram nos estudantes mudança de comportamento com relação a prevenção, compartilhamento das informações e motivação das mulheres de seu convívio para a cultura do autocuidado. Assim como, os professores relataram que ficaram mais atentos aos cuidados com a própria saúde, adotaram medidas de prevenção e entenderam como relevante e necessário

projetos como estes por meio de escolas.

Em suma, desde a década de 1960, foram publicados vários estudos que mostram a potencial eficácia do rastreamento populacional do câncer de mama em mulheres com mais de 50 anos. Durante as últimas décadas, muitos programas e atividades comunitárias foram organizados em todo o mundo para oferecer esse tipo de serviço preventivo, e não poderia ser diferente aqui no Brasil, com uma preocupação constante em atrair o maior número de mulheres-alvo para os serviços de rastreamento de câncer de mama. É sabido que a falta de conhecimento sobre o câncer entre o público em geral pode resultar em apresentação tardia e menor sobrevida, mostrando que essa conscientização sobre a importância do diagnóstico precoce do câncer de mama aumenta a aceitação da mamografia de rastreamento e, por consequência o aumento da taxa de detecção de tumores de mama in situ e locais, garantindo melhores prognósticos da doença. Quanto mais cedo estes conhecimentos são retidos pela população geral, trabalhando este tema nas escolas por exemplo, mais mulheres poderão ser beneficiadas. Portanto, projetos como o Talento Rosa, são de extrema importância e tem o intuito de disseminar esse conhecimento, educando a população sobre o câncer, dando autonomia para que o indivíduo, desde muito novo, consiga tomar decisões sobre sua saúde, de sua família e da comunidade que está inserido.

Referências:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Fundamentos pedagógicos e estrutura geral da BNCC. Brasília, DF, 2017 Instituto Nacional de Câncer (Brasil). Estimativa 2023: incidência de câncer no Brasil / Instituto Nacional de Câncer. – Rio de Janeiro: INCA, 2022.

VYGOTSKY, L. A Formação Social da Mente. O Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores. 2. Ed. Ed. Martins Fonte, São Paulo, 1998.



Trato com o conhecimento, participação e aprendizagem nas aulas de educação física em uma escola de João Pessoa-PB durante o Ensino Remoto

Nathália Carolina da Silva¹ e Melina Silva Alves²

¹*Universidade Federal da Paraíba*

²*Departamento de Educação Física da Universidade Federal da Paraíba*

A partir da instauração da pandemia, em meio a realidade de desemprego e mortes causadas pela COVID-19, muitas escolas tentaram se adequar utilizando o ensino remoto para manter as aulas. O objetivo deste estudo foi analisar a realidade do trato com o conhecimento, da participação e da aprendizagem na disciplina de educação física no período de 2020-2021, na Escola Municipal Antônio Santos Coelho Neto em João Pessoa-PB durante o ensino remoto. A população foi composta por 14 pessoas, 13 estudantes do 7º ano A que responderam um questionário sociodemográfico, de participação e aprendizagem, e o professor de educação física do fundamental II que, para além de um questionário sociodemográfico, formação acadêmica e realidade durante as aulas remotas, também participou de uma entrevista semiestruturada sobre a seleção, sistematização e organização dos conteúdos. Para a análise dos dados foram utilizadas duas técnicas, a estatística descritiva e a análise de conteúdo de Bardin, para chegar a uma interpretação de natureza materialista histórico-dialética. Constatou-se que, dentro da realidade da escola, de construção de atividades para enviar para os estudantes por um aplicativo de mensagens, sem o auxílio presencial do professor, a família se tornou a principal responsável pela mediação do ensino, tarefa que não é de sua responsabilidade ou domínio. Os professores e gestores precisaram repensar suas práticas sem ajuda de políticas públicas ou de instruções de órgãos educacionais municipais ou estaduais e as atividades educacionais, nesse modelo de ensino, podem ter dissociado a tríade conteúdo-forma-destinatário, pela ruptura da natureza da educação, dificultando a realização da sua especificidade, o trato com os conhecimentos da educação física e a aprendizagem dos estudantes.



Uma breve caracterização da produção científica brasileira sobre Educação Especial na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica e/ou Psicologia Histórico-Cultural

Régis Henrique dos Reis Silva¹, Larissa Oliveira Rocha¹ e Stefany Pires Teixeira¹

¹Unicamp

Este trabalho tem como objetivo, apresentar algumas características da produção científica brasileira sobre Educação Especial (EE) na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica (Pedagogia H-C) e/ou da Psicologia Histórico-Cultural (Psicologia H-C), publicada no período de 2001 a 2021, na forma de artigos, livros, capítulos de livros, dissertações, teses e trabalhos publicados eventos.



“Ensino” remoto na Universidade Federal do Espírito Santo.

Wendel de Alvarenga Silva Conceição¹ e Ana Carolina Galvão Marsiglia¹

¹Universidade Federal do Espírito Santo

O presente trabalho objetiva analisar percepções pedagógicas de docentes sobre o “ensino” remoto adotado na Universidade Federal do Espírito Santo durante o período de pandemia do novo coronavírus para compreender como as relações pedagógicas foram afetadas, discutindo as implicações deste ensino na formação inicial e nas práticas escolares do ensino superior.